

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

José Elmar Feger

REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE
MARCELINO RAMOS (RS) E PIRATUBA (SC)

Santa Cruz do Sul, junho de 2010

José Elmar Feger

REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE
MARCELINO RAMOS (RS) E PIRATUBA (SC)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Elisabeta Etges

Santa Cruz do Sul, junho de 2010

F295r Feger, José Elmar

Regionalização do turismo na área de influência dos municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC) / José Elmar Feger. - 2010.

165 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Virgínia Elisabeta Etges.

Tese (Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.

Bibliografia.

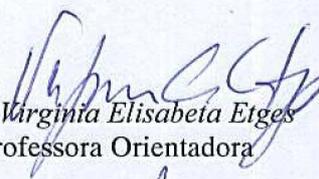
1. Turismo. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Política nacional de turismo. I. Etges, Virgínia Elisabeta. II. Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD: 338.4791

José Elmar Feger

REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE
MARCELINO RAMOS (RS) E PIRATUBA (SC)

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.



Dr.^a Virginia Elisabeta Etges
Professora Orientadora



Dr. Silvio Cezar Arend



Dr.^a Helentza Ávila Campos



Dr.^a Eliane Saete Filippim



Dr.^a Adriana Marques Rossetto

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento incógnito

Agradecer a quem?

Aos que me iluminaram ou me escureceram?

Aos que me fizeram nascer ou desaparecer?

Aos que me construíram ou destruíram?

Aos que comigo aceitaram viver meus sonhos ou neles deram um fim?

Aos que me fizeram aprender ou desaprender?

Aos que me orientaram ou desorientaram?

Aos que me encaminharam ou desencaminharam?

Aos que me fizeram viver ou querer morrer?

Aos que ajudaram ou prejudicaram?

Aos que me aceitaram ou rejeitaram?

Aos que me amaram ou me odiaram?

Aos que merecem mais ou que merecem menos?

Aos que são momentaneamente lembrados ou esquecidos?

Por isso um agradecimento incomum,

Um agradecimento incógnito,

Porque devo um obrigado a cada um,

Sem dosar nem distinguir,

Pois me ajudaram a chegar até aqui,

Todos fizeram a sua parte ao me construir.

Obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa analisa a regionalização do turismo a partir da distribuição espacial dos atrativos, do comportamento do fluxo de visitantes e do relacionamento entre os agentes envolvidos com a atividade, na área de influência dos municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC). A regionalização, visando a organizar o espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada da atividade turística, é uma das preocupações expressas no documento da Política Nacional de Turismo. Os municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC), que têm no turismo uma das suas principais atividades geradoras de renda, integram duas das regiões demarcadas no âmbito do programa do Ministério do Turismo. A relevância do estudo é contribuir para o debate concernente à regionalização do turismo, visto que há debilidades na aplicação da política nas unidades federativas. Quanto ao método de coleta e análise de dados, constitui uma pesquisa qualitativa, de delineamento transversal, uma vez que os dados apresentam um recorte pontual no tempo. O referencial teórico-metodológico apoia-se na teoria da espacialidade diferencial, segundo a qual a maneira adequada para elaborar uma regionalização consiste em verificar os conjuntos que se formam no espaço pela prática da atividade estudada – o turismo. Buscou-se suporte teórico, também, na teoria dos sistemas complexos, já que o processo de regionalização do turismo envolve uma infinidade de elementos físicos e suas relações com os atores locais/regionais e externos. Com base na análise dos dados, conclui-se que a região encontrada pode ser caracterizada como Zona Turística, sendo composta por dois centros turísticos, um de estada (Piratuba, SC) e outro de distribuição (Treze Tílias, SC). Em virtude do processo de relacionamento entre a demanda com os atrativos existentes nos municípios, ocorre a formação de diversas agregações que resultam em conformações espaciais distintas, dispersas no território, como centros de excursão, núcleos turísticos e corredor de traslado. A região elaborada com base nos critérios adotados para esta pesquisa apresenta uma configuração diferente da proposta pelo Ministério do Turismo. Entende-se que se o objetivo da política nacional de turismo é propiciar a oferta de produtos turísticos mais competitivos, a conformação espacial proposta por esta pesquisa oferece perspectivas mais concretas à elaboração de estratégias, pois considera as linhas de força que estruturam o turismo no espaço.

Palavras-chave: Regionalização do turismo. Política Nacional de Turismo. Espaço turístico. Sociometria.

ABSTRACT

This research analyzes the regionalization of tourism considering the spatial distribution of the attractions, the behavior of the flow of visitors and the relationship among those involved with tourism in the influential area of the towns named Marcelino Ramos (RS) and Piratuba (SC). Aimed at organizing the geographical area in regions for planning, administration, promotion and integrated commercialization purposes, regionalization is one of the main concerns of the National Tourism Policy document. Both Marcelino Ramos and Piratuba towns conceive tourism as one of their main income; they also integrate two of the areas in the framework designed by the Ministry of Tourism. This study expects to contribute for the debate regarding the regionalization of tourism for there are some flaws in the application of politics in the federative units. This qualitative research adopts a cross-sectional design, i.e., the data is gathered from one sample at one point in time. The theoretical and methodological foundations that guide the analysis rely on the differential spatial theory, which establishes that the proper way to develop regionalization is to verify the groupings formed in a particular space by practicing the activity studied, which in the case of this research, is tourism. The complex systems theory is also used in the analysis due to the fact that the process of regionalization of tourism involves a myriad of physical elements and their relationship with local/regional and external actors. Data analysis reveals that the delimited area can be characterized as a Touristic Area, since it is formed by two touristic centers, one for staying (Piratuba) and another for distribution (Treze Tílias). Due to the relationship process between the demand and the attractions of the towns, the formation of various aggregations result in different spatial conformations, which are spread in the territories as travel and touristic centers and also as passageways. It is observed that the area delimited in this research present a distinct configuration from the one proposed by the Ministry of Tourism. One understands that if the purpose of the national tourism politics is to offer more competitive touristic products, the spatial conformation proposed by this research offers more concrete perspectives for developing strategies, since it considers the force lines that structure tourism in space.

Keywords: Regionalization of tourism. National Tourism Policy. Touristic space. Sociometry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Área de abrangência provisória para a pesquisa	13
Quadro 1	Municípios efetivamente abrangidos pela pesquisa.....	15
Mapa 2	Área de abrangência definitiva para a pesquisa.....	15
Quadro 2	Conceitos-chave da teoria da complexidade.....	55
Quadro 3	Definições de marcação das escolhas	58
Mapa 3	Distribuição espacial dos atrativos turísticos.....	98
Mapa 4	Distribuição espacial dos restaurantes	101
Mapa 5	Distribuição espacial dos hotéis.....	103
Mapa 6	Distribuição do agregado turístico na área investigada	106
Sociograma 1	Relações sociais entre os agentes de pesquisa	111
Quadro 4	Atrativos citados nos municípios	114
Fluxograma 1	Deslocamento dos viajantes pela área investigada	118
Mapa 7	Regionalização proposta para o planejamento estratégico do turismo	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Empreendimentos ligados ao turismo e número de respondentes	20
Tabela 2	Dados demográficos e estrutura socioeconômica dos municípios que integram a área de estudo	75
Tabela 3	Atrativos turísticos dos municípios.....	81
Tabela 4	Origem dos frequentadores dos atrativos em percentual	83
Tabela 5	Meios de hospedagem e leitos disponíveis nos municípios de abrangência da pesquisa.....	84
Tabela 6	Motivação de viagem dos hóspedes em percentual	85
Tabela 7	Origem dos hóspedes nos meios de hospedagem	87
Tabela 8	Alimentação e capacidade de atendimento	88
Tabela 9	Motivação de viagem dos frequentadores de restaurantes.....	89
Tabela 10	Origem dos frequentadores de restaurantes	90
Tabela 11	Atrativos mais citados pelos entrevistados	97
Tabela 12	Municípios mais citados.....	99
Tabela 13	Resumo dos atrativos, hospedagem e alimentação	102
Tabela 14	Participação em entidades e ações conjuntas do subsistema de produção do turismo	112
Tabela 15	Participações de reuniões acerca da regionalização pelo setor privado.....	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O TURISMO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	22
1.1 REGIÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	22
1.1.1 Região e regionalização	22
1.1.2 Desenvolvimento regional	26
1.2 O TURISMO COMO ATIVIDADE GERADORA DE DESENVOLVIMENTO.....	34
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO BRASIL	43
2 ESPAÇOS COMPLEXOS E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO	51
2.1 PENSAMENTO COMPLEXO E SOCIOMETRIA	51
2.2 REGIONALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	58
3 A ATIVIDADE TURÍSTICA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE MARCELINO RAMOS (RS) E PIRATUBA (SC)	67
3.1 PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA	67
3.2 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA	77
4 REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE MARCELINO RAMOS (RS) E PIRATUBA (SC)	96
4.1 ANÁLISE DOS CONJUNTOS FORMADOS A PARTIR DA LOCALIZAÇÃO DOS ATRATIVOS	96
4.2 ANÁLISE DOS CONJUNTOS FORMADOS EM VIRTUDE DO RELACIONAMENTO ENTRE OS ATORES LOCAIS	105
4.3 ANÁLISE DOS CONJUNTOS FORMADOS PELO FLUXO DOS TURISTAS.....	113
4.4 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS E VISÃO DOS AGENTES PÚBLICOS QUANTO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO.....	119
4.5 REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – UMA ABORDAGEM COMPLEXA	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICES	150
ANEXO	162

INTRODUÇÃO

A regionalização do turismo recebe crescente ênfase, como forma de aumentar a competitividade dos produtos turísticos, em virtude da possibilidade de integração e interação entre atrativos e empreendimentos dispersos no território. No Brasil, essa perspectiva foi adotada pelos formuladores da atual Política Nacional de Turismo, explicitada no Programa de Regionalização do Turismo. Consequentemente, a partir do fomento governamental, criaram-se no interior das unidades federativas do país 200 regiões turísticas, por meio da articulação entre instituições oficiais de turismo, empresários do setor e representantes da sociedade, propondo transformar ações, antes focadas nos municípios, em um processo de articulação mais amplo. Analisando-se os documentos denominados *Diretrizes Políticas* e *Diretrizes Operacionais* do referido programa (BRASIL, 2004a, 2004b), observa-se que a noção de que o turismo é um subsistema inserido em um sistema social maior está presente na política pública nacional. Esse fato evidencia-se nos documentos consultados, ao apontarem a necessidade de analisar os impactos da atividade turística na economia, na cultura, no meio ambiente, quando do processo do seu planejamento. Além disso, enfatiza-se no documento que a regionalização não se deve pautar nas tradicionais divisões geográficas. Assim, no âmbito do referido programa, a regionalização é entendida como “[...] a organização de um espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística.” (BRASIL, 2004a).

Entretanto, parece haver discrepâncias entre os pressupostos teóricos que orientaram a formulação da política nacional e a sua execução nas unidades federativas. Ao analisar as políticas públicas para o turismo no Brasil, Beni (2006) pondera que a estrutura de gestão atual propicia ao governo central, por intermédio do Ministério do Turismo, coordenar de forma adequada o desenvolvimento do turismo no país. Todavia, assevera o autor que a regionalização efetivada nos estados está em descompasso com a proposta. Como causa desse fato, o autor aponta a inexistência de pessoal qualificado para interpretar e adaptar os conceitos que norteiam o programa nos estados. Além disso, colaboraram para desvirtuar a aplicação da política, segundo Beni (2006), a velocidade com que se pretendeu atingir a meta de estruturar, pelo menos, três roteiros turísticos em cada unidade da federação e a inexistência de um inventário turístico abrangendo todo o território nacional.

A temática abordada nesta pesquisa constitui a regionalização do turismo. Aprofundar conhecimentos relacionados ao tema é relevante para compreender os limites impostos,

segundo critérios adotados pelos estados na delimitação de áreas, a fim de planejar o desenvolvimento turístico. Por entender-se que a regionalização do turismo é a expressão da forma como essa atividade se concretiza no território, decidiu-se abranger, no espaço investigado, municípios localizados nas áreas de influência dos municípios de Marcelino Ramos (RS) e de Piratuba (SC).

A escolha desses municípios justifica-se em razão de estes desenvolverem a atividade turística desde a década de 1970 e, também, em virtude da impossibilidade técnica e financeira de efetuar um estudo abrangendo todas as regiões turísticas do país. Além de constituírem municípios turísticos, algumas outras razões reforçam a sua escolha para a pesquisa: os dois estão inseridos em duas das duzentas regiões turísticas definidas pelo Ministério do Turismo – Vale do Contestado em Santa Catarina e Hidrominerais no Rio Grande do Sul. Ressalta-se que os municípios de interesse para a presente pesquisa pertencem às duas regiões turísticas; todavia, nem todos os municípios incluídos nas referidas regiões oficiais de turismo fazem parte da abrangência deste estudo. Essa decisão apoia-se na concepção largamente aceita entre os pesquisadores da área do turismo, a qual define que, para um município tornar-se um espaço atrativo, é essencial que nele existam atrativos turísticos com hierarquia suficiente para motivar viagens; que esses atrativos estejam relativamente próximos e que haja facilidades de acesso e/ou de interligação entre eles, a fim de possibilitar a sua integração por intermédio de roteiros; que um território só pode ser considerado turístico quando é efetivamente apropriado pelo turista; que a localização dos atrativos se inscreve em pontos específicos do território; portanto, sempre existirão espaços não turísticos (BENI, 1998, 2006; PETROCCHI, 2001; BOULLÓN, 2002; KNAFOU, 1999; RUSCHMANN, 1999). Com esse recorte, espera-se encontrar uma alternativa para delimitar o espaço turístico e contribuir com proposições que auxiliem a demarcar áreas mais adequadas ao planejamento estratégico regionalizado do turismo como propõe a Política Nacional do Turismo.

Adicionalmente, analisando-se estudos recentes sobre o turismo, verifica-se que, em grande parte, objetivam compreender o fenômeno em limites municipais, ou, quando muito, regionais; nesse caso, limitando-se às regiões geográficas definidas pelo IBGE, ou instituições, por exemplo, Associações de Municípios ou Conselhos de Desenvolvimento, sendo, portanto, circunscritos a regiões determinadas *a priori*. Poucos estudos se pautam na distribuição espacial dos atrativos e na interação dos agentes envolvidos com a atividade, apontados por Lacoste (1988) e Boullón (2002) como fundamentais para se elaborarem estratégias mais eficazes. Assim, a proposição de estudar o turismo, baseando-se nos

conjuntos espaciais que se formam no território a partir desses pressupostos, pode desvendar novas perspectivas e com isso contribuir para a elaboração de estratégias mais propícias ao desenvolvimento turístico regional.

Ainda, constatou-se que os estudos sobre o desenvolvimento das atividades turísticas, em grande parte, concentram-se em destinos já consolidados. Nesse contexto, o referencial teórico mais aceito é resultante da análise de produtos, regiões ou municípios, em cujos territórios a atividade já é desenvolvida. A opção, feita pelos pesquisadores, por realizarem investigações em espaços turísticos com essa característica, segundo Knafou (1999), deve-se, por um lado, pela facilidade de obtenção de dados, pela disponibilidade de pesquisas anteriores que permitem aprofundamentos; por outro, pela existência de empreendimentos e profissionais que atuam no setor propiciando maior acesso a respondentes. Esse fato leva à existência de poucos conhecimentos sobre novos destinos turísticos, ou seja, sobre localidades em processo de desenvolvimento do setor. Por essa razão, apesar de implicar maior dificuldade na obtenção de dados, considerou-se que realizar pesquisas em regiões em cujos territórios a atividade turística está iniciando, ou em fase de desenvolvimento, como é o caso deste estudo, poderá contribuir para a diminuição dessa lacuna.

Considerando-se esses aspectos, visto que a política pública nacional instiga a demarcar as regiões turísticas com outras conformações geográficas que não as tradicionais, e que essa regionalização efetuada pelos agentes nos estados apresenta debilidades, como apontado por Beni (2006), optou-se, para esta pesquisa, abordar o estudo do tema por outras perspectivas. Para tanto, buscou-se no referencial teórico suporte para o alcance desse propósito. Uma vez que a qualidade do produto turístico depende da integração e inter-relação entre os diversos elementos que compõem o sistema turístico (hotéis, restaurantes, atrativos, instituições representativas e turistas) (PETROCCHI, 2001); que a delimitação de uma área turística depende da localização no território dos atrativos, infraestrutura turística e facilidades de deslocamento (BOULLÓN, 2002) e, ainda, a importância de considerar as múltiplas intersecções entre as configurações precisas dos fenômenos para se poder agir estrategicamente (LACOSTE, 1988), lançou-se o seguinte questionamento: **como se configura a regionalização do turismo a partir da distribuição espacial dos atrativos, do comportamento do fluxo de visitantes e do relacionamento entre os agentes envolvidos com o turismo nas áreas de influência dos municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC)?**

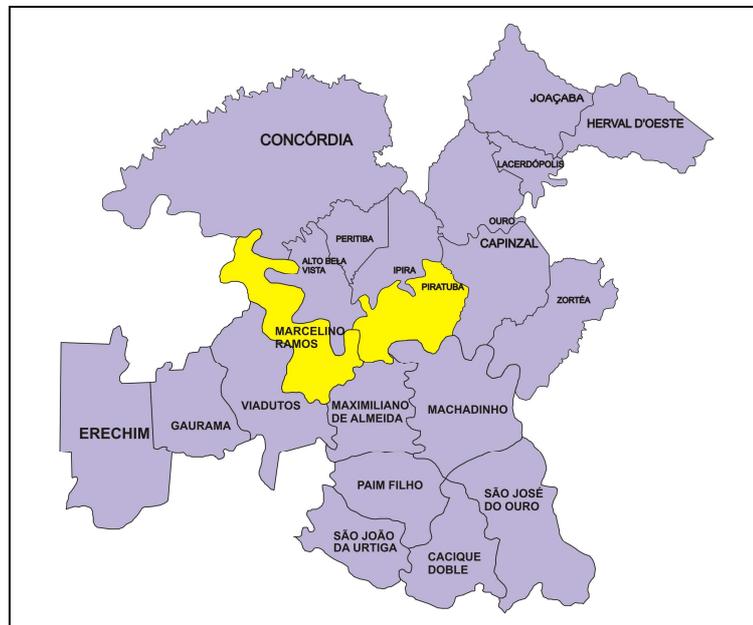
Ante a questão de pesquisa, definiu-se como objetivo central da investigação analisar e descrever a regionalização do turismo nas áreas de influência dos municípios de Marcelino

Ramos (RS) e Piratuba (SC), com base na teoria da espacialidade diferencial, observando a distribuição dos atrativos existentes, o fluxo das atividades turísticas e a interação entre os agentes locais envolvidos com o setor, visando a compreender a sua integração espacial.

Em virtude de não ser possível identificar nos dados disponíveis alguma convergência entre esses três aspectos na regionalização proposta pelo Ministério do Turismo e tomando-se por base o referencial da espacialidade diferencial, entendeu-se que qualquer delimitação de espaço geográfico para esta pesquisa seguiria em sentido contrário ao aludido por Lacoste (1988), o qual alega que uma região definida *a priori* poderia limitar a apreensão da realidade e, conseqüentemente, a elaboração de estratégias incoerentes. Todavia, sob essa perspectiva, haveria dificuldade para viabilizar uma demarcação precisa da abrangência da pesquisa, conforme Gil (2002), uma vez que, como já discutido, não há ainda um inventário turístico eficaz no país. Além disso, as regionalizações propostas pelo Ministério do Turismo, por meio da articulação dos atores sociais envolvidos com o turismo nos estados, podem não corresponder aos preceitos que sustentam a Política Nacional de Turismo (BENI, 2006). Diante disso, a tarefa de demarcar uma área para a pesquisa tornou-se mais complexa, pois, com base nesses pressupostos, entende-se que a região, neste caso específico a região turística, configurar-se-ia no espaço a partir das inter-relações entre os diversos elementos antropológicos, sociais, econômicos, ecológicos existentes no espaço. Portanto, de acordo com a teoria da espacialidade diferencial, a região turística não poderia ser predeterminada. Assim, poder-se-ia conhecê-la, somente, após a conclusão do estudo.

O dilema enfrentado foi delimitar uma área que viabilizasse o estudo, pois determinar uma abrangência preliminar implicaria circunscrever o estudo a esse limite, podendo-se incorrer em enganos, caso houvesse relação entre agentes localizados nessa área previamente demarcada com atores domiciliados além dela. Por outro lado, não considerar uma abrangência, mesmo que provisória, suporia ampliar excessivamente a área, resultando na inviabilização técnica e econômica do estudo. Nesse caso, tornou-se necessário definir uma área a ser alcançada pela pesquisa, mesmo conscientes de que seria uma aproximação da realidade, conforme argumentam Capra (1996), Luhmann (1997), Maturana e Varela (2001). Nesse sentido, optou-se por delimitar uma abrangência provisória para a pesquisa, tomando-se como parâmetro a teoria do espaço turístico proposta por Boullon (2002), para o qual a espacialização do turismo se processa a partir da localização no território de atrativos turísticos e que, para funcionar como sistema, há necessidade de haver na área de abrangência destinos que possuam atrativos turísticos com hierarquia suficiente para atrair visitantes, como é o caso dos municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC). Para a determinação

dos municípios que fizeram parte inicial da pesquisa, portanto, observou-se o que foi ensinado por Boullón (2002), que a área de influência de centros turísticos deve contemplar a distância possível a ser percorrida por ônibus de turismo. Essa distância é variável, de 60 km até 120 km, dependendo das condições morfológicas do terreno e das estradas. Observando-se as condições do terreno (montanhoso) e estradas (quando asfaltadas, com curvas acentuadas e quando não, de terra nem sempre bem conservadas) da área adjacente aos centros turísticos considerados para esta pesquisa, adotou-se a distância mínima de 60 km desses dois municípios, pois se entendeu que esse seria o critério mais indicado em virtude das condições do terreno da área investigada. A demarcação da área preliminar da pesquisa pode ser observada no Mapa 1.



Mapa 1: Área de abrangência provisória para a pesquisa

Todavia, considerando-se que “[...] o método que permite pensar eficazmente, estrategicamente, a complexidade do espaço terrestre é fundamentado, em grande parte, na observação das intersecções dos múltiplos conjuntos espaciais que se podem formar e isolar pelo raciocínio e pela observação precisa de suas configurações cartográficas.” (LACOSTE, 1988). E, aceitando-se que, devido ao crescimento das relações e da interdependência que ocorrem a partir das facilidades de comunicação e deslocamento, vive-se uma realidade complexa caracterizada pela sobreposição de diversas representações espaciais. Também, que a ideia de que só há uma forma de se conceber a compartimentação do espaço e, por consequência, adotar uma regionalização como definitiva, pode constituir um obstáculo à

compreensão dos fenômenos ocorridos em determinado espaço. Portanto, para compreendê-lo com maior propriedade, foi necessário considerar as linhas de força que estruturam o espaço, expressas na espacialidade diferencial (LACOSTE, 1988). Com isso, optou-se por partir dessa demarcação provisória, mas sem limitar-se a ela, como se fosse definitiva.

Assim, tendo como norte essas proposições dos autores, iniciou-se o levantamento de campo, percorrendo os municípios preliminarmente demarcados com base no critério distância dos centros turísticos. Este trabalho foi realizado no período compreendido entre os meses de novembro de 2009 e março de 2010. A identificação dos elementos turísticos nos municípios contemplados na pesquisa foi realizada previamente nos respectivos portais da internet, os quais foram checados com os representantes do turismo em cada localidade. Portanto, o primeiro contato realizado em cada município foi com o representante do poder público para o setor de turismo. Após realizar a entrevista com esse representante e de posse de lista atualizada, quanto aos atrativos e empreendimentos turísticos localizados no território municipal, passou-se a visitar cada um deles e efetuar os procedimentos de coleta de dados. O trabalho em campo foi iniciado pelo município de Joaçaba (SC) seguindo em direção a Piratuba (SC), conforme a demarcação prévia realizada. Já nos primeiros contatos com a realidade, verificou-se que vários respondentes citavam outros municípios não contemplados inicialmente pelo critério distância dos centros turísticos considerados para a pesquisa, por exemplo, Treze Tílias (SC) e Fraiburgo (SC). Por outro lado, vários municípios preliminarmente selecionados, como Zortéa (SC), São João da Urtiga (RS), Cacique Doble (RS), Erechim (RS), entre outros, não foram mencionados como áreas de circulação de turistas.

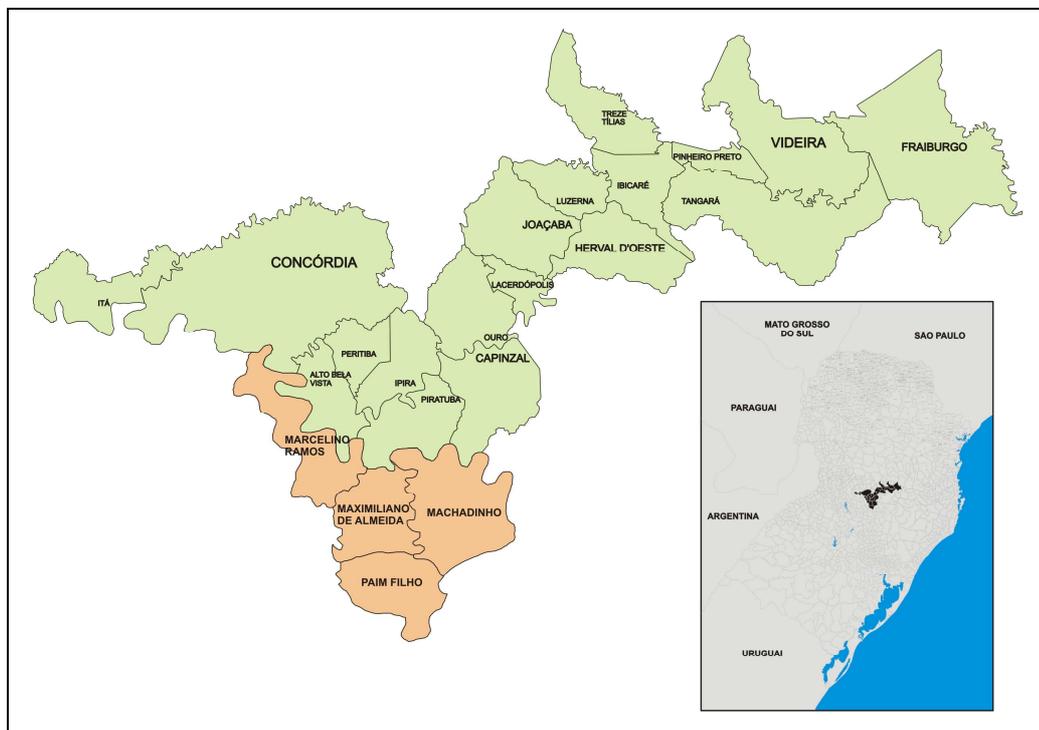
Com esse fato, observou-se que a delimitação preliminar se mostrou inadequada, pois em grande parte dos municípios não ocorria a frequência de turistas e, portanto, não havia uma estrutura turística adequada. Nesse caso, não ocorria a prática da atividade conforme preconizado pela teoria da espacialidade diferencial (LACOSTE, 1988). Nesse sentido, não seria possível analisar a configuração da região turística com base no deslocamento dos turistas na área investigada nem os relacionamentos dos atores envolvidos.

Em vista disso, visando a manter a fidelidade aos pressupostos teóricos adotados ao estudo, optou-se por incluir ou excluir os municípios de interesse para a pesquisa a partir do deslocamento dos turistas pela área, uma vez que, segundo Acerenza (1991) e Petrocchi (2001), ele (o turista) constitui o motor do sistema compreendendo quem efetivamente pratica o turismo. À medida que ocorriam as entrevistas e se citavam locais visitados por turistas, os municípios foram incluídos até que as indicações ficassem circunscritas aos 22 municípios

que correspondem em abrangência, sendo quatro situados no Estado do Rio Grande do Sul e 18 no Estado de Santa Catarina. Dessa forma, a área de abrangência foi revista, contemplando os municípios constantes no Quadro 1, cuja configuração geográfica consta no Mapa 2.

Municípios do Rio Grande do Sul	Municípios de Santa Catarina
Machadinho	Alto Bela Vista Lacerdópolis
Marcelino Ramos	Capinzal Luzerna
Maximiliano de Almeida	Concórdia Ouro
Paim Filho	Fraiburgo Peritiba
	Herval d'Oeste Pinheiro Preto
	Ibicaré Piratuba
	Ipira Tangará
	Itá Treze Tílias
	Joaçaba Videira

Quadro 1: Municípios efetivamente abrangidos pela pesquisa



Mapa 2: Área de abrangência definitiva para a pesquisa

Definida a área de abrangência, caberia, ainda, uma delimitação temporal para o estudo. Mesmo ressaltando que o turismo já é desenvolvido nos municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC) desde os anos 1970, para a presente pesquisa, optou-se por analisar dados atuais. Nesse sentido, o estudo caracteriza-se como delineamento transversal ou *cross-sectional* (SEAKARAN, 1992), visto que os dados apresentam um recorte pontual no tempo, correspondendo ao período em que foram coletados. Trata-se do que Bastos e Duquia (2007) denominam de recorte único no tempo, não permitindo analisar relações de causa e efeito. Todavia, informam os autores que esse tipo de pesquisa é indicado quando se

pretende observar a frequência com que determinado evento ocorre em uma população específica. No caso desta pesquisa, pretendeu-se verificar a prevalência de municípios onde ocorre fluxo de turistas e, por consequência desse fato, demandar a existência de estrutura de recepção e relacionamento entre os agentes locais, proporcionando a emergência de regiões turísticas. Vale lembrar que uma relação de associação não sugere, necessariamente, uma relação de causalidade (BASTOS; DUQUIA, 2007). Ademais, certificando que estudos relacionados ao turismo ocorrem com maior frequência nos dois municípios considerados centros turísticos para esta pesquisa, e que somente neles haveria dados suficientes para se fazer uma análise longitudinal, posto que na maioria dos demais municípios abrangidos não há acumulação de séries históricas, seria impossível realizar o estudo com essa perspectiva, inviabilizando, portanto, o alcance dos objetivos propostos.

Quanto à abordagem, por meio da revisão da literatura, concluiu-se que os objetivos poderiam ser alcançados adotando-se as premissas da espacialidade diferencial (LACOSTE, 1988), tendo como suporte a teoria dos sistemas adaptativos complexos (MORIN, 2001). Tal abordagem é sugerida por Boisier (2003) para a compreensão do processo de desenvolvimento regional. Entendeu-se ser esse enfoque adequado para esta pesquisa, uma vez que o processo de regionalização do turismo envolve uma infinidade de elementos físicos e suas relações com atores locais e externos. Aceitando-se que o desenvolvimento é o resultado de um processo de interação e interdependência entre objetos e pessoas, o qual se inscreve no território, a partir da percepção e ação dos agentes (BOISIER, 2003), aceita-se, também, que a região é formada por diversos conjuntos que se sobrepõem, interconectam e não são, necessariamente, ocupantes de um único espaço com contornos iguais (LACOSTE, 1988). Nesse sentido, um estudo regional deveria partir do mapeamento dos elementos localizados no espaço terrestre e, a partir das suas inter-relações, verificar os conjuntos que se formam, bem como suas conexões. Logo, como o interesse do autor deste trabalho se concentra no estudo do turismo, limita-se a pesquisa a esse setor. Contudo, como pode ser depreendido do debate até aqui realizado, não se pode negligenciar a interconexão dele (turismo) com os demais conjuntos socioeconômicos que se organizam no mesmo espaço geográfico.

No que diz respeito à teoria dos sistemas, entende-se que se trata de um paradigma ainda não totalmente aceito, pois há grande discussão em andamento sobre o assunto. Alguns críticos entendem que por se adotar essa abordagem, uma vez que tudo está relacionado, não há possibilidade de efetuar recortes. O objeto de pesquisa deveria ser o todo. Essa limitação é reconhecida por Capra (1996), Luhmann (1997) e, de certa forma, por Maturana (2001); por

essa razão, recomendam que o pesquisador indique constantemente o sistema a que se refere, distinguindo o que está dentro (interno) e fora (externo) a ele. Capra (1996) alega que mesmo outros métodos mais consolidados não permitem obter um conhecimento completo da realidade. A teoria da complexidade, que se articula como um método de análise de sistemas complexos (MORIN, 2001), ainda sofre restrições. Alguns pesquisadores, por exemplo, Di Cione (2005), ao fazer uma análise comparativa entre complexidade e dialética, encontrou elevada convergência entre as duas metodologias, alegando que, na verdade, a teoria da complexidade corresponde a uma evolução ou incremento da dialética. Nesse momento, pode-se entender que há um processo de emergência de um novo paradigma, acompanhado de vários e intensos debates (KUHN, 1978). Não obstante as controvérsias, observa-se um crescimento no número de pesquisas adotando a abordagem sistêmica e, mais especificamente, a complexidade. Entre os defensores dessa abordagem aplicada ao estudo do desenvolvimento regional, destacam-se Boisier (2003), Demo (2002) e Pecqueur (2005).

Cientes das limitações que implicam a escolha da abordagem e a necessidade de optar por um marco teórico que permita alcançar os objetivos desta pesquisa, a teoria da complexidade pareceu ser a mais adequada, por entender-se que o processo de regionalização ocorre a partir do relacionamento e interação entre os agentes localizados no espaço. O enfoque da teoria da complexidade compreende a regionalização como um processo de fluxo contínuo, trabalhando com conceitos como inclusão, agregação de concepções diversas, busca da integração da diferença, adaptação, interação e cooperação dinâmica entre agentes, além de superação da capacidade descritiva da visão mecanicista por promover a união da estabilidade/instabilidade e da ordem/desordem que pode ser obtida a partir da dinâmica dos sistemas adaptativos complexos (REBELO, 2004).

Ao se adotar a teoria da complexidade, deve-se atentar aos princípios que a governam, quais sejam: o princípio dialógico, ou seja, a união do que parece antagônico; princípio da recursão, por intermédio do qual se promove a criação de novos sistemas e pode ser entendido como processos em circuitos de repetição; princípio hologramático, constituído na percepção da realidade como um todo, tratando do paradoxo em que a parte está no todo, assim como o todo está na parte. Com base nesses princípios, entendeu-se ser possível compreender e demarcar uma regionalização turística mais adequada ao planejamento, considerando-se outras variáveis que não apenas a localização de atrativos (efetivos ou potenciais) ou o interesse dos agentes locais ou governamentais.

Uma vez definido que a abordagem da teoria da complexidade seria a mais adequada, decidiu-se o método para a coleta dos dados. Nesse sentido, as alternativas à disposição do

pesquisador recaem sobre a opção entre métodos quantitativos e qualitativos. A partir das leituras de Minayo (2004) e Godoy (1995), compreendeu-se que um método não é mais adequado (em princípio) que o outro. Dois critérios orientam a sua escolha: a preferência e o conhecimento do pesquisador e a condição de responder à questão de pesquisa. Esse segundo critério, conforme Godoy (1995), é o mais importante.

O método de estudo compreendeu a pesquisa qualitativa em virtude de se pretender não apenas identificar e quantificar os elementos do sistema turístico no território, mas, também, verificar as interações existentes entre eles (ALVEZ-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJOER, 2001). O método qualitativo também se justifica porque se pretende interpretar como acontece o processo de regionalização do turismo no espaço. Finalmente, Merriam (1998 apud REBELO, 2004) indica que as características de uma pesquisa qualitativa consistem na compreensão de um evento em seu ambiente natural; envolvem um trabalho de campo resultando em um produto descritivo, aspectos que coadunam com a presente pesquisa.

Atendendo-se à indicação de Snow e Thomas (1994), toda pesquisa científica deve explicitar o seu posicionamento quanto aos seguintes aspectos: estágio de desenvolvimento teórico cujos focos estão na construção ou testagem de teorias; propósito da teoria (descritiva, explicativa ou preditiva). O primeiro aspecto concerne ao aprofundamento dos conceitos utilizados para o estudo, por meio da estruturação e explicitação do corpo teórico, que permitirá aprofundar a análise dos dados. No segundo aspecto, a contribuição teórica da pesquisa está direcionada na compreensão de fenômenos mediante identificação de conceitos e constructos (GIL, 2002). Por intermédio desse processo, o interesse do pesquisador está em descobrir e observar fenômenos, com a finalidade de descrevê-los, classificá-los e interpretá-los, para elucidar a sua natureza, composição e processos que o constituem (RUDIO, 1986 apud REBELO, 2004). Nesse sentido, a opção pelo método qualitativo também se justifica porque a pretensão é compreender e explicar o fenômeno social (no caso, o processo de regionalização do turismo), e não a frequência deste (GODOY, 1995).

Esta pesquisa constitui um estudo de caso, uma vez que o interesse está em aprofundar conhecimentos sobre o fenômeno estudado em uma área delimitada (GIL, 2002). Como se pretende realizar um estudo para compreender o fenômeno da regionalização do turismo, tendo por base uma área delimitada a partir de pressupostos teóricos já consolidados, a generalização dos seus resultados se enquadra no que Yin (2001) considera como generalização teórica e não estatística. Ainda segundo Yin (2001), o tipo de questão “como” se adapta melhor ao delineamento da pesquisa como estudo de caso.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, entendeu-se não haver necessidade de se calcular uma amostra, seguindo-se o que preconiza a estatística (GODOY, 1995). Quanto à amostragem, consideraram-se, inclusive, os argumentos de Minayo (2004), a qual alega que em uma pesquisa qualitativa a sua representatividade não se baseia no critério numérico, e sim na identificação dos agentes sociais que possuem vinculação com o problema investigado. Nesse caso, segundo a autora, uma amostragem profícua é aquela que abrange a totalidade do problema e suas múltiplas dimensões. Esse aspecto também sustenta a decisão de incluir tanto municípios que apresentassem deslocamentos de turistas quanto os que contemplassem 100% dos elementos turísticos circunscritos na área de abrangência para alocá-los em um mapa e permitir a análise espacial.

Ainda, deve-se indicar a unidade de análise. Para esse fim, tomaram-se como parâmetro os componentes do sistema turístico, conforme discutido por Petrocchi (2001): atrativos turísticos, hotéis, restaurantes, agentes públicos e privados envolvidos com o setor. Assim, definiram-se esses elementos para contemplar no levantamento de campo, portanto, constituem as unidades de análise da pesquisa. Quanto aos respondentes, procurou-se contatar pessoas com condições de responder aos questionamentos, notadamente, gerentes ou responsáveis pelo turismo da entidade consultada.

Após as visitas aos municípios como preteritamente descrito, foram identificados 508 estabelecimentos cujas coordenadas foram marcadas. Todavia, somente 374 estabelecimentos tiveram respondentes à pesquisa, já que alguns gestores se recusaram a participar. Ressalta-se que o aspecto que mais contribuiu para a redução do número de respondentes foi a unidade de análise do atrativo turístico, isso porque boa parte compreende monumentos, mirantes, praças, capitéis, os quais não possuem uma pessoa responsável que pudesse responder aos questionamentos de interesse do estudo. Feitas essas considerações, apresenta-se na Tabela 1 um resumo do número de estabelecimentos turísticos identificados na área estudada, como também a proporção de respondentes.

Vale ressaltar que os respondentes tiveram a liberdade de recusar ou mesmo não saber responder a alguma questão específica; portanto, nem todos os questionamentos possuem o mesmo número de respondentes. Esse fato, todavia, restringe, mas não invalida o estudo, pois em torno de três quartos dos estabelecimentos existentes foram contemplados. Além disso, por tratar-se de pesquisa qualitativa, a qual não demandou análises estatísticas, foi possível atender aos objetivos propostos.

Tabela 1: Empreendimentos ligados ao turismo e número de respondentes

Tipos	Existentes	Respondentes	Percentual
Meios de hospedagem	91	83	91
Alimentos e bebidas	140	125	89
Atrativos	211	110	52
Instituições	44	36	82
Prefeituras	22	20	91
Total	508	374	74

Em atenção aos preceitos que orientaram a pesquisa, é necessário especificar e discutir detalhadamente as teorias para a sua fundamentação; estas foram descritas nas duas primeiras seções desta tese. Na primeira seção foram tratados os preceitos que discutem o turismo no contexto do desenvolvimento regional. Nela descrevem-se, em primeira instância, os conceitos referentes à região e ao desenvolvimento regional; posteriormente, o turismo como atividade geradora do desenvolvimento; por fim, as questões relativas às políticas públicas do turismo no Brasil.

A segunda seção discorre sobre os espaços complexos e a regionalização. Primeiramente, abordam-se as questões relativas ao pensamento complexo e a regionalização; após, a discussão da regionalização como estratégia de desenvolvimento do turismo. Com essas duas seções, contemplam-se as questões referentes à sustentação teórica da pesquisa.

Por ser um estudo de caso, e havendo a necessidade de caracterização da área investigada, dedica-se a terceira seção para a descrição do turismo circunscrito na área de influência dos municípios de Piratuba (SC) e Marcelino Ramos (RS). A fim de facilitar a organização dos dados, a seção foi, também, dividida em duas subseções. A caracterização dos municípios abrangidos, tecendo-se comentários sobre a sua ocupação e desenvolvimento econômico, foi realizada primeiramente; após, tratou-se do turismo e localização das atividades turísticas no âmbito dos municípios pesquisados.

A quarta seção foi organizada com a finalidade de apresentar a regionalização do turismo na área e atender aos objetivos específicos com base nos dados colhidos em campo. Em primeiro momento, foram discutidos os aspectos relacionados à espacialização do turismo analisando-se os conjuntos formados a partir da localização dos atrativos turísticos. Posteriormente, analisaram-se os conjuntos que se formam a partir do relacionamento entre os agentes locais envolvidos com o setor. Após, verificaram-se os conjuntos que se formam em virtude do deslocamento dos turistas pela área da pesquisa. Com isso, atende-se ao primeiro objetivo específico delineado para a pesquisa: localizar os atrativos turísticos no espaço de abrangência da pesquisa utilizando técnicas de georreferenciamento e classificar os espaços turísticos com base nos conjuntos que se formam devido à localização e acessibilidade

existente entre os atrativos turísticos do território. Em seguida, explanou-se a visão dos responsáveis pelo turismo nos municípios quanto à regionalização. Com isso, atende-se ao segundo objetivo específico: verificar o nível de conhecimento e compreensão dos agentes públicos quanto à política nacional de regionalização do turismo. Por fim, analisam-se os resultados com base no pensamento complexo. Com esse procedimento, atende-se ao terceiro objetivo específico: verificar as inter-relações existentes entre os diversos elementos do sistema turístico (atrativos, hotéis e restaurantes) em razão do comportamento do fluxo turístico e do relacionamento existente entre os agentes sociais envolvidos com o setor.

Finalmente, nas considerações finais, destacam-se os principais aprendizados e limitações inerentes ao estudo, indicando-se novas possibilidades de incursão ao tema, visto que lacunas ainda permaneceram em razão da impossibilidade de aprofundar aspectos mais específicos, pela própria limitação do pesquisador em abordá-los ou necessidade de se buscar outros dados a fim de elucidá-los.

Antes de finalizar esta introdução, vale ressaltar que para esta tese não se organizou uma seção específica quanto ao método de coleta e tratamento dos dados. Em decorrência do conjunto de variáveis e dos métodos envolvidos para compreender cada um dos aspectos concernentes à regionalização do turismo, entendeu-se ser mais adequado abordar esse aspecto da pesquisa concomitantemente com a discussão dos dados. Assim, antes de iniciar a análise e discussão dos dados, na introdução da terceira seção e nas introduções das subseções que compõem a quarta seção, reserva-se um espaço para esclarecer os métodos e procedimentos adotados.

Convém ainda mencionar que foram seguidas orientações da ética em pesquisa. Para tanto, todos os entrevistados foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa, permitindo-lhes a possibilidade de participar e a qualquer momento retirar sua participação. Também, tomou-se o cuidado de garantir o sigilo e a supressão da identidade dos respondentes em qualquer relatório ou publicação relacionados à pesquisa.

1 O TURISMO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O estudo do turismo como fenômeno social não é recente; portanto, incursões sobre o tema ao longo dos anos propiciaram a elaboração de pressupostos teóricos já testados e discutidos por diversos autores. Nesta seção, apresentam-se as premissas que servem de suporte à investigação proposta, visando a apontar os conceitos-chave aceitos pelos autores citados nesta pesquisa, a fim de explicar o fenômeno a ser investigado. Para facilitar a organização do texto, esta seção foi dividida em três momentos principais. A princípio, aborda-se a discussão concernente à região e desenvolvimento regional; posteriormente, o turismo como atividade geradora de desenvolvimento; por fim, apresenta-se uma síntese da política nacional do turismo.

1.1 REGIÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A abordagem sobre o desenvolvimento regional vem adquirindo importância na atualidade, tanto na academia quanto nas esferas pública e privada. Trata-se de um debate que envolve questões complexas; portanto, existem poucos acordos entre pesquisadores e gestores. No intuito de enaltecer o discurso, decidiu-se apresentá-lo em dois momentos: sobre região e regionalização e desenvolvimento regional.

1.1.1 Região e regionalização

A dificuldade em conceituar território e região ainda persiste. Ao longo do amplo debate ocorrido e que permanece em andamento, os conceitos foram sendo aprimorados. Todavia, não se chegou a um consenso; logo, não há um entendimento universalmente aceito por todos os que se ocupam com o estudo da temática.

Santos (2000) comenta que ao longo dos anos os pesquisadores interessados em compreender a realidade adotaram critérios distintos para a definição de regiões. Uns se apoiavam nos dados da natureza por meio da combinação de elementos, como clima,

vegetação e relevo, formando as denominadas regiões naturais. Outros consideravam a região como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural, evidenciada pelas regiões-paisagem. Ainda outros entendem a região como um produto social construído em determinados espaços, cujos condicionantes importantes são a distância, a localização, transportes e a força de trabalho (BENKO, 1999). O autor explica que a região constitui uma área geográfica que possibilita, ao mesmo tempo, descrever fenômenos naturais e humanos, analisar dados socioeconômicos e aplicar uma política. A homogeneidade e a integração são as duas características que a fundamentam, resultando simultaneamente em sentimentos de solidariedade e relações de interdependência com os demais conjuntos regionais e com o espaço nacional e internacional.

Atualmente, com as facilidades de comunicação e de transporte, por meio do processo denominado globalização, ocorrem interferências constantes nas comunidades regionais. Nesse sentido, o espaço geográfico assume novo contorno, novas características e definições, bem como adquire nova importância porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização (SANTOS, 2000). O referido autor argumenta que os âmbitos territorial e social sofrem mudanças em uma relação dialética entre rigidez e flexibilidade, baseadas em um conjunto de normas (públicas, privadas, locais, globais, jurídicas ou informais).

Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas na forma e no conteúdo das regiões [...], mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo [...] A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. (SANTOS, 1996, p. 197).

Ao debater região e processo de regionalização, Limonad (2004, p. 58) argumenta que, a despeito das adjetivações que acompanham a discussão de região como categoria de análise, ela é antes de qualquer coisa uma construção social que atende aos interesses precisos. A autora destaca que a região “[...] constrói-se a partir da ação de distintos agentes em múltiplas escalas articuladas que de certa forma encontram um rebatimento em práticas e processos sócio-espaciais histórica e geograficamente localizados.” Uma regionalização, para a autora, fundamenta uma reflexão teórica ou atende às necessidades impostas por políticas setoriais, práticas de planejamento ou processos de desenvolvimento regional. Assim, as regionalizações possíveis para um determinado território podem apresentar variações em virtude das finalidades às quais se propõem a atender.

Essa forma de pensamento é consoante com a de Lacoste (1988), ao criticar o método utilizado pela geografia tradicional. O autor assevera que o método mais utilizado para realizar estudos científicos, e que se proliferou para outros fins, consiste em aprofundar conhecimentos sobre diversos aspectos de um território. A atenção fica voltada às permanências, ou seja, aos aspectos que se mantêm ao longo do tempo, porém excluindo das análises a evolução econômica e social recente.

Essa maneira de pensar impede, segundo o autor, a apreensão mais eficaz das características espaciais dos diferentes fenômenos econômicos, sociais e políticos. “De fato, cada um deles tem uma configuração geográfica particular que não corresponde à da ‘região’”. (LACOSTE, 1988, p. 62). Para compreendê-los com maior propriedade, é necessário considerar as linhas de força que estruturam o espaço. O autor critica a abordagem adotada por pesquisadores que se ocupam em dividir um país em certo número de regiões, com base em alguns critérios históricos e, posteriormente, aprofundar estudos sobre a urbanização, industrialização, agricultura, entre outros circunscritos neste espaço previamente delimitado. Isso acarreta, segundo ele, a consagração da região-personalidade como organismo coletivo ou minimização da região-personagem histórica, servindo de base ao discurso político. A maneira de recortar o espaço *a priori* em certo número de regiões, das quais só se deve constatar a existência, oculta todas as demais formas espaciais, pois algumas atividades extrapolam esses limites e outras ocupam apenas parte da área, ou seja, encontram-se diferencialmente espacializadas.

O autor explica que essa maneira de pensar leva a uma regionalização e percepção do espaço, que se torna um obstáculo ao conhecimento como instrumento de ação. Para esse pesquisador, uma das razões fundamentais da geografia é justamente a de tomar conhecimento da complexidade das configurações do espaço terrestre. Os fenômenos que podem ser isolados pelo pensamento não se ordenam espacialmente segundo grandes compartimentos, ao contrário, superpõem-se. Por essa razão, é importante observar as múltiplas intersecções entre as configurações precisas dos fenômenos para se poder agir estrategicamente, facilitando, inclusive, evitar aqueles aspectos que podem constituir obstáculos à ação que se pretende empreender. “O método que permite pensar eficazmente, estrategicamente, a complexidade do espaço terrestre é fundamentado, em grande parte, na observação das intersecções dos múltiplos conjuntos espaciais¹ que se podem formar e isolar pelo raciocínio e pela observação precisa de suas configurações cartográficas.” (LACOSTE, 1988, p. 68).

¹ Para o autor, conjunto espacial é considerado como uma forma de destacar em um mapa o contorno, ou seja, os limites dos diversos conjuntos considerados.

Nessa perspectiva, explica o autor que, ao se observar atentamente o entrecruzamento dos contornos dos diversos conjuntos espaciais, verifica-se que ocorrem coincidências e inclusões e, nesse prisma, demandam atenção porque confirmam as relações de causalidade entre fenômenos. Assim, certas porções do espaço terrestre, em suas configurações, parecem ou são idênticas a outras. Todavia, esse fato consiste mais em exceção do que uma regra, pois essas coincidências são raras. O que ocorre mais comumente, segundo o autor, é a intersecção das configurações espaciais das diversas categorias de fenômenos que são analisados pelas diversas disciplinas científicas: geologia, climatologia, demografia, economia, entre outras. A representação mais operacional e mais científica do espaço não é a de uma divisão simples em “regiões”, em compartimentos justapostos uns aos outros, mas a de uma superposição de vários quebra-cabeças bem diferencialmente recortados (LACOSTE, 1988, p. 70). Contudo, alerta o autor que essa demarcação dos diversos conjuntos espaciais não é suficiente, é preciso considerar, também, suas dimensões.

Nessa linha de pensamento, Boullón (2002) explica que o conceito de região pode ser construído a partir dos critérios já discutidos nas linhas anteriores; destaca que uma forma de regionalização compreende o interesse de intervir em determinado espaço, por questões estratégicas, cujos limites são estabelecidos por decisões político-administrativas, as quais são denominadas regiões-plano ou regiões-programa. Essas qualidades válidas à análise econômica não podem ser transportadas para o espaço físico porque vários elementos materiais de natureza diversa compartilham uma mesma unidade espacial. As regiões denominadas agrícolas são entrecortadas por espaços ocupados por indústrias, e as regiões industriais apresentam áreas utilizadas para a agricultura, ou seja, dificilmente se encontram regiões totalmente homogêneas. Por essa perspectiva, o pensamento de Boullón (2002) coaduna com o de Lacoste (1988) e Limonad (2004). Continua Boullón (2002) argumentando que, ao considerar a concentração de bens e serviços em determinados conglomerados urbanos, os quais têm capacidade de estender sua influência para além de seus limites, abrangendo uma área maior que a rodeia, faz surgir o caráter de polarização da região.

A partir dos conceitos discutidos com base nos autores supracitados, compreende-se que uma região homogênea não existe, o que ocorre é a superposição de diversos conjuntos espaciais que se formam a partir das atividades possibilitadas por características físicas locais e das interações sociais dos agentes vinculados a determinado território. Fica claro que a não representação da diversidade e da complexidade do espaço terrestre como o resultado das intersecções entre os múltiplos conjuntos espaciais, os quais convêm distinguir, produz, conforme assevera Lacoste (1988), a delimitação de áreas para estudos e intervenção que não

correspondem à evidência e ao movimento que se processa no espaço; nesse sentido, produz uma regionalização que engessa a realidade ao invés de contribuir para esclarecê-la.

1.1.2 Desenvolvimento regional

Da mesma forma, o debate sobre o desenvolvimento envolve uma diversidade de entendimentos. Em termos conceituais, a análise da literatura esclarece que crescimento e desenvolvimento não são sinônimos. O primeiro termo remete, quase que exclusivamente, à esfera econômica e possui uma conotação de incremento quantitativo. O segundo a esse primeiro incorpora aspectos, como a ecologia, a ética e a política. Para Raud (1998), essa perspectiva deve substituir a maximização da produção material pela maximização do bem-estar geral, compatibilizando as necessidades sociais com a preservação da natureza. Segundo Sachs (2002), o entendimento do termo deve partir de uma perspectiva sistêmica e multidisciplinar envolvendo aspectos sociais, culturais, ecológicos, econômicos e espaciais, pressupondo que o desenvolvimento tenha por base a justiça social, a eficiência econômica e a prudência ecológica.

Do ponto de vista espacial ou regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996).

Segundo esse pensamento, o alcance desse objetivo depende da participação dos atores sociais por meio de estratégias da construção de redes e planejamento participativo. São pressupostos importantes, nessa concepção de desenvolvimento: a participação das comunidades envolvidas nas fases de planejamento e gestão; a crença de que a tarefa de promovê-lo não é exclusiva dos governos nacionais, mas que é mais eficaz quando a condução do processo ocorre por meio de outros níveis governamentais.

Nesse sentido, aceita-se que o desenvolvimento é mais facilmente alcançado mediante redes sociais que se articulam com vistas a garantir a qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Esse entendimento sustenta-se nos estudos de Putnam, Leonardi e Nanetti (2002) os

quais relacionaram o desempenho econômico e institucional das regiões italianas às tradições cívicas e às características da organização social. Eles argumentam que essa estrutura contribui para a eficiência da sociedade; por essa razão, facilita a execução de ações coordenadas necessárias ao desenvolvimento regional.

A partir dessas abordagens, o setor público federal perde seu monopólio na condução dos processos de desenvolvimento, sendo forçado a abrir espaço à participação de outros atores (PETERS, 2003). O processo parte das potencialidades socioeconômicas originais de âmbito local em substituição ao planejamento centralizado pelo estado nacional (AMARAL FILHO, 1996). Diante disso, o desenvolvimento é um processo endógeno, isto é, depende da articulação de forças do próprio território, resultando em capacidade de dinamização socioeconômica e ambiental. Nesse sentido, a organização territorial/regional deixou de ter um papel passivo (AMIN, 1998; BANDEIRA, 2004; AMARAL FILHO, 1996). Conforme Amin (1998), nesse novo enfoque, ganham relevância fatores como os valores e racionalidades específicos dos atores envolvidos, as características culturais e comportamentais, a influência das instituições formais e informais e a composição das redes sociais e econômicas, ou seja, as economias regionais passam a ser vistas como um conjunto de atividades afetadas pela cultura e pelo contexto local, sujeitas a mudanças condicionadas não apenas por fatores econômicos *stricto sensu*, mas também pela história da região e por outros aspectos sociais e institucionais específicos (BANDEIRA, 2004).

De acordo com esse modo de pensar, o desenvolvimento tende a ocorrer em âmbito regional, pois a existência desses capitais está intimamente relacionada à ocupação de um espaço. Para competir, é necessário que cada comunidade identifique os seus fatores de sucesso e que os utilize para criar valores comparativos, permitindo, assim, concorrer com as diversas regiões do planeta, oferecendo produtos diferenciados (PORTER, 1990, 1999). É necessário, ainda, para que haja desenvolvimento, a integração das diversas instituições públicas e privadas, em torno de um projeto comum, e que cada qual desempenhe seu papel a fim de que o processo ocorra de forma harmoniosa e planejada. Para que as regiões sejam competitivas, portanto, é imperativo que possuam um sistema econômico local estruturado, dele fazendo parte os governos locais e estaduais, um fórum de desenvolvimento com a função de articular os projetos regionais por intermédio da integração das instituições de suporte e de pesquisa. Além disso, ganha importância a atuação conjunta dos segmentos empresariais de pequeno e médio porte mediante associações, consórcios de produção ou exportação; que as empresas de menor porte estejam atreladas a uma rede de grandes empresas; que haja oferta de crédito facilitado por meio de cooperativas de garantia e pelos

bancos de desenvolvimento ou comerciais. Também, a existência na região de um observatório econômico e centro tecnológico capaz de avaliar o mercado internacional e gerar conhecimentos que possibilitem a elevação dos níveis de produtividade das empresas. Todos esses agentes atuando de forma interconectada permitem a competitividade da região e das empresas que a compõe (CASAROTTO; PIRES, 2001).

Ao abordar a temática do território e desenvolvimento, Brandão (2007) critica a adoção de forma mecânica da literatura internacional contemporânea na orientação das ações públicas em âmbito subnacional. Para o autor, se por um lado houve uma revalorização da dimensão espacial do processo de desenvolvimento, por outro, emergiu a visão, hoje hegemônica, de que o desenvolvimento ocorre por meio do voluntarismo local. Para ele, essa abordagem do desenvolvimento “[...] sugere que estaríamos vivendo a possibilidade de consolidar um novo padrão de desenvolvimento, construído totalmente no âmbito local, dependente apenas da força de vontade dos agentes empreendedores que mobilizariam as potências endógenas de qualquer localidade.” (BRANDÃO, 2007, p. 36). Essa maneira de pensar, segundo o autor, nega a natureza das hierarquias de geração e apropriação de riqueza, as quais são impostas em variadas escalas. O autor defende que deveria ocorrer uma reflexão crítica sobre essa visão, incorporando-se na análise o tratamento adequado da articulação de todas as escalas geográficas. Asseverando que nenhuma escala é boa ou ruim por si, argumenta que seria necessário discutir a espacialidade dos problemas e elaborar políticas atentando à escala específica destes, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007). Ao não considerar as escalas intermediárias que, na atual fase do capitalismo, ganham novo sentido e importância, segundo Brandão (2007), subjacentes à maioria dessas formulações teóricas, ocorre um paradoxo: de um lado, o espaço local é tratado como um mero nó entrelaçado em uma imensa rede e submisso em um conjunto gigantesco; de outro, aparece como um recorte singular, dotado de vantagens únicas, capaz de autopropulsão, identidade e autonomia.

O referido autor entende que o enfrentamento dessa visão demanda propostas alternativas que precisam envolver adequadamente a articulação de todas as escalas geográficas. Para estudar as heterogeneidades, hierarquias e especializações em qualquer escala (regional, nacional, internacional), o autor propõe como categoria explicativa básica para a investigação da dimensão espacial do desenvolvimento a divisão social do trabalho. Segundo ele, essa categoria corresponde à expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, capaz de revelar as mediações e as formas concretas de reprodução social no espaço, expressando a constituição socioprodutiva interna e suas

possibilidades de inserção no contexto maior, ou seja, sua posição em uma relação hierárquica superior. Para contemplar a análise segundo esse pensamento, o autor indica a compreensão do movimento desigual da acumulação de capital no espaço. Para tal, assevera a necessidade da verificação articulada dos processos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia nos recortes territoriais (BRANDÃO, 2007).

No que concerne à homogeneidade, o autor alerta que não se trata do sentido atribuído ao termo pela ciência regional quando discute espaço homogêneo. Não se trata, portanto, de concepção que envolva convergência espacial nem critérios de semelhança e contiguidade. O entendimento do termo deve recair no processo de homogeneização de relações, ou seja, da tendência requerida pelo capital de relações de produção apropriadas ao seu movimento de valorização, ou melhor, da busca de condições mais apropriadas à sua reprodução ampliada. “Em outras palavras, a homogeneização não deve ser associada a nenhuma idéia de afinidade ou de solidariedade de uma ‘comunidade’ particular, mas ao movimento universalizante do capital, arrebatando mesmo os espaços mais remotos em um único domínio.” (BRANDÃO, 2007, p. 72). Corresponde, portanto, a um sistema referencial comum em um espaço universal, formado continuamente e gradativamente por meio da multiplicação dos atos de intercâmbio que busca a valorização e a universalização da mercadoria. Nesse sentido, segundo o referido autor, a homogeneização corresponde à “[...] construção das regras das lutas concorrenciais, que busca engendrar um espaço unificado de valorização do capital e que define os espaços de mercado nos quais se desenvolverá a ‘coerção imposta’ do processo de integração.”

A integração, segundo Brandão (2007), deve abranger a dinâmica coercitiva da concorrência que impõe seletividade ao operar nos espaços e horizontes abertos pela homogeneização. O autor explica que, após o nivelamento das condições reprodutivas ambientais, constituindo uma arena para a valorização sem obstáculos extraeconômicos (homogeneização), abre-se o espaço adequado para que ocorra a luta entre as diversas unidades de riqueza no que se convencionou denominar “mercados” (integração). Dessa forma:

[...] a integração é um processo de enfrentamento em um ambiente nada idílico, determinada que é, em última instância, pela concorrência, necessariamente marcada por rupturas, transformações, conquistas e tentativas de preservação de espaços e horizontes renovados para a reprodução ampliada do capital. (BRANDÃO, 2007, p. 76).

Assim, a integração é um processo contínuo que exerce influência complexa e contraditória sobre as regiões aderentes, que são envolvidas em adaptações recíprocas, com intensidades diversas, orientadas pela potência do vetor “centro dinâmico” – “periferia”.

Segundo o entendimento do autor supracitado, a integração recondiciona e força as economias aderentes à convergência e à (re)acomodação das estruturas produtivas regionais. À medida que esse processo de interação é acelerado, acirra-se a concorrência inter-regional. Nesse momento, os mercados regionais passam a se expor à pluralidade de formas de capitais externos. Nessa esteira de incorporações, multiplicam-se as interdependências e complementaridades regionais, podendo acarretar tanto o aumento das potencialidades quanto as vulnerabilidades regionais. Ao final desse processo, ocorreria a constituição de um mercado interno que, no entanto, não nega e sim reafirma as heterogeneidades estruturais inter-regionais. Nesse sentido, torna-se impossível uma única região compreender uma matriz densa e integrada e regionalmente completa. Nesse caso, a cada região resta se inserir de forma especializada e complementarmente às cadeias produtivas constitutivas da matriz nacional, a qual se encontra espacializada por todo o território doméstico, excluindo-se a possibilidade de buscar autonomia econômica (CANO, 1981 apud BRANDÃO, 2007). O entrelaçamento de cada região ocorre de forma distinta, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas tanto no centro quanto nos espaços periféricos.

Um terceiro ponto que convém abordar em estudos que consideram os aspectos da acumulação do capital é a polarização, a qual deriva, segundo Brandão (2007), da própria natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista. Conforme seu argumento, o processo de integração possibilita uma ideia de enquadramento, enquanto o de polarização, a noção de hierarquia. Esse desenvolvimento das forças produtivas gera polaridades (campos de força) desigualmente distribuídas no espaço, ou seja, cria nessas centralidades estruturas de dominação que se fundamentam na assimetria e que serão reforçadas pela inércia dos investimentos fixos concentrados naquela área central. Essa centralidade é marcada pelas forças aglomerativas apropriando-se de economias de escalas, de proximidade e meios de consumo coletivos presentes nos espaços construídos nos núcleos urbanos centrais do processo de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007).

Ainda conforme o entendimento do autor supracitado, o fundamento da atração pelos pontos nodais encontra-se no exercício unilateral do poder e da potência do centro sobre as periferias. Isso ocorre porque centros posicionados em hierarquias superiores tendem a ser dotados de estruturas de serviços, infraestruturas, centros de armazenagem, comercialização, consumo, gestão, controle e poder político e cultural, constituindo forças difíceis de ser revertidas ou contrabalançadas. Nesse sentido, depreende-se seguindo o seu raciocínio que os fluxos mais importantes tendem a se orientar na direção, desde alguns centros dominantes. Assim, analisar o alcance e a esfera de influência do polo, detectar as interdependências das

atividades e decisões dos agentes econômicos, entre outros aspectos podem esclarecer o potencial diferenciado de espaços particulares. O capitalismo desenha e redesenha o espaço, produzindo novas escalas, novos pontos nodais, rearranjando as forças da polarização. Por isso, ocorrem mudanças das polarizações em novos pontos nodais exercendo diferentes espécies de atratividade e gerando eixos e nós de maior ou menor potência reprodutiva. Nesse caso, assevera o autor que a noção de polarização não deve e não necessita estar associada a conceitos como: indústria motriz, efeitos de filtração, entre outros. Também, nem sempre estar vinculada, como ocorreu no passado, de alguma forma, à variável distância. A pesquisa regional deve contemplar um mapeamento exaustivo e complexo de localizações, de movimentos, de redes de fluxos e de nós. A discussão da gravitação a partir de alguns pontos focais implica a discussão da capacidade e do poder de decisão acerca do conjunto de elementos que sustentam a acumulação do capital, ou seja, a partir do *core* do sistema, analisar o grau de autonomia da reprodução de suas formas dominantes de valorização para questionar o potencial de gestão sobre o conjunto nacional.

Além dos três aspectos anteriores, é preciso incorporar nos padrões de desenvolvimento regional que fundamentam as relações intra e entre espaços e escalas geográficas a hegemonia. É nesse âmbito que, segundo Brandão (2007), deve-se esclarecer de que modo a questão das diversidades regionais se apresenta como uma questão de Estado, expressando-se como uma questão regional. A equação política e a correlação de forças presentes em determinada nação revelam cortes regionais/locais. A chave para analisar essas questões encontrar-se-ia na hegemonia política do bloco de poder das diversas frações do capital mercantil. Por meio desse conceito, é possível compreender os processos assimétricos, em que agentes privilegiados detêm o poder de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio e raio de ação a outrem. “Dada certa correlação de forças, considerada em determinado tempo-espaço, é preciso perscrutar a força coercitiva, os níveis e graus de ‘consentimento’ para o domínio e exercício de direção que consolide um determinado ‘projeto de incorporação de todos’ em sua órbita [...]” (BRANDÃO, 2007, p. 84), vencendo a heteronomia. Nesse sentido, a hegemonia é concebida como direção e domínio; portanto, como conquista por meio da persuasão, do consenso, mas também como força para reprimir os adversários. Um avanço dos estudos territoriais, considerando as relações entre o Estado e a recomposição das condições de valorização das frações do pacto e sua (re)arrumação do bloco oligárquico no poder, permitira iluminar questões como o esgarçamento dos pactos federativos, o uso de fundos públicos na reprodução das elites e fortunas regionais, a estrutura, as contradições e fissuras no bloco de poder, bem como expor elementos explicativos das dificuldades de

ajustar pactos legitimadores em países continentais. Em resumo, é a partir da inserção das questões territoriais no contexto da reprodução social que se poderiam desvendar as causas da heterogeneidade estrutural que se manifesta espacialmente na produção da riqueza capitalista.

Partindo-se das reflexões pretéritas, Boisier (2003) pondera que o desenvolvimento é um conceito complexo, axiológico, multidimensional, construtivista, qualitativo em sua essência. O autor sugere que o desenvolvimento requer, para o seu entendimento, enfoques holísticos, sistêmicos, complexos e recursivos. Ao se questionar quanto ao desenvolvimento não ser alcançado por meio de uma somatória de ações e sim por simultaneidades que o façam surgir (emergir), o próprio autor alega que, caso essa hipótese seja verdadeira, há de se repensar os modelos de análise regional, deixando de utilizar métodos positivistas e adotando (como opção) a teoria dos sistemas complexos. As propriedades emergentes consistem em fenômenos culturais e sociais que surgem das interações e intercâmbios entre os membros de um sistema social. Continua Boisier (2003, p. 11) que as propriedades emergentes são as características funcionais inerentes a um objeto agregado. Uma propriedade emergente compreende uma característica funcional única de um objeto agregado que advém da natureza de suas partes componentes e das relações forçadas que se formaram para enlaçá-las no conjunto. Essa característica funcional é própria do agregado e não se pode encontrá-la em suas partes. Nesse sentido, uma região não corresponde à soma de províncias ou de setores.

Após uma profícua discussão sobre a teoria dos sistemas e da complexidade que, por questões práticas, neste texto, serão aprofundadas na próxima seção, Boisier (2003) apresenta uma série de subsistemas que a seu ver são importantes para se pensar o desenvolvimento sob uma perspectiva holística. O primeiro deles, segundo o autor, constitui o de valores, o qual é o ponto de partida para a busca do desenvolvimento. O autor destaca que é importante distinguir os valores universais (liberdade, democracia, justiça, paz, etc.), os quais são essenciais para se pensar em desenvolvimento de maneira geral, do conjunto de valores singulares, próprios do território em questão, e por meio do qual ocorre a formação da identidade local. É a partir da confrontação desses dois conjuntos de valores que se torna possível distinguir o que está dentro e fora do sistema social.

O segundo subsistema é composto pelos atores; estes podem ser individuais ou coletivos (públicos ou privados), os quais são justamente os portadores do desenvolvimento. É preciso, segundo o autor, encontrar os atores que possuem projetos e são efetivamente capazes de incidir no curso dos acontecimentos da localidade ao se promover ações visando ao desenvolvimento.

O terceiro é o conjunto das organizações (públicas e privadas). Boisier (2003) destaca, nesse aspecto, que não basta conhecer quantitativamente as organizações, mas os objetos, propriedades e condutas. Isso significa que é necessário conhecer a sua capacidade e flexibilidade de decisão e resposta à mutante demanda do entorno (objeto); a sua identidade com o próprio território e a sua inteligência organizacional (propriedades); a sua capacidade de estabelecer relacionamentos com outras organizações e avaliar a existência de cooperação e conflito entre elas (conduta).

O quarto conjunto representa os procedimentos, ou seja, as modalidades por meio das quais o governo administra, informa e posiciona no entorno o seu próprio território. Administrar, para Boisier (2003), traduz-se nas rotinas que conectam as ações de governo com a população mediante a prestação de serviços e destinação de recursos financeiros, à proporção que os objetivos são estabelecidos. Continua o autor assinalando que, em virtude das constantes mudanças que ocorrem no cenário econômico (hoje com reflexos planetários), uma importante ação do governo é coletar, organizar e disponibilizar informações atualizadas aos potenciais usuários.

A acumulação do capital econômico simboliza o quinto subsistema, porém sem descuidar da importância de compatibilizar crescimento e desenvolvimento. O autor destaca que não há uma relação hierárquica entre esses dois aspectos, nem mesmo qualquer proposição simplista. O que se sustenta é uma complexidade desconhecida de tal articulação. Apesar de reconhecer que o desenvolvimento é intangível, o autor assevera que há necessidade de atentar para os aspectos a ele relacionados; sem um investimento em longo prazo, não há perspectivas de desenvolvimento.

Finalmente, o sexto subsistema; o mais importante, segundo Boisier (2003), caso se aceite a natureza intangível do desenvolvimento como processo e estado temporal. Trata-se dos capitais intangíveis, um amplo conjunto de fatores específicos que podem ser agrupados em categorias homogêneas. Diante disso, compreende-se que o desenvolvimento não é causado pelo investimento material, mas por ações que potencializam fenômenos que se encontram preferencialmente no âmbito da psicologia social. Entre as várias categorias, citam-se: capital cognitivo, capital simbólico, capital cultural, capital social, etc.

Diante do que foi discutido nesta seção, entende-se que tratar do desenvolvimento regional, partindo-se de qualquer regionalização pretérita, por melhor que tenha sido desenhada, pode limitar a compreensão da realidade. O objetivo deste estudo consiste na regionalização do turismo; portanto, o desafio está em compreender o campo de forças que estrutura o espaço turístico.

1.2 O TURISMO COMO ATIVIDADE GERADORA DE DESENVOLVIMENTO

Estudos sobre o desenvolvimento do turismo têm-se intensificado nos últimos anos. Alguns aspectos são apontados como razão pelo aumento do interesse na área, entre eles, o crescimento do número de viagens, especialmente após a Segunda Grande Guerra. Quanto aos motivos para o aumento da atividade turística, citam-se as facilidades oferecidas pelos meios de transporte, as condições propiciadas pelas leis trabalhistas (salário-mínimo, férias remuneradas), as necessidades de fuga das atribulações diárias nas grandes cidades (BENI, 1998; PETROCCHI, 2001; ACERENZA, 1991; KRIPENDORF, 2001).

O debate para conceber um conceito de turismo amplamente aceito contemplando todas as suas *nuances* está longe de chegar a termo. Apesar da evolução ocorrida por meio do grande volume de pesquisas já realizadas, não se chegou ainda a um consenso quanto ao significado do termo. Isso se deve, segundo Acerenza (1991), aos distintos enfoques incorporados ao tema à medida que as diversas disciplinas se ocuparam do estudo do turismo.

No contexto deste estudo, uma incursão na discussão dos referidos enfoques, apesar de importante, não foi realizada de forma exaustiva. Assim, aceita-se que o turismo compreende atividades relacionadas ao deslocamento de pessoas do seu local de residência por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional (OMT, 1992 apud MIDDLETON; CLARKE, 2002). A atividade pertence ao setor terciário da economia e consiste em um conjunto de serviços disponibilizados ao turista (ROSE, 2002). Essa conotação de turismo é constatada na própria etimologia do termo que, segundo Barbosa (2002), originou-se da palavra inglesa *tourism*, que designa o conjunto de serviços necessários à organização de viagem ou excursão feita por prazer a locais que despertam interesse. Assim, para o referido autor, esse tipo de deslocamento classifica-se como prática do turismo. Segundo Andrade (1998), a palavra turista é originária do termo francês *touriste* e significa pessoa que viaja somente com fins recreativos. Continua o autor explicando que o termo *tour*, originário do latim, do verbo *tornare*, remete a conotação de giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de origem.

Diante do exposto, optou-se por essa definição, por englobar, seguindo o entendimento de Middleton e Clarke (2002), os três elementos principais de viagem e turismo: focaliza nas atividades realizadas pelo visitante apenas nos aspectos da sua vida, alheios ao contexto de suas rotinas normais de trabalho e compromissos sociais, que devem ocorrer em locais distintos de onde se executam tais rotinas; em razão disso, consiste na

realização de deslocamentos (viagens) e, por conseguinte, na utilização de meios de transporte. Para receber os visitantes, os destinos necessitam disponibilizar uma gama de atividades e instalações destinadas a proporcionar suporte a eles, implicando uma combinação de impactos no meio social e ecológico demandando o seu gerenciamento.

Para a compreensão do turismo em um processo de planejamento, importa considerar ainda o desdobramento desse conceito, considerando o tempo de permanência do visitante no destino. Nesse sentido, o conceito pode ser subdividido em duas categorias: os turistas e os excursionistas. O visitante, termo utilizado para descrever os viajantes que se encaixam nas definições acordadas sobre turismo (MIDDLETON; CLARKE, 2002), é considerado turista quando ele permanece e pernoita em um meio de hospedagem do núcleo receptivo. O excursionista ou visitante de um dia é a pessoa que não permanece mais de 24 horas; portanto, não faz uso de qualquer meio de hospedagem, com intenção de pernoitar, no destino visitado (ACERENZA, 1991; ANDRADE, 1998; DIAS, 2005). A esse respeito, Middleton e Clarke (2002) esclarecem que os excursionistas, em geral, são pessoas que saem de sua residência e retornam no mesmo dia. Todavia, podem ser, também, turistas que fazem visitas de um dia a outros destinos turísticos que não seja o local onde passam a noite.

Para compreender o fenômeno turístico, como objeto de estudo científico, ao longo dos anos, os pesquisadores adotaram métodos e abordagens disponíveis e consoantes com os seus pressupostos teóricos. Nesse sentido, quando da emergência da teoria dos sistemas, essa abordagem passou também a orientar pesquisas sobre o tema, dando origem a vários modelos de análise (ACERENZA, 1991). Ao comentar sobre esse aspecto, Boullón (2002) assevera que não se trata da existência de vários sistemas turísticos, e sim de diferentes perspectivas de análise. Destaca o referido autor que o sistema turístico é um só.

Assim, para os interesses do presente estudo, por adotar uma abordagem sistêmica e compreender o turismo à luz da teoria da complexidade, priorizou-se aprofundar a discussão sob esse prisma. Entre as alternativas disponíveis na literatura, por abranger os elementos necessários à análise que se pretende empreender, optou-se pelo modelo denominado oferta e demanda, o qual direciona o seu interesse no turismo como atividade comercial. Boullón (2002) caracteriza-o como um sistema aberto, cujos elementos que o compõem são: o subsistema de produção, composto pelos atrativos e infraestrutura turística de um local; o produto, que é resultado da interação dos diversos elementos na criação de um serviço que atenda às necessidades do consumidor turista; a oferta, que constitui a efetiva disponibilidade dos serviços turísticos no mercado por determinado preço; a demanda, que se refere ao montante de pessoas existentes na sociedade com recursos e necessidades que possam ser

atendidas pelo sistema turístico; a superestrutura, composta por entidades públicas e privadas que têm a responsabilidade de coordenar as atividades do setor. Esse entendimento é compartilhado por Beni (1998) e Petrocchi (2001).

Nesse sentido, o sistema turístico pode ser concebido como um sistema complexo composto por diversos subsistemas e tem seu desempenho dependente dos desempenhos de cada uma das partes que o compõe (PETROCCHI, 2001). Convém, no caso desta pesquisa, destacar alguns aspectos relativos aos elementos do sistema (subsistemas) com vistas a orientar a análise dos dados.

Um primeiro ponto importante é compreender que o sistema turístico corresponde a esse conjunto de elementos os quais se articulam com o objetivo, em última análise, de garantir a sua sobrevivência. Nesse sentido, precisa atender às necessidades do turista-cliente (PETROCCHI, 2001). A obviedade desse fato pode ser depreendida do próprio conceito de turismo, considerando-se o conjunto de operações necessárias ao atendimento das necessidades das pessoas que viajam. O turista, portanto, caracteriza-se como o propulsor do sistema. Acerenza (1991), a esse respeito, assevera que o turista é o motor do sistema e responsável pelo seu funcionamento. Fazendo-se uma relação com a teoria da complexidade, pode-se inferir que o sistema turístico emerge a fim de atender às necessidades das pessoas que viajam.

Um segundo aspecto, nesse contexto, corresponde à sua abrangência, o sistema como instrumento de análise é flexível. Um município, por exemplo, pode ser estudado como um sistema de turismo, porém as suas fronteiras não coincidirão necessariamente com os limites físicos do referido município. Cabe ao planejador ou pesquisador delimitar áreas diferentes ao sistema turístico (PATROCCHI, 2001). Nesse sentido, coaduna com o pensamento de Lacoste (1988) e de certa maneira com a discussão empreendida por Brandão (2007), pois, nesse caso as regiões e as espacialidades do turismo emergem devido às relações existentes entre o turista e as localidades por meio da oferta de serviços, os quais dependem das suas características naturais e sociais e que devem estar adequados aos interesses do viajante.

Cabe ainda alguma reflexão quanto ao produto turístico. Como já referido, o turismo pertence ao setor terciário da economia; portanto, de serviços. Nesse sentido, diferentemente de um bem produzido, os serviços são realizados (RATHMELL, 1974 apud MIDDLETON; CLARKE, 2002). Explicam os autores que, enquanto o produto é comprado por meio de uma transação de troca que confere a propriedade de um item físico, os serviços são adquiridos por uma transação de troca que confere o acesso a um serviço e seu uso, geralmente por tempo determinado. Isso implica que existe uma inseparabilidade entre o ato de produção e

consumo. Asseveram os autores que a produção e o consumo ocorrem no local ou equipamento de produção; logo, é o consumidor (turista) que se desloca até o produto. Nesse caso, o desempenho do serviço requer a participação conjunta do produtor e do consumidor. Em consequência, um serviço não pode ser estocado, tornando-se altamente perecível, pois um quarto de hotel não ocupado em um dia não pode ter essa ociosidade compensada pela ocupação do dia seguinte. Boullón (2002) alerta para o fato de que o turista se utiliza de serviços básicos, como hospedagem, transporte, alimentação, os quais fazem parte do serviço (produto turístico); todavia, o que efetivamente o motiva a se deslocar é a realização de outras atividades. Nesse sentido, considerando as motivações de viagem do consumidor, a esse conjunto de fatores, deve-se somar ao produto turístico o que lhe permite o entretenimento. Nas palavras do autor, “[...] à aceção tradicional do produto é preciso somar outra, que, levando em conta o consumidor, estabelece que para ele o produto turístico é aquele que lhe permite passear, visitar os atrativos, fazer esportes e divertir-se.” (BOULLÓN, 2002, p. 46). Esse referencial torna-se relevante para esta pesquisa, pois compreender essas motivações dos turistas permite analisar a compatibilidade entre os interesses do visitante e as condições existentes no destino, contribuindo para verificar se é possível a oferta de um produto turístico regional adequado. A esse respeito Petrocchi (2001) informa que as motivações de viagens estão migrando de sol, areia, mar e sexo para equipamento, meio ambiente, entorno e eventos, caracterizando-se como uma busca por estadas mais ativas, independentemente dos destinos. Middleton e Clarke (2002) classificam as motivações em categorias, quais sejam:

- a) físicas e psicológicas – envolvem interesses do turista em praticar atividades esportivas, ações visando à saúde e estética, descanso e relaxamento com vistas a escapar do estresse do cotidiano e busca de calor e sol;
- b) educacionais e de ordem cultural – contemplam interesses em participar de festivais, teatro, música – como espectador, artista ou voluntário –, participação em cursos visando ao aperfeiçoamento intelectual e desenvolvimento de habilidades, interação com o patrimônio cultural e natural;
- c) sociais, interpessoais e étnicos – correspondem aos interesses dos viajantes pelo desfrute da companhia (visitas a amigos e parentes), ocasiões de ordem social (casamentos, funerais), acompanhamento de cônjuges em viagens por razões próprias (trabalho), visitas ao local de nascimento e exploração de raízes históricas;

- d) conjunto das motivações por entretenimento e diversão – inserem-se atividades como assistir a jogos, visitas a parques temáticos, efetuar compras por prazer fora da rotina;
- e) motivações de cunho religioso – peregrinações, retiros para meditação e estudo.

Esses diversos interesses dos turistas permitem o desenvolvimento de produtos específicos e diferenciados. Nesse sentido, haveria necessidade de verificar em uma região quais desejos dos viajantes seriam possíveis atender em razão de suas potencialidades.

Em consequência desse entendimento de produto, a compreensão da oferta de um serviço turístico deve ser ampliada, indo além da tradicional análise econômica. Boullón (2002) explica que, em virtude da impossibilidade de estocar um serviço, cada vez que expira sua vigência, por exemplo, os minutos para se alimentar em um restaurante, renova-se a sua oferta e, caso esse serviço não seja vendido, é perdido. Dada a transitoriedade da oferta dos serviços, a demanda também acontece, pois, no momento em que um indivíduo desocupa um apartamento do hotel, este deve ser ocupado por outro turista. Um requisito essencial para o produto cumprir a sua condição de oferta, ou seja, ter entrado no mercado por tempo determinado, é a necessidade de o consumidor potencial tomar conhecimento da sua existência. No caso do turismo, é a quantidade de renovação da oferta, durante o dia. “Isso indica que o turista real-consumidor é quem, localmente, estabelece o tempo que cada produto pode ficar no mercado porque, depois da sua partida, quem for substituí-lo já integra outro mercado que deve ser informado e conquistado no curto espaço de tempo que permanecerá no lugar visitado.” (BOULLÓN, 2002, p. 42). O autor ressalta que, se não há fluxo turístico e se elabore uma campanha publicitária para atrair turistas, essa oferta se caracteriza como potencial.

Por meio da discussão empreendida até aqui, compreende-se que a oferta é real ou potencial dependendo da interação do turista com o ambiente visitado. Assim, a demanda também passa a depender desse detalhe. Entre as várias classificações possíveis, destaca-se a demanda real a qual corresponde à quantidade de visitantes existentes em um determinado lugar e a soma de todos os bens e serviços efetivamente solicitados por eles durante a sua estada no referido destino. No caso, quando se trata da possibilidade de atrair pessoas de mercados ainda não conquistados ou dos incrementos que seriam obtidos de fluxos futuros, classifica-se essa demanda como potencial. A demanda futura consiste nas previsões de evolução do fluxo de visitantes, observando as condições atuais do mercado, baseadas em estatísticas (demanda histórica) e em expectativas quanto às tendências de comportamento futuro dos viajantes (BOULLÓN, 2002). Petrocchi (2001) pondera que três aspectos externos

aos sistemas turísticos receptores exercem influência sobre a demanda. O primeiro deles corresponde à distância entre local emissor e receptor. Em relação a esse quesito, o autor associa sua influência a uma atração gravitacional, visto que a proximidade entre emissor e receptor potencializa a demanda. À medida que aumenta a distância entre ambos, reduz-se o potencial de fluxo. Essa variável, no entanto, pode ser atenuada, em virtude da melhoria da imagem do destino turístico, da qualidade do produto, da divulgação ou da alta renda auferida pela população do local emissor. O segundo aspecto, portanto, compreende a renda, pois, quanto maior a renda de uma população, maior é a probabilidade de que gaste com produtos supérfluos, entre eles, o turismo. Com disponibilidade maior de renda, há maior probabilidade de o turista incorrer em gastos elevados com viagens e ter disponibilidade para percorrer distâncias maiores. Como terceira variável, insere-se a grande concentração urbana. Em razão das atribuições diárias atinentes às grandes concentrações urbanas (trânsito, trabalho), a probabilidade maior é de que sua população se disponha a sair desse ambiente para se distrair e espairecer. Segundo Petrocchi (2001), a combinação dessas três variáveis oferece múltiplas situações possíveis de mercado, cujo conhecimento permite a elaboração de estratégias mercadológicas mais eficientes. A situação mais favorável é a que conjuga curta distância entre destino turístico e local emissor, renda alta e população grande do local emissor.

Infere-se que da relação entre a possibilidade de oferta com os interesses da demanda é que surge maior ou menor interesse do capital, conforme preconiza Brandão (2007). Nesse sentido, as hierarquias espaciais decorrem da concorrência entre os diversos destinos, pois o turista pode optar por realizar viagens mais longas ou mais curtas, dependendo da sua disponibilidade de recursos, bem como do maior ou menor nível de investimento em estrutura ocorrido em um e em outro destino. Assim, determinadas áreas atendem a uma demanda regional (excursionistas) ou externa (turistas), reclamando, assim, por uma estrutura de produção compatível com esses requisitos.

Nesse sentido, resta ainda efetuar algumas ponderações relativas ao subsistema de produção dos serviços turísticos. Tomando-se por base que o produto é uma combinação entre bens tangíveis e aspectos intangíveis como o interesse dos visitantes, entende-se que a sua produção depende de aspectos físicos existentes em determinado local, interagindo com o interesse dos turistas e a capacidade de organização dos envolvidos com a oferta dos serviços de determinado destino. Nesse sentido, a estrutura de produção do setor compõe-se de atrativos turísticos, equipamentos, instalações e infraestrutura (BOULLÓN, 2002). O que se pode depreender do conceito é que um determinado lugar, para tornar-se um destino turístico, deve possuir elementos que motivem um deslocamento temporário das pessoas. Nesse

sentido, o atrativo turístico é a matéria-prima, ou seja, os recursos naturais, culturais, sociais e tecnológicos passam a ter importância crucial. Eles podem ter capacidade própria ou em combinação com outros para atrair os turistas (RUSCHMANN, 1999). Continua a autora, com base em ampla revisão bibliográfica, demonstrando que os atrativos turísticos devem ser classificados de acordo com o seu grau de atratividade em quatro níveis hierárquicos, que são:

- a) Hierarquia 03 – atração excepcional, altamente significativa ao mercado turístico. É capaz, por si, de motivar grande corrente de turistas;
- b) Hierarquia 02 – atração com aspectos excepcionais, capaz de motivar uma corrente de turistas nacionais ou estrangeiros, por si ou em conjunto com outras atrações;
- c) Hierarquia 01 – atração com alguns aspectos chamativos, capaz de interessar turistas que vieram de longe para a região, por outras motivações, ou capaz de motivar correntes turísticas locais;
- d) Hierarquia 00 – atração sem méritos suficientes para ser incluída nas hierarquias anteriores, porém faz parte do patrimônio turístico como elemento que pode complementar outro de maior interesse no desenvolvimento de complexos turísticos.

Contudo, para atender às necessidades básicas dos turistas, é preciso adaptar às condições físicas dos locais o que Boullón (2002) denomina equipamento turístico e instalações. Os elementos que compõem o equipamento correspondem ao atendimento das necessidades do turista quanto a abrigo (hospedagem), alimentação (gastronomia), entretenimento (lazer) e outros serviços (deslocamento, informações, compras). No que se refere às instalações, constituem as estruturas necessárias à utilização de um aspecto da natureza ou prática de alguma atividade. Nesse sentido, para usufruir do mar, necessita-se de marinas, barracas, guarda-sóis; de montanhas, necessita-se de mirantes, trilhas, teleféricos; para atividades gerais, necessita-se de piscinas, vestiários, parques infantis, quadras esportivas, entre outros itens. Esse conjunto de elementos é também denominado por alguns autores, por exemplo, Beni (1998), como infraestrutura turística. Além disso, para possibilitar o acesso e bem-estar ao visitante, há necessidade de infraestrutura adequada, como estradas, rodoviárias, hospitais, telefonia, eletricidade; o que Beni (1998) denomina de infraestrutura básica.

Nesse sentido, verifica-se que o subsistema de produção do serviço turístico é uma combinação complexa de elementos, tangíveis e intangíveis, cujo reflexo é o produto turístico

como resultado da integração de um conjunto de bens e serviços. A esse respeito, Boullón (2002) assevera que há certa dificuldade de se caracterizar o que pertence ou não ao sistema turístico, ponderando que não existem bens estritamente turísticos. Explica ele que, quanto à oferta, além dos aspectos relacionados ao uso de hotéis e restaurantes, sobre a oferta turística neste texto, um dos aspectos importantes corresponde à compra de bens nos locais de visitaç o. No entanto, esses bens caracterizam-se como de consumo em geral e n o s o essencialmente t urísticos, por exemplo, confec oes, flores, artesanato. Assevera o autor que um bem para ser classificado como t urístico depende de que a produ o seja efetuada por estabelecimento cuja clientela constitua sua ess ncia por turistas. Nesse sentido, um restaurante que atenda essencialmente a popula o local n o pode ser enquadrado como t urístico. Assim, em determinado destino, existem bens e servi os que servem a popula o local; portanto, n o podem ser considerados como oferta t urística. Em resumo, conclui-se com Boullón (2002) que a oferta t urística consiste em servi os fornecidos pelos elementos do empreendimento t urístico e por alguns bens n o t urísticos comercializados por um sistema t urístico. Nesse caso, o que classifica um bem como t urístico   o sistema produtivo.

A integra o entre a oferta e a demanda ocorre, segundo as leis tradicionais do mercado, pelo processo de compra e venda. No caso do turismo, conv m reafirmar a conhecida particularidade de que   o consumidor que se desloca at  o local de produ o da oferta. Por essa raz o,   importante, em um processo de planejamento, analisar os aspectos anteriormente discutidos. Outra particularidade   que s o comercializados bens espec ficos do turismo com outros bens oriundos de outros sistemas econ micos. Esse fato ocasiona a dificuldade de se calcular o pre o adequado  s expectativas do mercado; logo, assume um patamar competitivo em rela o a outros destinos. Em resumo, a intera o da oferta com a demanda determina, de certa maneira, o pre o dos produtos (BOULL N, 2002). Pode-se concluir, tamb m, da discuss o pret rita, que a exist ncia de atrativos, meios de hospedagem, alimenta o em determinados locais por si n o caracteriza a  rea como t urística.

Para finalizar a discuss o do sistema t urístico, resta ainda tratar da superestrutura no campo do turismo. Compreende todos os organismos especializados, p blico ou privado, que possuem a responsabilidade de modificar ou aperfei oar, quando necess rio, o funcionamento de cada uma das partes que integram o sistema, al m de promover a harmoniza o do produto, facilitando a produ o e venda. Da mesma forma que os demais elementos do sistema, as organiza oes p blicas ou privadas assumem maior ou menor import ncia, dependendo da pujan a que o setor t urístico possui na localidade. No que diz respeito  s organiza oes privadas, Boullón (2002) alude que poucas representam o turismo como um

todo, pois as câmaras são pouco difundidas. É mais comum encontrar entidades que representam a categoria de hotéis, restaurantes, agências de viagem. Segundo esse autor, há certo antagonismo entre as entidades públicas e privadas, impedindo que atuem em conjunto e, muitas vezes, dificultando o funcionamento do sistema como um todo.

Ainda em relação ao turismo, deve-se analisar como ele se inscreve no território. Isso deve ocorrer de acordo com três tipos de situação, conforme demonstra Knafou (1999). Na primeira, trata-se dos territórios sem turismo, pois, no mundo globalizado, através das várias possibilidades de transporte, os turistas podem visitar qualquer lugar; isso não significa que o local receptivo da visita seja território turístico; em segundo lugar, o turismo sem território, onde o turismo não procede de iniciativa de turistas, ou seja, realizado em lugares equipados, quase que completamente indiferente à região que o acolhe e onde a extensão planejada nada mais é do que um espaço-receptáculo. Nesse caso, o planejamento do território é apenas um planejamento do espaço no qual o turismo constitui um princípio de organização, reduzido a uma atividade econômica, criadora de empregos e lucrativa; finalmente, em uma terceira situação, os territórios turísticos, ou seja, os inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores.

Para melhor entendimento e aprofundamento das questões levantadas no parágrafo anterior, podem-se utilizar as reflexões de Krippendorf (2001), o qual fez uma análise sociológica do turismo, prevendo uma série de conflitos entre as populações autóctones e os turistas. Argumenta que, quando a localidade passa a ser turística pelo interesse do visitante, desencadeia uma série de ações desordenadas para criar a infraestrutura necessária ao atendimento do turista, sem considerar, na maioria das vezes, os interesses da comunidade local. A vinda dos turistas promove mudanças na cultura local, a partir da adoção de costumes externos à região nem sempre interessantes, como uso de drogas e estilos de vida. Outro ponto levantado pelo autor é a introdução do turismo a partir de instituições externas, as quais inserem estruturas com qualidade para receber o turista, contrastando com a qualidade e o estilo de vida dos residentes, os quais são chamados somente para trabalhos braçais ou apresentações culturais, não havendo integração entre as comunidades locais e seus visitantes. Trata-se do que Knafou (1999) denominou turismo sem território e que Krippendorf (2001) chama de enclaves nos locais de destino, pois não traz benefícios em termos de melhoria de renda às populações locais, como também não permite uma visão completa das condições de vida do país visitado, por parte do turista. Finalmente, o terceiro ponto trata do planejamento do turismo a partir do interesse da comunidade local, baseando-se na existência de atrativos,

porém sem observar o interesse do turista, ou seja, da demanda, ocorrendo o desenvolvimento de produtos turísticos deficientes.

Compreende-se a partir do exposto que a regionalização do turismo depende da existência de atrativos de hierarquia suficiente para atrair fluxos turísticos, havendo necessidade de planejar a ocupação das áreas, considerando os interesses tanto dos turistas quanto das populações autóctones. A delimitação das áreas a ser consideradas turísticas deve atentar para a localização espacial dos referidos atrativos e, a partir disso, verificar em quais categorias espaciais os municípios podem ser enquadrados; portanto, a regionalização feita a partir de critérios político-administrativos tende a ser limitada nos processos de regionalização do turismo.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO BRASIL

No Brasil, segundo Beni (2006), intensificaram-se as ações governamentais para incentivar o desenvolvimento do setor, a partir dos anos 1970, com a estruturação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Até o final da década de 1980, o planejamento da atividade no país era centralizado no governo federal, cabendo às unidades federativas e aos municípios executar as ações. Apesar de considerar positiva a iniciativa de inserção do turismo como atividade econômica no país e a criação de incentivos fiscais com vistas à ampliação da oferta de meios de hospedagem, o referido autor alega que houve incoerências na liberação dos recursos, os quais foram destinados à construção de hotéis com padrão acima das possibilidades de consumo da população brasileira, ocasionando a frustração dos investidores.

Na década de 1990, seguindo a metodologia indicada pela Organização Mundial de Turismo (OMT), o Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo instituiu o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), objetivando interiorizar a atividade no Brasil. As estratégias do referido programa consistiam em capacitar monitores que teriam a função de criar conselhos municipais, os quais deveriam, a partir de diagnóstico das potencialidades locais, elaborar, para a sua área de abrangência, planos de desenvolvimento do turismo. No final daquela década, havia em torno de 1.200 municípios atendidos pelo programa (OLIVEIRA, 2001). O objetivo do PNMT era conscientizar as populações dos municípios brasileiros quanto à possibilidade econômica do turismo e, com isso, diversificar a oferta de produtos turísticos. Todavia, por não ter sido realizado o inventário turístico no país,

ocorreram inconsistências no processo, muitos municípios sem potencial apresentaram-se como vocacionados (BENI, 2006). Grande parte desses municípios instalou seus conselhos municipais, elaborou seus planos de desenvolvimento turístico, porém eles não foram adequadamente implantados, seja por falta de integração entre o poder público e iniciativa privada, seja pela própria inexistência de acessibilidade, seja pela preparação de produtos turísticos nas localidades (RUSCHMANN; BORDINI, 2006).

Segundo Beni (2006), houve ao longo dos anos impactos das políticas públicas para o turismo tanto no setor quanto nos estados e municípios. Todavia, pela carência de clareza quanto a objetivos, metas e metodologia para elaboração dos projetos, como também em razão da ausência de integração com outras políticas setoriais, ocorreram desacertos. Nos anos 80, acreditava-se que o planejamento e a coordenação da política para o turismo deveriam ser centralizados, cabendo aos estados e municípios a execução de planos e programas. Em consequência, traduziam a visão de alguns poucos especialistas, não havendo a participação de representantes regionais e locais, bem como da iniciativa privada e da sociedade civil na elaboração das diretrizes políticas para a adoção de novos programas. Aliado a esse fato, no Brasil, até o final dos anos 1990, houve grande variabilidade na gestão da atividade turística, pois cada governo o vinculava a secretarias ou ministérios diversos; apenas muito recentemente foi criado o Ministério do Turismo (BENI, 2006).

A criação desse ministério no Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, segundo Beni (2006), propicia ao setor dispor de uma pasta própria, além de estrutura e orçamento específico, sem necessidade de dividir com outros setores de atividade os interesses particulares do turismo em nível nacional. A partir disso, foi instituída nova estrutura, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, que elaborou a Política Nacional de Turismo e seu instrumento de execução: o Programa de Regionalização do Turismo, promovendo a articulação, cooperação e interação entre organismos e instâncias nacionais e regionais. Também, foi criada a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, com a competência de subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional. Reestrutura-se o Conselho Nacional de Turismo (Cntur), como colegiado de assessoramento superior vinculado diretamente ao Ministro de Estado do Turismo, com atribuições de propor diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a consecução do Plano Nacional de Turismo. São integrantes do CNTUR representantes dos diferentes ministérios e de entidades empresariais e de classe do sistema turístico. A Embratur, nesse novo contexto, passa a cuidar exclusivamente da promoção do país no exterior e a centralizar estudos e pesquisas para

orientar as decisões, avaliar os impactos da atividade turística na economia nacional e formatar novos produtos e roteiros turísticos. Objetivando descentralizar a gestão do turismo e garantir a participação político-operacional, foi criado o Fórum dos Secretários de Turismo ao qual se delegou a função de articular as políticas, programas, ações e parcerias em suas respectivas jurisdições. A abordagem de desenvolvimento regional foi uma das principais estratégias adotadas para o alcance das metas por parte do governo federal, concretizadas no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (BENI, 2006).

Para efetivar a implementação do programa de regionalização, foram preparados, pelo MinTur, dois documentos denominados Diretrizes Políticas e Diretrizes Operacionais, nos quais constam as principais diretrizes a serem aplicadas pelos agentes do processo nos níveis estadual, municipal e regional. Apresentam-se aqui apenas alguns pontos dos dois documentos que mais coadunam com os objetivos deste estudo².

A base conceitual do documento Diretrizes Políticas (BRASIL, 2004a) assinala que a regionalização é um novo modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões. “Regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada.” (BRASIL, 2004a, p. 11). Mais adiante no documento, aponta-se para a necessidade de adotar novas posturas e novas estratégias na gestão das políticas públicas, exigindo mudanças no relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil, destacando a necessidade de negociação, acordo, planejamento e organização social. Alerta-se para o fato de “[...] entender a região diferentemente da macrodivisão administrativa adotada no país – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste. Deve-se perceber o conceito como um esforço coordenado de ações integradas entre municípios, estados e países.” (BRASIL, 2004a, p. 11).

No âmbito do programa, destaca-se a visão territorial que o orienta, explicando que para compreendê-lo seria necessário “[...] assimilar a noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe.” (BRASIL, 2004a, p. 11). Em virtude dessa visão de território, demandaria formas de coordenação entre

²Os documentos, na íntegra, encontram-se disponíveis em: www.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/regionalizacao

organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos; por isso, superaria uma noção estritamente setorial do desenvolvimento. Além disso, permitiria incorporar, também,

[...] o ordenamento dos arranjos produtivos locais e regionais como estratégico, dado que os vínculos de parceria, integração e cooperação dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e pequenas empresas, que se reflete no estado de bem-estar das populações. (BRASIL, 2004a, p. 11).

Os objetivos propostos a ser atingidos a partir da ação integrada entre os diversos agentes são: dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar destinos turísticos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista (BRASIL, 2004a).

Por meio de oficinas de planejamento e de definições de estratégias, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, realizadas nos estados, foram identificadas 219 regiões turísticas no país com as necessidades e potencialidades de cada uma delas (essas regiões foram depois atualizadas em 2005 resultando em 200, abrangendo 3.819 municípios conforme Anexo A). A partir das referidas oficinas, com a participação dos governos estaduais, iniciativa privada, organizações não governamentais, foram obtidos os subsídios para as diretrizes operacionais do programa (BRASIL, 2004b).

A operacionalização do Programa de Regionalização do Turismo se processa por intermédio de nove módulos distintos, mas não necessariamente sequenciais. Considerou-se que os diferentes estados e regiões apresentam distintos níveis de maturidade em relação ao processo de desenvolvimento do turismo; por essa razão, na execução do referido programa, cada uma delas deverá analisar e definir a partir de que módulo iniciar os procedimentos. Os módulos propostos são: Sensibilização; Mobilização; Institucionalização da Instância de Governança Regional; Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; Execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; Criação de um sistema de informações turísticas do programa; Roteirização turística; Promoção e apoio à comercialização; Sistema de monitoria e avaliação do programa (BRASIL, 2004b).

Em sua análise do momento atual do processo de implementação das Políticas para o turismo no Brasil, Beni (2006) alega que é positivo, porém exige clareza da definição dos objetivos que se pretende alcançar, assim como as ações realizadas em prol do desenvolvimento regional do turismo pelas localidades brasileiras. “Somente as regiões que mostrarem mobilização para o desenvolvimento regional e clareza no processo decisório,

além de entendimento da necessidade de trabalhar estratégias integradas de desenvolvimento, é que conseguirão se beneficiar com as oportunidades existentes, bem como se destacar como destinações competitivas.” (BENI, 2006, p. 31).

O autor pondera que, se por um lado o Ministério do Turismo apresenta uma correta estrutura institucional a qual possui aptidão para planejar o espaço turístico nacional com diretrizes norteadoras, por outro, “[...] os Estados e municípios ainda enfrentam dificuldades e obstáculos para entender, aplicar, operacionalizar e dar continuidade, em seus limites político-territoriais, às diretivas prescritas e aplicáveis em suas respectivas conjunturas.” (BENI, 2006, p. 31). Essas dificuldades, no entendimento do autor, são causadas por dois aspectos principais. O primeiro corresponde à ausência de recursos humanos qualificados para absorver, entender e interpretar os conceitos e as metodologias adotadas adaptando-as e harmonizando-as com as especificidades locais. O segundo constitui a fragilidade e incapacidade institucional para a gestão do turismo em muitas regiões do país, apesar das diversas tentativas de planejamento integrado do desenvolvimento dessa atividade (BENI, 2006). Não obstante o esforço do Ministério do Turismo, por meio de suas secretarias e dos seus programas de desenvolvimento, inclusive mediante articulações com o Fórum de Secretários de Estado de Turismo, com vistas à orientação, discussão e implementação dos novos paradigmas, na avaliação do autor, a história mais uma vez se repete.

O que temos visto com muita frequência são cenários de roteirização regionalizada em vez de regionalização sustentável do turismo, este sim, o alvo e a meta do governo federal. A ponta absolutamente não entendeu os postulados e a abrangência do Programa de Regionalização do Turismo. Não há planos, não existem projetos. (BENI, 2006, p. 32).

Uma das possíveis causas dessa realidade, segundo Beni (2006), foi a velocidade com que se pretendeu criar pelo menos três produtos turísticos por estado da federação, levando a uma precipitação conceitual, a qual, segundo ele, perpetua-se. Na sua visão, os roteiros regionais podem servir momentaneamente como instrumento de *marketing* dos destinos e aumentar o fluxo para alguns destinos regionais; todavia, de maneira alguma, corresponde a um caminho seguro para estabelecer e consolidar o turismo como instrumento do desenvolvimento sustentável (BENI, 2006).

A dificuldade quanto à inexistência do inventário turístico, também apontada por Beni (2006) como um aspecto que limita o planejamento do setor, parece ser enfrentada pelo Ministério do Turismo, o qual, no final de 2006, apresentou o Projeto Inventário da Oferta Turística, com o objetivo de “[...] levantar, identificar e registrar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as instâncias de governança e a infra-estrutura de apoio ao turismo

existente no País, como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística.” (BRASIL, 2006, p. 11). Os objetivos específicos do referido projeto são assim expressos:

- a) formatar e implementar uma metodologia única para a inventariação da oferta turística no país, capaz de ser compreendida por todos os setores e agentes envolvidos no processo;
- b) apoiar, de forma descentralizada, a gestão, distribuição e atualização periódica das informações turísticas, fornecendo às Unidades da Federação e aos municípios instrumentos para a coleta e sistematização das informações;
- c) disponibilizar, aos visitantes, planejadores e gestores, dados confiáveis a respeito da oferta turística brasileira por meio de um Sistema de Informações Turísticas;
- d) permitir a análise do significado econômico do turismo e seu efeito multiplicador no desenvolvimento municipal;
- e) criar uma rede de recursos humanos, capaz de gerir nas UFs e municípios o processo de inventariação da oferta turística;
- f) formatar e disponibilizar um instrumento-padrão de pesquisa da oferta turística;
- g) permitir o diagnóstico de falhas, pontos críticos de estrangulamento e desajustes entre a oferta e a demanda existentes;
- h) possibilitar a hierarquização e priorização dos atrativos e conjuntos existentes;
- i) servir de fonte de consulta para empresários com interesses na atividade turística das regiões;
- j) funcionar como instrumento de pesquisa para estudantes e pesquisadores da área;
- k) coletar informações que subsidiem a elaboração de roteiros turísticos;
- l) permitir a identificação e a classificação de municípios turísticos e com potencial turístico (BRASIL, 2006).

Como metas para o projeto, foram estabelecidas para 2007: elaborar e disponibilizar um sistema de informações para inserção e consulta dos dados coletados; realizar o inventário de 500 municípios; habilitar e envolver 3.000 estudantes pesquisadores; habilitar e envolver 300 professores; envolver 100 Instituições de Ensino Superior no projeto. O documento apresenta as competências de cada uma das instituições e atores a ser envolvidos, bem como as estratégias a ser adotadas para a execução do projeto. É apresentado, inclusive, um modelo dos formulários a ser utilizados para a coleta de dados. A partir de três grupos de informações,

são apresentados formulários específicos, a fim de se obter o detalhamento necessário. As informações previstas são: a infraestrutura de apoio ao turismo (informações básicas do município, meios de acesso ao município, sistemas de comunicação, sistema de segurança, sistema médico-hospitalar, sistema educacional e outros serviços e equipamentos de apoio). Os serviços e equipamentos turísticos (serviços e equipamentos de hospedagem, serviços e equipamentos de gastronomia, serviços e equipamentos de agenciamento, serviços e equipamentos de transporte, serviços e equipamentos para eventos, serviços e equipamentos de lazer e entretenimento e outros serviços e equipamentos turísticos). Os atrativos turísticos (atrativos naturais, atrativos culturais, atividades econômicas, realizações técnicas, científicas ou artísticas, eventos permanentes) (BRASIL, 2006). Estão disponíveis na internet, no *site* do Ministério do Turismo, os diversos manuais para orientação dos pesquisadores, os quais servirão de base para a coleta de dados. Apesar de se pretender, até o final de 2007, alcançar as metas propostas, até o momento, a sua execução sofre dificuldades; muito já se fez, todavia está longe de se alcançar o objetivo de disponibilizar o inventário turístico do país como um todo.

Não obstante as restrições apontadas, o país foi, a partir dos pressupostos até aqui discutidos, e não eficazmente executados, segundo Beni (2006), dividido em regiões turísticas. No Anexo A apresenta-se o mapa da regionalização do turismo em 2006, contendo as 200 regiões constituídas no âmbito da Política Nacional. Alguns aspectos podem ser nele observados. O primeiro é que as regiões Norte e Nordeste apresentam regionalizações turísticas mais dispersas, verificando-se grande quantidade de municípios assinalados com a cor cinza, indicando que não estão inseridos em nenhuma região turística. Nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, basicamente não se observam municípios excluídos de regiões turísticas, exceto no Estado do Rio Grande do Sul, onde se verificam algumas manchas acinzentadas. O segundo é que, apesar da indicação nas diretrizes políticas para o desenvolvimento do turismo, explicitar que a regionalização deve se desviar das tradicionais regionalizações político-administrativas, não se verifica nenhuma região que abranja dois estados. Cada estado procedeu à sua regionalização independentemente de haver ou não proximidade entre municípios turísticos no estado vizinho, mesmo havendo indicação clara da existência de ligação entre destinos turísticos, como é o caso do passeio de Maria Fumaça entre Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC), o qual aparece como atividade oferecida ao turista na divulgação dos dois municípios. O terceiro diz respeito à existência de atrativos turísticos, efetivos ou potenciais, nos municípios integrantes de cada região turística. Esse fator parece não ter sido considerado, pois, em pesquisa exploratória, realizada para subsidiar o presente estudo, tanto no *site* de divulgação da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul (Setur)

quanto no da Santa Catarina Turismo (Santur), verificou-se que em torno de 30% dos municípios indicados como pertencentes à Região Hidrominerais (RS) e Vale do Contestado (SC) não apresentam nenhum atrativo natural ou histórico-cultural. Em Santa Catarina determinaram-se como regiões turísticas: Grande Oeste Catarinense, Vale do Contestado, Serra Catarinense, Caminho dos Príncipes, Vale Europeu, Rota do Sol, Grande Florianópolis, Encantos do Sul Catarinense e Caminho dos Canyons. Já no Estado do Rio Grande do Sul, as regiões são: Grande Porto Alegre, Litoral Norte Gaúcho, Serra Gaúcha, Hidrominerais, Missões, Pampa Gaúcho, Central, Vales e Costa Doce. A verificação dessas regionalizações turísticas pode ser efetuada também no mapa (Anexo A).

A base do desenvolvimento do turismo consiste na existência de atrativos turísticos e na ação dos atores locais para dotar a área de infraestrutura a fim de atender às necessidades do visitante. Entende-se, a partir da leitura dos apontamentos de Beni (1998, 2006), Petrocchi (2001) e Ruschmann (1999), que, para o processo de desenvolvimento do turismo ocorrer com maior eficácia, há necessidade de se ater aos conteúdos até aqui discutidos. Por essa razão, entende-se que os preceitos que orientam as políticas nacionais de turismo coadunam com o aporte teórico exposto, especialmente quando se propõe a reunir informações sobre o turismo, buscar a participação dos atores locais, criar instâncias de articulação entre as diversas esferas de governo, entre outras.

É clara a intenção de o governo brasileiro promover o desenvolvimento do turismo nacional a partir de processos de planejamento participativo, ao se tomar por base os documentos discutidos ao longo desta subseção. Para o órgão oficial de turismo brasileiro, trata-se de um processo aplicado à atividade turística de um país, ou região, por intermédio do qual se diagnostica o seu desenvolvimento e se fixa um modelo de atuação, mediante o estabelecimento de objetivos, metas e instrumentos visando a impulsioná-la, coordená-la e integrá-la ao conjunto macroeconômico em que se insere (EMBRATUR, 1999). Esse conceito é compartilhado por diversos estudiosos do turismo, por exemplo, Acerenza (1991), Petrocchi (2001), Beni (1998, 2006). Depreende-se da discussão feita que parece ser esta a filosofia que orienta a atual Política Nacional de Turismo.

2 ESPAÇOS COMPLEXOS E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Este estudo toma como abordagem a teoria dos sistemas adaptativos complexos, a fim de compreender a regionalização do turismo. Nesse sentido, elaborou-se esta seção para tratar dos aspectos aceitos como premissas à pesquisa realizada. O texto foi dividido em duas subseções. A primeira trata dos conceitos relacionados ao pensamento complexo e da sociometria como instrumento para mediar as relações entre os atores envolvidos com o desenvolvimento do turismo. Na segunda seção, são apresentados os critérios e conceitos que orientam a espacialização do turismo com base na existência e distribuição dos atrativos e da infraestrutura turística.

2.1 PENSAMENTO COMPLEXO E SOCIOMETRIA

Entende-se que para analisar o turismo a partir de territórios regionalizados o método de abordagem sistêmico fornece condições mais adequadas para compreender as diversas variáveis envolvidas na produção do turismo. Segundo Capra (1996), o pensamento sistêmico é uma contraposição ao pensamento mecanicista (cartesianismo), para o qual o mundo é um conjunto de objetos que naturalmente interagem entre si; portanto, há relação entre eles, e o comportamento do sistema poderia ser compreendido a partir da análise de suas partes. Para a ciência sistêmica, as partes não possuem propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas no contexto do todo maior.

Aponta o autor que na visão sistêmica se deve compreender que os próprios objetos constituem redes de relações as quais estão embutidas em redes maiores. Nesse sentido, para o pensador sistêmico, as relações são fundamentais, sendo os padrões discerníveis (objetos) secundários. Na filosofia sistêmica, o universo é visto como uma teia dinâmica de eventos inter-relacionados. Nenhuma das propriedades de qualquer parte dessa teia é fundamental; todas elas resultam das propriedades de outras partes, e a consistência global de suas inter-relações determina a estrutura de toda a teia.

O pensamento sistêmico desenvolveu-se a partir dos anos 1940 com as novas descobertas da física e da química. Foi inicialmente mais utilizado no estudo das organizações e, nos últimos anos do século XX, foi adaptado para o estudo da sociologia por Luhmann

(NEVES; SAMIOS, 1997). Os estudos iniciais entendiam um sistema como fechado, ou seja, que não sofriam nem interferiam no ambiente. Contudo, a partir dos estudos sobre os seres vivos, percebeu-se que os sistemas físicos tendiam para a entropia (da ordem para a desordem sempre crescente). Para sobreviver, o organismo dependia de sua interação com o meio ambiente e por meio da troca de energia conseguia o equilíbrio. Passou-se a entender o sistema como “aberto”, ou seja, que sofria e influenciava o seu ambiente.

Novas descobertas, porém, no campo da biologia (MATURANA, 2001), levaram ao entendimento e ao desenvolvimento do conceito de autopoiese (auto = si mesmo e poiese = criação), ou seja, a capacidade de autocriação de sistemas vivos.

Trata-se de uma rede de processos de produção, nos quais a função de cada componente consiste em participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede. Desse modo, toda rede, continuamente produz a si mesma. Ela é produzida por seus componentes, e, por sua vez, produz esses componentes. (NEVES; SAMIOS, 1997).

Esse novo conhecimento levou a uma reformulação da teoria dos sistemas para uma forma de análise não linear, estudando a estrutura (substância) e a forma (padrão). A substância pode ser conhecida pelo seu peso, medida, etc., e a forma é conhecida pelas relações e somente podem ser entendidas a partir do mapeamento delas. Cria-se o conceito de redes. O mais importante passa a ser o estudo das relações, e não da substância. Mediante a realimentação que ocorre nos processos de comunicação com o meio ambiente, as redes regulam-se a si mesmas. “A auto-organização é a emergência espontânea de novas estruturas e de novas formas de comportamento em sistemas abertos, afastados de equilíbrio, caracterizados por laços de realimentação internos e descritos matematicamente por meio de equações não-lineares.” (CAPRA, 1996).

Os estudos evoluíram para uma análise das diferenças entre o sistema e o seu ambiente. Diante disso, concebeu-se que nem o sistema pode interferir no ambiente nem o ambiente pode interferir diretamente no sistema, ou seja, os sistemas são operacionalmente fechados. Todavia, as mudanças ocorrem dentro do sistema a partir de um processo de comunicação entre o sistema e o ambiente, denominado na teoria do sistema como acoplamento estrutural. O ambiente não pode atuar na mudança do sistema, mas somente ele próprio; portanto, mediante o processo de comunicação, o ambiente “irrita” o sistema que a partir do entendimento e consciência da irritação (ocorrida pelo processo de comunicação) se auto-organiza (LUHMANN, 1997). O sentido de “irritar” pode ser confundido com conflito; porém, de acordo com Maturana (2001) e Maturana e Varela (2001), compreende-se que esse termo significa uma interação recorrente entre o sistema e seu ambiente, que estimula a mútua

adaptação e para isso muda o seu comportamento. Contudo, não muda seus elementos básicos ou sua estrutura. Esse entendimento parece levar à conclusão de que o ambiente influencia os sistemas a fim de se reorganizarem internamente para garantir a sua sobrevivência. Entretanto, conforme Maturana (2001), não possui o poder de mudar a estrutura do sistema.

Capra (1996) coloca uma questão intrigante: se tudo está conectado com tudo o mais, como se pode esperar entender alguma coisa? Segundo ele, para entender os fenômenos que estão relacionados, é preciso entender o todo, o que é impossível. O que torna possível a adoção da abordagem sistêmica é justamente a impossibilidade de qualquer teoria científica explicar tudo, ou seja, todas são limitadas e aproximadas. Assim, a própria utilização da abordagem sistêmica levará ainda a explicações aproximadas da realidade. Para evitar problemas de entendimento do que pertence ou não ao objeto de estudo, Luhmann (1997) argumenta que a alternativa é o pesquisador constantemente especificar os limites do sistema. Finalmente, a partir do entendimento dos conceitos defendidos por Maturana (2001), é preciso observar que existem várias realidades, dependendo do histórico de aprendizagem de cada observador.

Dessa forma, tanto o entendimento de região quanto de desenvolvimento envolvem uma complexidade no sentido adotado por Demo (2002), pois são dinâmicos, “[...] a par de componentes formalizáveis e controláveis, detém outros estritamente incontroláveis e não formalizáveis.” (DEMO, 2002, p. 15). Existe certa imprevisibilidade em razão disso; embora a linearidade seja importante para certos aspectos do desenvolvimento, a complexidade envolve a capacidade de aprendizagem introduzindo na totalidade potencialidades de autonomia, capacidade reconstrutiva, pois, ao existir, reconfigura-se conforme o fluxo do tempo e as circunstâncias encontradas; envolve um processo de evolução dialética, ou seja, refere-se à capacidade de a natureza aprender e reconstruir-se. Outro aspecto é a irreversibilidade, não é possível repetir o passado. Como explica Demo (2002, p. 24), “[...] com o passar do tempo nada se repete, por mais que possa parecer [...]” Outra característica é a intensidade que significa o contrário no sentido dialético de extensão, ou seja, são duas faces da mesma moeda, a extensão é manipulável e a intensidade é subjetiva. O autor caracteriza bem o sentido por ele atribuído aos termos quando os exemplifica por intermédio do corpo (extensão) e do espírito (intensidade). Finalmente, resta a característica da ambiguidade (estrutura) e da ambivalência (processos). Nesse sentido, toda complexidade constitui um campo de forças. O autor assim se refere: “[...] no campo de força, reencontramos a dupla marca: por ser ‘campo’, apresenta limites de espaço, relativamente discerníveis; mas, por ser

‘força’, aparece sua marca indomável, fazendo e desfazendo limites, por conta da criatividade intrínseca aos fenômenos não lineares.” (DEMO, 2002, p. 30).

O debate sobre a visão sistêmica ainda está acalorado e o consenso ainda é precário entre os pesquisadores. O que fica claro nesta discussão é que há um paradigma (no sentido Kuhniano) em construção. Parece que há uma tendência entre os estudiosos em aceitar a visão sistêmica de mundo desenvolvida ao longo dos anos a partir do debate e incorporação de diversas descobertas recentes, contrapondo-se ao cartesianismo. Todavia, ainda não há um método consolidado para tratar das diversas relações e elementos envolvidos em uma situação-problema. A partir da discussão feita nas linhas anteriores, parece haver uma grande semelhança entre visão sistêmica (pensamento sistêmico) e pensamento complexo. Parece que o pensamento complexo é uma forma de abordar um grande número de variáveis interdependentes, uma forma de organizar um grande número de elementos para facilitar a compreensão dos fenômenos (MORIN, 2001). Esse último autor conceitua complexidade a partir de dois pontos de vista. O primeiro como “[...] um tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo.³” Uma segunda abordagem apresentada pelo mesmo autor faz referência ao próprio tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem o mundo fenomenal.

Percebe-se que esse pensamento permeia as análises de Pecqueur (2005) quando revela as questões do desenvolvimento territorial, apontando para a necessidade de distinção entre duas definições de território. O território como a porção de espaço é objeto da observação, constituindo a postulação dele (território) como preexistente e analisa-se o que aí acontece. Nesse caso, aceita-se o território *a priori*, não se fazendo uma análise da sua gênese e das condições de sua constituição – é apenas um suporte. O autor exemplifica o conceito, alegando tratar-se geralmente dos territórios institucionais (distritos, províncias). O território como o resultado de um processo de construção pelos atores, entretanto, não é postulado, e sim constatado *a posteriori*. O autor denomina território construído alegando que ele não existe em todo lugar, pois há espaços dominados por leis exógenas à localização e que não são territórios. O autor assevera para o fato de que esses conceitos são, muitas vezes, confundidos, entretanto não são excludentes. “É necessário, portanto, entender que o território é, ao mesmo tempo, um ‘envolvente’ [...] e o resultado de um processo de elaboração de conteúdo.” (PECQUEUR, 2005, p. 12-13).

³ O autor refere-se ao termo *complexus* que significa o que é tecido em conjunto (MORIN, 2001, p. 20).

Esse mesmo pano de fundo se verifica na discussão promovida por Boisier (2003) quando se questiona quanto ao desenvolvimento compreender uma emergência sistêmica, afirmando que a região não é a soma de municípios, e sim resultado das interações entre as potencialidades locais e seus agentes. O autor (ainda em dúvida) sugere a adoção do pensamento complexo como instrumento para o estudo do desenvolvimento.

A partir da discussão feita por Boisier (2003) a respeito do processo de desenvolvimento, para a presente pesquisa, parece ser adequado o uso dos conceitos apresentados no Quadro 2, advindos da teoria dos sistemas adaptativos complexos e da complexidade, adaptando-se o modelo desenvolvido por Rebelo (2004), a partir de conceitos defendidos por diversos autores.

Variáveis	Princípios
Agregação: processo por intermédio do qual um sistema se torna mais do que um conjunto de partes e uma região mais do que a somatória de municípios. As interações entre os agentes podem produzir um agregado organizado que persiste no tempo e que exibe um comportamento complexo próprio, o qual transcende aquele dos agentes que o formam.	Dialógico: permite manter a dualidade da unidade, unindo aspectos antagônicos. Associa aspectos ao mesmo tempo complementares e diferentes.
Aprendizado e adaptação: os sistemas adaptativos complexos são sistemas inteligentes que promovem a inovação, a reflexão e a transformação, bem como evidenciam um complexo processo de aprendizagem, no qual as pessoas aprendem, com suas experiências anteriores, promovendo a adaptação, quer de suas ações, quer da forma como entendem o mundo.	Hologramático: representa a perspectiva global da realidade, exibindo o paradoxo dos sistemas em que a parte está no todo, assim como o todo está na parte.
Auto-organização: baseia-se nos juízos das pessoas sobre as contribuições potenciais umas das outras. É interação. São grupos que desempenham aprendizagem complexa dentro dos limites de diferentes personalidades e culturas.	Recursão: promove a criação de novos sistemas e pode ser entendido como processos em circuitos de repetição, de modo que os efeitos revisitam as causas desencadeadoras. É uma ideia em ruptura com a ideia linear de causa/efeito.

Quadro 2: Conceitos-chave da teoria da complexidade
Fonte: adaptado de Rebelo (2004).

Após compreender o sentido de complexidade da forma abordada por Demo (2002) e Morin (2001), é possível verificar que não há possibilidade de se conhecer uma determinada realidade completamente, e sim apenas aproximadamente. Nesse sentido, ao se pensar em desenvolvimento regional, especialmente no sentido de planejamento, é importante que sejam considerados os seguintes aspectos: em primeiro lugar, a necessidade de um grupo de profissionais atuando em conjunto, visto que é impossível uma pessoa conhecer todos os elementos que compõem a realidade regional; em segundo, a necessidade de procurar conhecer a região a partir de métodos quantitativos para analisar os elementos físicos da região (renda, população, empreendimentos); ao mesmo tempo, torna-se necessário utilizar

métodos qualitativos para analisar com profundidade a sua subjetividade; finalmente é necessário ter em mente que, mesmo utilizando-se a melhor técnica, é impossível resolver todos os problemas, ou seja, mediante estratégias definidas no processo de planejamento determinar uma situação futura sem que haja certa incerteza.

No desenvolvimento deste estudo, utilizou-se a abordagem sistêmica. Para isso, foi necessário considerar não apenas os elementos tangíveis, mas também os intangíveis. Conforme Capra (1996) e Morin (2001), para se utilizar esse método de abordagem, é fundamental analisar as relações existentes entre os diversos elementos localizados em determinado espaço para, posteriormente, mapear as estruturas que se formam a partir delas. Na controversa discussão sobre a questão, não há uma metodologia específica para realizar essa tarefa. Uma alternativa apontada por Boisier (2003) foi a sociometria, um método de pesquisa desenvolvido por Jacob Levy Moreno em meados do século passado para analisar a formação de grupos sociais. Considera-se o turismo como um sistema, no qual, para funcionar adequadamente, os empreendimentos e atores envolvidos devem atuar de forma integrada (PETROCCHI, 2001). Além disso, a tendência de incentivar a formação de redes empresariais (arranjos produtivos) bastante em voga na atualidade, cuja premissa principal considera como primordial a atuação conjunta das empresas (PORTER, 1990; CASAROTTO; PIRES, 2001), parece promissor um estudo que se proponha a analisar as relações existentes em determinado território e a partir dessa análise delimitar uma possível região ao planejamento estratégico. No presente caso, com base nos conceitos discutidos, compreende-se que a regionalização depende não somente da proximidade ou concentração de certos bens em determinado espaço, mas sobretudo da articulação entre os atores sociais. Por essa razão, parece que identificar os grupos que se formam em certa região, as lideranças e de certo modo as ligações que se estruturam em um espaço é importante, a fim de elucidar essas questões ligadas à regionalização, aplicando-se o teste sociométrico.

O teste sociométrico é um instrumento desenvolvido para analisar a dinâmica de grupos. Foi inicialmente utilizado para formar equipes de trabalho pela psicologia. Trata-se de um método que fornece ao pesquisador indicações sobre a vida íntima dos grupos, assim como a posição social e o papel de cada indivíduo nas respectivas coletividades. Conforme Bastin (1966), trata-se de um método bastante simples; basta solicitar a todos os membros de um grupo que designem, entre os companheiros, aqueles com quem desejariam desenvolver uma atividade bem determinada e também aqueles com os quais não desejam atuar conjuntamente. Outras duas questões foram agregadas ao modelo: uma, solicitando-se que os respondentes indicassem quais membros do grupo não os escolheriam e, também, a indicação

de quais membros do grupo os escolheriam para a realização de uma tarefa em conjunto. Essas duas últimas questões correspondem ao que o autor denomina de teste de percepção sociométrica. Com as respostas atribuídas a essas quatro questões, organizam-se tabelas que possibilitam verificar quais indivíduos são mais citados, que seriam os potenciais líderes, e os menos citados, os isolados, assim como verificar os grupos que se formam a partir dos relacionamentos comuns.

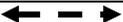
O teste sociométrico pode oferecer, em primeiro lugar, a posição social de cada elemento do grupo. As preferências emitidas repartem-se muito desigualmente entre todos: a maior parte recebe algumas, dois ou três privilegiados monopolizam o restante, outros ficam isolados, sem preferências. Acontece o mesmo com os rejeitados. Na maioria dos casos, uma grande porcentagem de rejeições concentra-se sobre alguns indivíduos, a restante reparte-se sobre um número maior de indivíduos; os outros membros, mais ou menos numerosos, nada recebem. Se, além dos índices de preferências e de rejeições recebidas, fazem-se intervir outros índices, pode-se obter, para cada membro, um conjunto de traços característicos (BASTIN, 1966).

O teste sociométrico, porém, não é somente um instrumento de diagnóstico individual; o estudo das relações interpessoais pode ser igualmente frutuoso, segundo Bastin (1966). Quando o critério das preferências e rejeições tem uma característica mais ou menos afetiva, não é difícil determinar as preferências recíprocas (relações de afinidade: simpatia, amizade), as rejeições recíprocas (relações conflituosas, rivalidade, ódio) e as relações de indiferença. O conjunto das preferências recíprocas constitui a trama da estrutura sociométrica do grupo e, quando estão todas representadas em um sociograma coletivo, aparece aquilo que Moreno designa por redes de comunicação, isto é, as vias pelas quais passam todos os fenômenos psicossociais os quais têm o grupo por quadro. Esse sociograma das preferências recíprocas evidencia igualmente os subgrupos e/ou os indivíduos que neles se concentram. Quanto ao conjunto das rejeições recíprocas, permite determinar os pontos de tensão e os membros que precisam ser vigiados para se evitar a generalização de conflitos e a desagregação do grupo (BASTIN, 1966).

O sociograma oferece um quadro elucidativo do ambiente social de um setor. Pode-se dizer que um sociograma é, provavelmente, o melhor instrumento já planejado para revelar a estrutura social de um grupo. Apresenta as inter-relações entre os indivíduos e as relações de cada indivíduo com o grupo todo. Proporciona ao líder informações que o auxiliarão a compreender o comportamento do grupo e a agir com maior eficiência no seu trabalho. Em todo setor ou grupo, existem muitas relações e subgrupos que não se evidenciam à primeira

vista. Por intermédio do sociograma, identificam-se: as escolhas mútuas ou recíprocas; os subgrupos fechados ou coesos (panelinhas); os líderes que são aceitos por vários colegas (estrelas); os isolados, os quais não pertencem a nenhum grupo; as pontes, os que servem de elemento de ligação ao pertencer a dois ou mais grupos (BASTIN, 1966).

Para que seja possível identificar o nível de relacionamentos entre os elementos do grupo, utilizam-se setas para indicar as escolhas realizadas por eles, conforme pode ser observado no Quadro 3. As setas cheias representam a primeira escolha; a flecha tracejada, a segunda e a flecha tracejada com pontos, a terceira. Quando a seta possui indicativo de duas direções, corresponde a uma escolha mútua, seguindo os mesmos padrões de linhas já discutidos para a indicação de escolhas individuais.

1ª escolha		1ª escolha mútua	
2ª escolha		2ª escolha mútua	
3ª escolha		3ª escolha mútua	

Quadro 3: Definições de marcação das escolhas
Fonte: Ferreira (2010).

Para este estudo, a sociometria permite, além de verificar os conjuntos que se formam devido à proximidade de atrativos, método indicado por Boullón (2002), também os conjuntos que se formam a partir dos interesses em desenvolver atividades conjuntas em prol do turismo regional. Com esse segundo ponto, será possível identificar no espaço em estudo os relacionamentos, as ligações entre as diversas empresas e atores envolvidos com o turismo. Será possível identificar as lideranças, as empresas que atuam em conjunto e também as isoladas. Em um momento em que se pretende elaborar um planejamento estratégico participativo do turismo, é relevante conhecer quais são as articulações que já existem no território.

2.2 REGIONALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Na primeira seção deste texto foram feitas considerações sobre a regionalização e desenvolvimento. Neste momento, discute-se mais especificamente a regionalização do turismo. Concorde-se com Boullón (2002) quando afirma que o planejamento físico tem a finalidade de ordenar as ações do homem sobre o território, ocupando-se em resolver

harmonicamente a construção de todo tipo de coisas, bem como antecipar o efeito da exploração dos recursos naturais. É uma tentativa de responder aos problemas causados pelo uso anárquico do solo, a partir da expansão da população em termos quantitativos, que trouxe como consequência a disputa pelo espaço em exploração e o avanço para outros incultos.

Para o turismo, interessa o planejamento do espaço terrestre. O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que são a matéria-prima do turismo. Os planejadores, quando trabalham na determinação do espaço turístico, delimitam em um mapa uma superfície de dimensões planas que lhes interessa. Uma característica física dos atrativos é que, mesmo muito próximos, dificilmente se tocam, e a outra é que, mesmo nos países com densidade de atrativos, existem grandes áreas que carecem deles, acentuando-se sua descontinuidade. Em virtude de o espaço turístico ser entrecortado, segundo esse autor, é inviável recorrer a técnicas de regionalização para a sua delimitação, visto que demandaria abranger toda a superfície de um país ou da área em estudo, incluindo, nesse caso, grandes superfícies que não são turísticas, implicando erro. “É precisamente para substituir a idéia de região turística que desenvolvemos a idéia de espaço turístico.” (BOULLÓN, 2002, p. 79).

A melhor forma de determinar um espaço turístico, segundo o autor, é recorrer ao método empírico, observando-se as distribuições territoriais dos atrativos e dos empreendimentos, detectando-se os agrupamentos e as concentrações visualmente. Dessa maneira, é possível, por intermédio de procedimentos sistemáticos e de metodologias específicas, encontrar os componentes do espaço turístico, conforme descritos a seguir.

O primeiro conjunto por meio do qual se pode caracterizar um espaço turístico, segundo o autor, é a zona turística. Esta se caracteriza como a maior unidade de análise e estruturação do universo espacial turístico de um país, possuindo superfície variável, pois depende da extensão territorial de cada nação e da forma de distribuição dos seus atrativos turísticos, cuja dimensão mínima é pouco superior à máxima alcançada por um complexo turístico. Para existir, deve dispor de um número mínimo de 10 atrativos turísticos próximos, sem importar a categoria a que pertencem. Alocando-se em um mapa a localização exata de todos os atrativos, determina-se visualmente a proximidade deles, utilizando-se a lei da contiguidade.

Além dos atrativos turísticos, para funcionar adequadamente, uma zona deve apresentar, em seu território, equipamentos, serviços turísticos e dois ou mais centros turísticos, bem como estar provida de um sistema de transporte e comunicação que relacione entre si os dois elementos principais e integrem-na com outras zonas e elementos do espaço

turístico. Caso careça parcial ou totalmente desses últimos requisitos, deve ser qualificada como zona potencial (BOULLÓN, 2002).

Após delimitar uma zona turística, verifica-se a possibilidade de dividi-la em unidades menores, as quais passam a ser denominadas área. Portanto, uma área turística corresponde à parte em que se pode dividir uma zona, constituindo uma superfície menor dotada de atrativos turísticos contíguos em número também menor que a zona; da mesma forma, necessita de infraestrutura de transporte e comunicação que relacionem entre si todos os elementos turísticos que a integram; para funcionar como subsistema, requer a presença mínima de um centro turístico. Se sua infraestrutura, equipamentos e serviços forem insuficientes, deve ser classificada como de potencial turístico. Para verificar se existe a possibilidade de subdividir uma zona em áreas, deve-se observar a forma total e procurar pontos de estrangulamento. Quando encontrados, os atrativos que ficaram para cada lado devem ser contados, pois uma área não pode possuir menos de 10 atrativos, fato que implica a necessidade de uma zona turística possuir, no mínimo, 20 atrativos para que ela possa ser subdividida (BOULLÓN, 2002).

O autor aponta um tipo especial de agrupamento turístico classificado como complexo turístico, o qual é maior que os dos centros e menor que uma zona. Compreende conformações pouco frequentes, pois depende da existência de atrativos da maior hierarquia, cuja visita associada a de outros que os complementam demande uma permanência igual ou superior a três dias. Além disso, o tipo de atrativo não deve ser os que baseiam um centro de estada, os quais já demandam uma permanência superior a esse tempo. Os atrativos principais devem ser característicos de centros de distribuição. O autor alude que um complexo turístico seria uma derivação dos centros turísticos de distribuição que alcançam hierarquia superior, exemplo, o complexo internacional das Cataratas do Iguazu (BOULLÓN, 2002).

Feita a análise de um espaço turístico, pode-se dividi-lo em áreas; definidas suas limitações, parte-se para a verificação de um terceiro nível de divisão: os centros turísticos. Centro turístico refere-se a todo conglomerado urbano que, em seu próprio território ou área de influência, possui atrativo turístico de tipo e hierarquia suficientes para motivar uma viagem. Para permitir viagens de ida e volta no mesmo dia, o raio de influência é calculado em duas horas de distância-tempo, o que corresponde ao caminho que pode ser percorrido por um ônibus de turismo. Portanto, esse raio é variável, depende das condições das estradas e da topografia, devendo ser utilizado como critério, não como medida exata. Dependendo das condições de deslocamento, a influência do centro turístico pode ser delimitada por, no mínimo, um raio de 60 e, no máximo, 120 km. Em condições excepcionais de tráfego e

atratividade turística, considerando-se o deslocamento por automóvel, pode chegar a 200 km (BOULLÓN, 2002).

Alerta Boullón (2002), para o centro ser assim considerado, o empreendimento turístico deve dispor de: hospedagem; alimentação; entretenimento; agências de viagem de ação local; informações turísticas sobre atrativos e instalações locais; comércio turístico; posto telefônico; correios; telégrafos; sistema de transporte interno organizado, conectando o centro aos diversos atrativos existentes em sua área de influência e conexão com os sistemas de transporte externo, em âmbito nacional, internacional, regional ou local, conforme a hierarquia do centro.

De acordo com a função que desempenham como locais receptivos, os centros turísticos podem ser classificados em quatro tipos. Os centros turísticos de distribuição são os que servem de base ao turista que visita os atrativos incluídos em seu raio de influência e retornam para dormir. Nesse caso, a totalidade dos meios de hospedagem localiza-se na cidade, mas parte dos estabelecimentos de alimentação, comércio turístico, serviço de guias, bem como instalações específicas, como trilhas, mirantes, serviços sanitários, estão situados nos respectivos atrativos turísticos. Os centros turísticos de estada, mais comuns que os de distribuição, são os locais em que o turismo passou a se desenvolver por meio da exploração de um único atrativo, por exemplo, as estações de esqui. O que diferencia um centro de estada de um de distribuição turística é o tempo de permanência do turista no local. Nos centros de distribuição, os turistas permanecem de um a três dias, porque sua finalidade é conhecer o maior número possível de atrativos gerenciados a partir daqueles centros. Já no centro de estada, o turista volta todos os dias ao mesmo atrativo para praticar seu esporte ou suas atividades preferidas. Por esse motivo, os centros de estada precisam de equipamentos de entretenimento mais diversificados para oferecer alternativas diferentes durante o período de permanência, principalmente, durante as tardes e noites (BOULLÓN, 2002).

Os outros dois tipos de centros turísticos são os de escala e de excursão. Os centros turísticos de escala cumprem papel importante, porém são menos comuns que os anteriores. Os centros de escala coincidem com as conexões das redes de transporte e com as etapas intermediárias dos percursos de longa distância entre um local emissor e outro receptor, do próprio país ou do exterior. Dificilmente, a estada em um centro de escala prolonga-se por mais de uma noite, especialmente nos localizados em estradas. É comum, nesses locais, haver infraestrutura para alimentação, abastecimento do automóvel, realização de algum conserto rápido, sem chegar a pernoitar. O último tipo corresponde aos centros turísticos de excursão, que são os que recebem, por menos de 24 horas, turistas procedentes de outros centros.

Ressalta o autor que os atrativos turísticos ocupam lugar de extrema importância, podendo-se afirmar que são a razão de ser dos centros; todavia, apenas constituem condição imprescindível aos centros de estada, distribuição e excursão (BOULLÓN, 2002). A esses quatro tipos Boullón (2005) acrescenta outro, denominado Centro de Diversão, o qual pertence a outra categoria de uso do tempo livre; não se trata de turismo, e sim diversão ou lazer, pois o autor entende que o turismo envolve a permanência do viajante fora do seu domicílio por tempo superior a 24 horas, coadunando com o conceito privilegiado para a presente tese. Nesse sentido, o centro de diversão não compreende, para o referido autor, um conceito turístico, visto que sua demanda se origina de outros centros urbanos situados em áreas muito próximas, frequentados durante os finais de semana e em períodos de férias, permanecendo nele menos de 24 horas. A sua estrutura compõe-se de instalações para refeições, diversão, práticas de esportes e para uso de lagos, rios, praças ou qualquer espaço natural que tenha atrativo para a população local.

Além dessas categorias, é importante, para o presente estudo, uma discussão sobre o entendimento do autor quanto aos denominados corredores turísticos. Estes correspondem às vias de conexão entre as zonas, as áreas, os complexos, os centros, os conjuntos, os atrativos turísticos, os locais de origem e os destinos e funcionam como elementos estruturadores do sistema turístico. De acordo com sua função, podem ser corredor turístico de traslado ou de estada. O primeiro consiste em rede de estradas de um país ou região por meio das quais se deslocam os fluxos turísticos. Quando é viável, em razão da oferta de opções, devem-se selecionar as estradas que passam pelas melhores paisagens, não havendo importância que o caminho a ser percorrido seja mais longo, porque se supõe que o tempo é compensado pela beleza paisagística. Como nos centros e complexos, também os corredores turísticos estendem sua influência para além de sua própria superfície.

Como é longitudinal, o cálculo do seu raio de ação realiza-se a partir de dois parâmetros: cálculo da faixa de proteção visual, que, dependendo da topografia e do tipo de paisagem que se atravessam, adquirem três dimensões: de cinco a 10 metros, de 50 a 100 metros e até 500 metros. A faixa de cinco a 10 metros é determinada pelas condições morfológicas; quando os caminhos passam entre paredes rochosas, devem ser proibidos quaisquer tipos de escritas ou fixação de cartazes que comprometem o seu aspecto natural. A faixa de 50 a 100 metros aplica-se a locais de paragens arborizadas, exploradas comercialmente. Deve-se manter a aparência da paisagem original em toda a extensão dos territórios por onde passam os corredores turísticos. Quando a vegetação é mata tropical ou subtropical, os 50 metros são suficientes; caso sejam bosques de pinheiros, tal faixa deve ser

ampliada para 100 metros, de forma que impeça a linha visual de ultrapassá-la. Se a paisagem é plana e sem árvores, deve-se estender a faixa para 500 metros. Esse ambiente torna o alcance do campo visual até o horizonte, sendo impraticável a criação de barreiras visuais. Nesses casos, os artefatos devem ser construídos de forma que preservem o equilíbrio estético da paisagem. Deve-se, inclusive, proibir certos tipos de construções, colocação de placas, cemitério de automóveis ou outras ocupações do solo que prejudiquem a paisagem, a não ser que sejam cercados por barreiras. Para melhor aproveitar os corredores de traslado, deve-se analisar a sua extensão e identificar atrativos possíveis de despertar o interesse do turista. Os atrativos devem estar localizados até 14 quilômetros da estrada, o equivalente a 10 minutos de distância/tempo, caso o terreno seja plano, o caminho reto ou pavimentado, e não mais que dois quilômetros, se montanhoso e de terra. Parte importante do equipamento turístico deve estar nos corredores de traslado, como os postos de gasolina, hotéis, banheiros limpos, entre outros. Os corredores turísticos de estada desempenham uma função combinada de centro com corredor turístico. São superfícies alongadas, em geral paralelas às costas de mares, rios ou lagos, com largura não superior a cinco quilômetros. O que distingue um corredor de estada de um de traslado é, primeiramente, a forma de disposição dos atrativos; em segundo lugar, a forma do assentamento do empreendimento; por fim, sua função que é decorrente dos dois anteriores (BOULLÓN, 2002). Nesse caso, o atrativo também determina a estrutura física do corredor de estada. Todavia, ao invés de situar-se em um ponto equidistante do conjunto de atrativos, como no caso dos centros turísticos de distribuição, ou de concentrar os equipamentos em um único local (praia ou bosque), como nos centros de estada, os empreendimentos em corredores de estada podem assumir três formas: cidade linear, distribuição linear de hospedagem e concentrações escalonadas (BOULLÓN, 2002).

O autor apresenta ainda outras conformações em que se pode classificar um espaço turístico, que são as unidades turísticas, núcleos e conjuntos turísticos. Conforme explica Boullón (2002), a unidade turística consiste em formas muito especiais de assentamentos turísticos, constituindo concentrações menores de equipamentos erigidos para explorar intensivamente um ou vários atrativos situados um junto ao outro ou mais exatamente dentro do outro. O autor explica que no caso das águas termais a afluência de visitantes pertence à categoria de turismo seletivo, o que aliado a pouca capacidade de sustentação dos demais atrativos turísticos faz com que a afluência simultânea seja relativamente reduzida. Nesse caso, ressalta o autor que:

[...] se um número não muito alto de turistas associa-se ao fato de que sua permanência centra-se em uma única atividade (tomar banhos de água termal [...]) o resultado são recursos que não reúnem as condições que se exigem dos centros, mas que, como esses [...] abrigam turistas durante permanências mais ou menos prolongadas (de uma a duas semanas). (BOULLÓN, 2002, p. 95).

O autor distingue a unidade turística dos centros e dos *resorts*, explicando que menos do que nos primeiros e mais do que nos segundos, o equipamento dessas unidades consiste em hospedagem e alimentação, complementado por alguns serviços de entretenimento situados nos próprios hotéis e algumas instalações que não passam de piscinas, campos para prática de esportes (tênis) pouco utilizados, comércio e jogos (cassinos) onde a atividade é permitida complementam e ativam a vida das unidades baseadas em águas termais. Em geral, as unidades turísticas apresentam um aspecto de pequenas aldeias, nas quais os serviços são explorados por diferentes proprietários, assumem aparência diferente dos *resorts* que ostentam o equipamento no meio do espaço verde das áreas esportivas. Outra característica é que quase não possuem população fixa, visto que grande parte dos trabalhadores nas unidades reside em localidades próximas (BOULLÓN, 2002).

No que se refere aos núcleos, o autor explica que estes correspondem a todos os agrupamentos com número de atrativos inferiores a 10 de qualquer hierarquia ou categoria, isolados no território; portanto, possuindo um funcionamento turístico rudimentar, devido ao grau de incomunicação. Um ponto de referência apresentado pelo autor diz respeito ao número de atrativos que oscila entre dois e nove, pois, se for um agrupamento isolado maior, deve-se classificar como zona turística potencial.

Ao tratar dos conjuntos turísticos, o autor informa que a situação de núcleo é transitória, uma vez que a partir do momento em que ele se conecta à rede de estradas, sua situação muda, assumindo a categoria de conjunto. Após relacionarem-se com o restante do sistema, os antigos núcleos necessitam consolidar seus funcionamentos como conjuntos; para isso, necessitam construir um empreendimento turístico de acordo com a natureza e a hierarquia de seus atrativos. No caso, o empreendimento turístico situa-se em cada um deles e precisa iniciar a resolver os serviços básicos, como área de estacionamento, informação, guias, alimentação, venda de artesanato e se a importância de algum atrativo justificar a hospedagem. Nesse sentido, ao evoluir, os conjuntos podem-se tornar unidades ou centros (BOULLÓN, 2002).

Compreende-se a partir do exposto que a regionalização do turismo depende da existência de atrativos de hierarquia suficiente para atrair fluxos turísticos, havendo necessidade de planejar a ocupação das áreas, considerando os interesses tanto dos turistas

quanto das populações autóctones. A delimitação das áreas a serem consideradas turísticas deve observar a localização espacial dos referidos atrativos e, a partir disso, verificar em quais categorias espaciais os municípios podem ser enquadrados; portanto, a regionalização feita a partir de critérios político-administrativos tende a ser limitada nos processos de regionalização do turismo.

Conclui-se esta seção, que teve como objetivo apresentar os conceitos subjacentes ao delineamento da pesquisa e que subsidiarão a análise dos dados. Ressalta-se que a finalidade não foi esgotar o assunto, porém permitir ao leitor compreender os preceitos teórico-metodológicos que orientam o estudo. Pode-se resumir o aprendizado obtido apontando alguns aspectos que são relevantes ao entendimento do método de coleta de dados, o qual será apresentado nas seções seguintes. Em primeiro lugar, pode-se depreender da discussão feita que uma região é uma evolução do nível de relacionamento entre agentes localizados em determinado território. Nesse caso, postula-se que o turismo e a sua regionalização, para efetivamente desenvolverem estratégias coerentes, aceitando-se o pensamento de Lacoste (1988), parecem compreender uma emergência (surgimento), como explicam Moran (2001) e Boisier (2003). Isso significa que a existência da atividade turística em um espaço determinado corresponde ao resultado das interações e inter-relações entre o material (existência de atrativos turísticos) e os interesses e atitudes dos agentes locais (para dotar os espaços com infraestrutura adequada) aliados aos interesses dos visitantes (motivação para desenvolver certas atividades fora de seu local de residência habitual). Em relação à regionalização, com vistas ao planejamento, parece que a identificação da área a ser contemplada para os projetos, partindo da localização de atrativos turísticos existentes em um território, bem como da análise das relações entre os agentes nele localizados, evita a elaboração de estratégias isoladas, em que elementos turísticos existentes em outro estado, ou município, que na prática estão interligados, sejam desconsiderados em virtude de questões meramente burocráticas.

Nesse caso, aceitando-se que as regionalizações deveriam corresponder ao que Lacoste (1988) denomina espacialidade diferencial, ou seja, representações espaciais, de dimensões diversas, formadas por uma série de ideias e práticas mais ou menos dissociadas, a área de abrangência desta pesquisa deveria conter municípios onde ocorressem práticas de turismo. Por prática de turismo entende-se o deslocamento de pessoas em espaços diferentes de suas residências habituais, por período superior a 24 horas, com o objetivo de realizar atividades vinculadas ao lazer e recreação (MIDDLETON; CLARKE, 2002). As práticas e ideias são construídas, segundo Lacoste (1988), a partir de três aspectos inter-relacionados. O

primeiro consiste nos deslocamentos que as pessoas realizam, levando-as a fazer representações vagas do espaço, correspondendo ao bairro e ao espaço percorrido pelos meios de transporte utilizados para deslocamento ao trabalho ou passeios de finais de semana. Nesse caso, para os interesses da presente pesquisa, deveriam equivaler aos espaços percorridos pelos turistas. O segundo diz respeito às configurações espaciais correspondentes às diversas redes das quais as pessoas dependem objetivamente (mesmo sem saber), por exemplo, o Estado ou empresas. Nesse particular, deveriam ser contemplados os agentes inscritos no território, cujo objetivo seria atender às necessidades dos turistas, por exemplo, os hotéis, restaurantes, equipamentos turísticos e entidades coordenadoras do turismo na área. Um terceiro ponto a ser observado são as representações espaciais oriundas de divisões geopolíticas disseminadas pela mídia. Nesse caso, deveriam corresponder às regiões turísticas delimitadas pelo Ministério do Turismo, Associações de Municípios ou áreas delimitadas para planejamento de roteiros turísticos como a Rota da Amizade em Santa Catarina, ou Rota das Araucárias no Rio Grande do Sul. Quanto a este último aspecto, torna-se necessário atentar para o alerta de Knafou (1999) e verificar se as regionalizações propostas pelas instituições públicas assumem uma conformação geográfica que contemple os deslocamentos do turista pelo território.

A partir do referencial teórico-metodológico exposto, parte-se, nas próximas seções, para a apresentação dos dados coletados e sua análise e discussão.

3 A ATIVIDADE TURÍSTICA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE MARCELINO RAMOS (RS) E PIRATUBA (SC)

Nas seções anteriores foram apresentados os pressupostos teóricos que subsidiaram a pesquisa. Nesta seção e na seguinte serão apresentados e discutidos os dados coletados para atender aos objetivos do estudo. Este texto foi estruturado para caracterizar a área de investigação e está dividido em duas subseções. Na primeira contextualizou-se o ambiente onde se realizou a pesquisa, contendo a caracterização dos municípios que contemplam a abrangência espacial do estudo, bem como uma breve evolução histórica. Na segunda seção, apresenta-se a distribuição dos atrativos turísticos na área pesquisada e, também, a classificação dos municípios em turísticos e não turísticos, de acordo com a demanda verificada em relação a cada um deles.

3.1 PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Os dados que subsidiam esta parte foram obtidos em fontes secundárias, o que caracteriza pesquisa bibliográfica. As principais fontes denotam livros publicados que tratam da ocupação populacional da área investigada e sua história. Além de revelar os antecedentes históricos, sintetizaram-se dados que possibilitassem uma visão sobre a atual situação demográfica e econômica da região objeto de análise. Para isso, foram consultados dados no IBGE Cidades, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Uma vez que o objetivo desta pesquisa consiste no estudo do turismo, apresenta-se nesta seção um contexto que permita ao leitor tomar conhecimento do processo de ocupação e da atual situação socioeconômica dos municípios. Para isso, privilegiaram-se dados de população, urbanização e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entendendo que, mesmo não contemplando todas as *nuances* do desenvolvimento, possibilitam visualizar a economia, saúde e educação dos municípios abrangidos pela pesquisa. Os dados foram tratados em planilhas eletrônicas (Excel) e depois organizados em tabelas de forma a facilitar

o entendimento. O texto iniciou-se com a ocupação e aspectos históricos, culminando com a atual estrutura demográfica e socioeconômica da área investigada.

A ocupação da região Oeste de Santa Catarina e do noroeste do Rio Grande do Sul ocorreu com maior intensidade no final do século XIX e início do século XX, já que as áreas litorâneas foram as que primeiro receberam assentamentos europeus. O interesse em acelerar a ocupação dessas áreas, por porte do governo, deve-se à disputa de terras com a Argentina, conhecida como a questão de Palmas. A partir de 1881, o governo daquele país passou a reivindicar com o território brasileiro localizado entre os rios Uruguai, Chapecó, Iguazu e Chopim (HEINSFELD, 2001). A esse respeito, Bernardes (1997), ao analisar o povoamento do Estado do Rio Grande do Sul, observa que mesmo não completada a ocupação da escarpa, ultrapassando os campos centrais e desconsiderando a distância e isolamento, fundaram-se às margens do Rio Ijuí as primeiras colônias nas matas do Alto Uruguai, Ijuí em 1890 e Guarani em 1891. O autor alega que tal avanço exagerado se justifica apenas por preocupações de ordem estratégica, já que na retaguarda ainda havia trechos de mata a povoar. No lado catarinense já existiam os municípios de Lages, Curitibanos e Campos Novos instalados ao longo do caminho dos tropeiros que tinham por objetivo levar gado até à feira de Sorocaba no Estado de São Paulo (HEINSFELD, 2001).

Quando da determinação em 1889 da construção de uma ferrovia ligando o Rio Grande do Sul (HEINSFELD, 2001) a São Paulo, cujas obras, segundo Bernardes (1997), iniciaram em 1890, o Alto Uruguai era uma região quase que inteiramente despovoada. No entendimento de Heinsfeld (2001), essa ferrovia teria um duplo propósito: servir para o deslocamento de tropas, no caso de um conflito armado com a Argentina, e proporcionar a ocupação demográfica da região.

Quanto à importância dessa ferrovia para a manutenção do território pelo Brasil, Heinsfeld (2001) aponta como evidência a ocorrência da aprovação dos estudos relativos ao trecho catarinense da ferrovia exatamente sete dias após o laudo arbitral do presidente norte-americano Grover Cleveland, dando ganho de causa ao Brasil na disputa dessa área com a Argentina. Essa questão emergiu de um desentendimento anterior entre Portugal e Espanha quanto à demarcação de limites estabelecidos pelo tratado de Santo Ildefonso assinado ainda no século XVIII. Além desse fato, outro aspecto que indica a relevância estratégica da referida ferrovia foi a sua localização mais a oeste, pois as condições morfológicas do Planalto apresentavam-se mais favoráveis (HEINSFELD, 2001). Buscando evidenciar o interesse do governo em transformar a ferrovia em um empreendimento colonizatório, Heinsfeld (2001, p. 106) apresenta um trecho de Gertz: “[...] estrategicamente o sul do Brasil

tinha, porém, um papel importante. Era aquela região do país onde o contato com a América Espanhola era mais direto. As demais regiões limítrofes eram tão inacessíveis aos brasileiros quanto aos seus vizinhos, mas no sul – não por último em virtude da flora e relevo – as fronteiras eram inseguras.”

Essa ferrovia construída no divisor de águas do Planalto, partindo de Santa Maria (RS), chegou a Passo Fundo em 1898, mas somente completou sua ligação com o norte através do rio Uruguai em 1910 (BERNARDES, 1997). A esse respeito, Heinsfeld (2001) destaca que a construção do trecho entre União da Vitória e o Rio Uruguai ocorria lentamente até 1907, quando por meio de um decreto o governo brasileiro determinou um prazo improrrogável de três anos para concluir o trecho, o qual expirou em 17 de dezembro de 1910, coincidindo com a data da primeira viagem de União da Vitória ao Rio Uruguai (Marcelino Ramos). Neste mesmo ano, inicia-se a construção de um ramal ferroviário até Cruz Alta na extremidade sul da floresta do Uruguai, acelerando o povoamento do Alto Uruguai concomitantemente com a ocupação da mancha florestal do Alto Jacuí situada ao sul da ferrovia, entre Passo Fundo, Carazinho e Soledade (BERNARDES, 1997).

Como estratégia para ocupação dessas áreas, o serviço estadual de terras estabeleceu duas colônias: Erechim (1908) e Santa Rosa (1915); equidistante destas duas foi estabelecida uma terceira, Guarita (1917). Estas três colônias tiveram a função de abrir clareiras na mata virgem, a partir das quais o movimento de pioneirismo impulsionou o povoamento em todas as direções, estabelecendo a junção entre os núcleos iniciais (BERNARDES, 1997). Quanto a isso, o autor alerta para o fato de que as iniciativas particulares na colonização não desaparecem, porém, segundo ele, torna-se importante assinalar que a colonização oficial vendeu indiscriminadamente terras a colonos oriundos das áreas coloniais mais antigas do Rio Grande do Sul estabelecendo povoamentos de etnias mistas. Ao contrário, as colonizadoras particulares tendiam a formar áreas mais homogêneas, de uma só etnia, ou pelo menos que houvesse a predominância de uma; entre tantos exemplos, o autor cita Italianos (Sananduva) e alemães em New-wüttemberg (Panambi), Cerro Azul, Boa Vista (Santo Cristo) e Erval Seco (BERNARDES, 1997).

Como destaca Bernardes (1997), os descendentes dos colonos permaneciam preferencialmente colonos e, como as famílias eram numerosas, havia necessidade de adquirir sempre mais terras, a fim de que conseguissem sobreviver. Assim, escasseando-se as terras virgens no Alto Uruguai rio-grandense, aumenta o fluxo de agricultores em direção ao oeste catarinense e depois para o Paraná. Depreende-se, da discussão feita por esses autores, que a ocupação do Brasil seguiu critérios bem-definidos. Os vazios do Brasil meridional não foram

espontaneamente povoados, mas de forma planejada e organizada por órgãos oficiais centrais e provinciais.

Um aspecto que vale destacar, e que se relaciona com o povoamento dessa área, é o incentivo atribuído à construção da ferrovia pelo governo, oferecendo uma garantia de juros de 6% ao ano, por um prazo de 30 anos para o capital que fosse necessário à sua construção, até um limite de trinta e sete mil contos de reis, além de ceder gratuitamente terras devolutas em uma faixa de 30 km situadas ao lado da ferrovia. “Em 1890 o governo federal regulamentava a cessão das terras marginais, estabelecendo uma faixa de 15 km de cada lado da ferrovia.” (HEINSFELD, 2001 p. 106). A empresa construtora, segundo o autor, deveria utilizar esses terrenos em um prazo de 50 anos, ficando obrigada a transportar pela ferrovia, gratuitamente, os colonos e seus pertences.

Assim, a companhia construtora da estrada de ferro passou a comercializar as terras principalmente com colonos das denominadas colônias velhas do Rio Grande do Sul, fazendo com que acorressem à região os descendentes de italianos e alemães, em maior número, mas também de outras etnias. Conforme Heinsfeld (2001), as Companhias Colonizadoras particulares fizeram intensa campanha de divulgação das novas terras, atraindo grande contingente de interessados. Em poucos anos, áreas que não tinham valor econômico passaram a ser povoadas e valorizadas. O autor verifica que a forma de ocupação do Oeste catarinense foi semelhante à das colônias velhas do estado gaúcho, porém, segundo ele, não tão rigorosamente, como demonstrado por Bernardes (1997). Para Heinsfeld (2001), os alemães optaram por se concentrar nas encostas e nos fundos de vales cobertos de matas latifoliadas, enquanto os italianos povoaram a beira do planalto, a região dos vales suspensos. Todavia, formaram-se alguns núcleos de italianos no vale, constituindo exceção a essa regra, por exemplo, Capinzal e Videira. Essa forma de colonização explica a existência na atualidade de municípios com maior concentração de descendentes germânicos e outros de italianos.

A estratégia adotada pelo governo, a fim de ocupar o interior dos estados sulinos, teve consequências indesejadas, como a sangrenta luta (Guerra do Contestado 1912-1916) entre os habitantes já existentes na referida área, em sua maior parte descendentes de índios e antigos europeus que inicialmente a povoaram, além de desertores das guerras sulinas (farroupilha) e trabalhadores da estrada de ferro que ficaram pela região após a sua conclusão (VALENTINI, 2000). Quanto à permanência de ex-trabalhadores da ferrovia, o autor aponta que, ao final da construção, encontravam-se na região aproximadamente 8.000 trabalhadores os quais não foram levados aos seus locais de origem como anteriormente acordado. Essas pessoas ficaram

pela área, construindo seus ranchos ao longo da ferrovia ou embrenhando-se nas matas. Nesse sentido, Valentini (2000, p. 46) cita um trecho do comandante militar Setembrino de Carvalho: “[...] por uma deslealdade dos empreiteiros comumente praticada com esses homens desprotegidos, ficaram abandonados nos mesmos sítios, construindo o fermento para os acontecimentos posteriores.”

Conforme Valentini (2000), além da disputa do território entre Brasil e Argentina que terminou legalmente na primeira década do século XX, permanecia ainda uma indefinição quanto ao território pertencente ao Estado de Santa Catarina e Paraná. Essa discussão desdobrou-se até o ano de 1916 quando o presidente da República Wenceslau Brás conseguiu colocar fim ao litígio, com a assinatura do acordo de limites em 20 de outubro de 1916 pelos governadores Felipe Schmidt de Santa Catarina e Afonso Camargo do Paraná.

O contexto criado pela disputa de território pelos dois estados e a distribuição de terras aos colonos na estratégia de povoamento adotada ocasionaram a deflagração do conflito hoje conhecido como Guerra do Contestado, pelo levante das pessoas que viviam na região antes da construção da estrada de ferro. Segundo Valentini (2000), com suas terras sendo ocupadas pelos colonos que compravam os lotes oferecidos pelas Companhias Colonizadoras, os moradores antigos foram sendo expulsos. Esse contingente de indivíduos, sem ter lugar para ir, começou a se reunir em determinados locais, inicialmente no lugar denominado Taquarucú, próximo aos atuais municípios de Videira e Fraiburgo.

Um aspecto que vale resgatar, e que serviu de pano de fundo para a referida guerra, foi a cultura dos sertanejos, cujas crenças fortemente impregnadas de práticas mágicas de origem medieval europeia, indígena ou africana, fazia com que espontaneamente surgissem pessoas com poderes sobrenaturais (VALENTINI, 2000). Em vista disso, nos períodos que antecederam à guerra, passaram pela região vários monges que pregavam aos sertanejos, os quais ficaram na memória e muito considerados pelos habitantes locais. A figura dos monges, conforme Valentini (2000), era mais forte naquela época do que a dos próprios padres, que somente em 1892 se estabeleceram em Lages.

Assim, de acordo com o autor, com a formação dos redutos, a própria religiosidade rústica passou a ter outro significado. No início, os sertanejos aceitavam os representantes da igreja católica; no entanto, com o vagar do tempo, passaram a olhar com desconfiança, uma vez que nunca viram João Maria (um dos monges) falar em dinheiro, e os religiosos cobravam pelos batizados e casamentos.

Segundo Valentini (2000), havia dois monges João Maria: um Italiano João Maria de Agostini, e outro, João Maria de Jesus, de origem desconhecida; uns alegam ser ele de origem

francesa e outros afirmam que viera da Argentina. Esses monges circularam pela região pregando a palavra de Deus e realizando atos religiosos, cuja passagem deixou profundas marcas na população local. Em 1912, surgiram boatos de que João Maria havia reaparecido em Campos Novos. Todavia, quem apareceu por lá, na realidade, foi um curandeiro de ervas, que ficara famoso, fazendo-se conhecer por José Maria de Santo Agostinho e alegando ser irmão de João Maria.

O conflito aconteceu em virtude de uma série de fatores: a disputa entre os estados de Santa Catarina e Paraná, a expulsão dos ocupantes das áreas pelas companhias colonizadoras para que pudessem explorar a madeira nela existente, para depois comercializá-la nua com os colonos oriundos do Rio Grande do Sul, que passaram a cultivar em local já desmatado, com a fé desse povo nos monges, acreditando que eles viriam libertar o povo do seu sofrimento (VALENTINI, 2000). O desfecho dessa guerra deixou importantes marcas em toda a região, tendo atualmente identificados os locais de batalha, Taquarucú, Irani e Santa Maria que se localiza no atual município de Timbó Grande.

Da discussão feita pelos autores citados, depreende-se que a ocupação do noroeste gaúcho e do Oeste catarinense se deu pela expansão das antigas colônias estabelecidas por europeus no Rio Grande do Sul. Mais precisamente, o povoamento dessa região ocorreu com os descendentes (filhos ou netos) de imigrantes europeus. Todavia, fugindo a essa regra, no que diz respeito à ocupação do território, merece destaque a colonização austríaca, que originou o município de Treze Tílias, em Santa Catarina.

Segundo Gintner (1993), a comunidade foi criada em outubro de 1933 pelo antigo Ministro da Agricultura do Governo Dolfuss (Áustria), Andréas Thaler. O fundador da cidade de Treze Tílias fez duas viagens pela América Latina com o objetivo de encontrar o melhor local para a fundação de uma colônia. Após visitas feitas ao Chile, Paraguai, Argentina e Brasil, optou pela região localizada a 36 km de Joaçaba, conhecida na época como Alto São Bento, tendo auxílio do Cônsul Walter Von Schuschnigg, representante da Alemanha e depois da Áustria, para aquisição do terreno que pertencia à empresa colonizadora Muller & Selbach, com sede em Itapuí, hoje município de Ibicaré.

Assim, o primeiro grupo de imigrantes partiu de Gênova em 1933 dirigindo-se à região. Em sua maioria, o grupo era composto por pequenos agricultores, artesãos e comerciantes. Já no início da colonização da área, iniciaram-se pequenas atividades industriais, como uma serraria, uma usina hidrelétrica e, em 1936, a construção da primeira construção em pedra, atualmente conhecida como castelinho, pertencente a Andreas Thaler (GINTNER, 1993). O nome da comunidade, hoje município de Treze Tílias, teve inspiração

no poema de Friedrich Wilhelm Weber *Dreizenhlinden* do qual o fundador era admirador. Durante o Estado Novo, a localidade teve seu nome modificado para Papuan, nome indígena utilizado pelos índios xoclengues ou caingangues, antigos moradores da região. Essa denominação não foi do agrado dos moradores, e o lugar teve sua denominação alterada para Treze Tílias quando da instalação do município em 1963 (GINTNER, 1993).

A arquitetura do município diferencia-se das demais cidades da região, com suas edificações no estilo tirolês-alpino, inclusive mantendo o sino e o galo no alto dos telhados, símbolo da disposição dos seus moradores para o trabalho. Além disso, Treze Tílias destaca-se na música e no folclore, fruto de vários grupos que procuram preservar sua cultura, como também a escultura em madeira, com escultores de destaque nacional (GINTNER, 1993).

Com o passar dos anos e os conflitos resolvidos, a atividade econômica concentra-se na agricultura, na pecuária e na industrialização; dessa produção, emerge um pujante setor agroindustrial, com algumas empresas destacando-se nacionalmente, como a Laticínio Tirol (Treze Tílias), a Perdigão (Videira) e Sadia (Concórdia).

Vale resgatar, ainda, nesta breve contextualização, antes de aprofundar as características dos municípios contemplados como espaço de investigação nesta pesquisa, um fato que contribuiu nas últimas décadas para um redesenho da economia e da ocupação do Oeste catarinense e Noroeste rio-grandense. Dadas as condições morfológicas e hidrográficas, a região foi contemplada com um interessante potencial para produção de energia elétrica. Assim, nas últimas décadas, foram instaladas na região várias usinas, fazendo com que comunidades tivessem de ser reassentadas, inclusive provocando a necessidade de mudança de toda a cidade de Itá (SC). Entre as várias unidades geradoras de energia instaladas na região, por terem causado maior impacto direto nos municípios de abrangência desta pesquisa, optou-se por tratar sucintamente da Usina Hidrelétrica de Itá e da Usina Hidrelétrica de Machadinho.

A Usina Hidrelétrica de Itá localiza-se na divisa dos municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS), no Rio Uruguai, com capacidade instalada para geração de 1.450,00 MW de energia. Para a produção de energia, foi necessária a construção de um reservatório atingindo 11 municípios; sete pertencem ao Estado de Santa Catarina (Itá, Arabutã, Concórdia, Peritiba, Ipira, Piratuba e Alto Bela Vista) e quatro ao Estado do Rio Grande do Sul (Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos). Nesse contexto, o fato mais marcante e impactante da obra foi a necessidade de realocação da sede do município de Itá, pois a sua localização original ficaria totalmente submersa. Atualmente, no local da cidade antiga,

permanecem apenas as torres da igreja, demarcando no meio do lago a localização original da cidade.

A Usina Hidrelétrica de Machadinho localiza-se entre os municípios de Maximiliano de Almeida (RS) e Piratuba (SC), no Rio Pelotas, com capacidade instalada de geração de 1.140,00 MW. Os municípios atingidos pelo reservatório dessa usina foram no Rio Grande do Sul: Pinhal da Serra, Barracão, Machadinho e Maximiliano de Almeida. Em Santa Catarina, Anita Garibaldi, Celso Ramos, Campos Novos, Zortéa, Capinzal e Piratuba.

Essas unidades já estavam previstas desde a década de 1960, mas somente iniciaram a fase de construção em meados dos anos 90 do século passado, provocando na região grandes transformações, tanto sociais quanto econômicas. Toda obra desse porte implica impactos ambientais e sociais, que foram sendo discutidos com as comunidades e que não serão aqui aprofundados pois não compreendem o foco desta tese. Todavia, a implantação dos lagos e as exigências de medidas mitigadoras pelas comunidades proporcionaram a exploração das águas termais em Itá e Machadinho, além de proporcionar uma série de atividades turísticas nos reservatórios, por exemplo, passeios de barco em Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC).

Feitas essas considerações de caráter mais geral sobre a história e ocupação da área de abrangência da pesquisa, delimita-se mais especificamente as características socioeconômicas dos municípios que fazem parte deste estudo. Como já aludido anteriormente, foi realizado um recorte na região, abrangendo apenas 22 municípios onde ocorre a prática do turismo. Para facilitar o entendimento e evitar uma descrição demasiadamente longa, organizou-se a Tabela 3, a fim de apresentar os dados que permitem uma caracterização geral dos municípios.

No que diz respeito à concentração demográfica, observa-se na referida tabela que a grande maioria dos municípios possui população abaixo de 10 mil habitantes. Apenas o município de Concórdia com 70.393 pessoas supera os 50 mil habitantes e somente três ultrapassam em população os 20 mil habitantes; Videira com 46.585; Fraiburgo, 36.469 e Joaçaba, 25.322 moradores e dois com uma população superior a 15 mil habitantes; Herval d'Oeste com 19.323 e Capinzal com 18.996 residentes. Em resumo, verifica-se que 16 dos 22 municípios abrangidos pela investigação podem ser caracterizados como rurais em razão do seu porte e relacionamento com o meio natural, supondo que a ruralidade implica um contato mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos centros urbanos (ABRAMOVAY, 2003). Além disso, segundo Abramovay (2003), é importante considerar como rurais as pequenas cidades, cujas populações, terra e recursos localizados em campo aberto, não sofrem influência direta de grandes cidades (FAO/DAS, 1998 apud

ABRAMOVAY, 2003), entendendo-se que as populações dessas localidades tendem a possuir maior facilidade de se integrar. Quanto à distribuição da população, verifica-se que nos municípios com população inferior a 10 mil habitantes estão domiciliados na área urbana aproximadamente 50% dos seus moradores. Nos demais municípios, a população urbana fica em patamares próximos a 80%; em Joaçaba, é de 90%. Todavia, deve-se considerar que esse prisma corresponde a uma classificação que Abramovay (2003) denomina de classificação administrativa, cujos objetivos são a coleta de taxas pelos poderes públicos.

Tabela 2: Dados demográficos e estrutura socioeconômica dos municípios que integram a área de estudo

Municípios	População*	Urbana** (%)	PIB <i>per capita</i> ***	IDH****			
				Longevidade	Educação	Renda	IDH-M
Alto Bela Vista	2.071	25	12.468,00	0.794	0.908	0.684	0.795
Capinzal	18.996	77	27.653,00	0.812	0.925	0.703	0.813
Concórdia	70.393	72	20.677,00	0.855	0.927	0.765	0.849
Fraiburgo	36.469	84	13.249,00	0.744	0.900	0.694	0.779
Herval d'Oeste	19.323	86	14.484,00	0.788	0.909	0.697	0.798
Ibicaré	3.458	35	11.020,00	0.818	0.899	0.696	0.804
Ipira	4.771	44	7.125,00	0.805	0.908	0.699	0.804
Itá	6.552	51	21.720,00	0.794	0.884	0.737	0.805
Joaçaba	25.322	90	29.659,00	0.856	0.949	0.793	0.866
Lacerdópolis	2.266	45	14.173,00	0.856	0.909	0.796	0.854
Luzerna	5.528	71	11.626,00	0.879	0.943	0.742	0.855
Ouro	7.231	56	9.219,00	0.812	0.923	0.750	0.828
Peritiba	2.977	41	14.476,00	0.800	0.935	0.696	0.810
Pinheiro Preto	3.048	42	17.250,00	0.818	0.940	0.697	0.818
Piratuba	4.446	47	14.955,00	0.794	0.909	0.716	0.806
Tangará	8.611	48	18.917,00	0.818	0.903	0.714	0.812
Treze Tílias	6.004	60	51.276,00	0.813	0.899	0.727	0.813
Videira	46.585	86	28.834,00	0.867	0.945	0.742	0.851
Machadinho	5.623	49	10.868,00	0.707	0.860	0.636	0.734
Marcelino Ramos	5.329	51	10.559,00	0.803	0.885	0.687	0.792
Maximiliano de Almeida	5.050	47	12.083,00	0.707	0.883	0.651	0.747
Paim Filho	4.526	44	10.451,00	0.794	0.873	0.711	0.793

Fonte: com base em IBGE Cidades (2009) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2000).

Legenda: * IBGE Cidades, estimativa 2009; ** IBGE base Censo 2000, calculado pelo autor; *** IBGE Cidades ano 2007; **** Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD), em 2000.

Aceitam-se os argumentos de Veiga (2007) de que o critério adequado para definir se uma área se caracteriza como rural é a densidade populacional, indicando que uma densidade inferior a 150 habitantes por km² é um parâmetro para classificá-la como tal. Também, atenta-se ao alerta feito pelo referido autor que, como as opções e oportunidades disponíveis para essas localidades rurais dependem essencialmente do relacionamento que possam manter com centros urbanos, o que realmente importa é a abordagem microrregional. Nesse sentido, ao se

analisar as populações dos municípios quanto ao seu porte e relação com a natureza, pode-se inferir que se trata de localidades onde ela está bastante presente. Para tornar a análise mais objetiva, tomando-se a população total dos municípios de 281.935 pessoas distribuídas por um território com 5.307 km², tem-se como resultado da razão entre habitantes e área um montante de 53 hab/km² em termos microrregionais, ficando abaixo, portanto, do parâmetro apresentado por Veiga (2007). Apenas como exemplo, somente dois municípios possuem uma densidade populacional acima de 100 hab/km²: Videira com 110 e Joaçaba com 104. Para não delongar essa discussão, entende-se que a região de abrangência desta pesquisa pode ser classificada como rural, segundo os critérios discutidos por Veiga (2007) e Abramovay (2003).

No que concerne à renda, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos municípios, verifica-se que há disparidade entre os municípios; o município de Ipira e Ouro apresentam os menores valores, com 7.125,00 e 9.219,00, respectivamente. Os demais municípios ficam em um patamar entre 10 e 20.000,00. Nota-se que os valores são mais expressivos aos municípios de Capinzal (27.653,00), Concórdia (20.677,00), Itá (21.720,00), Joaçaba (29.659,00), Treze Tílias (51.276,00) e Videira (28.834,00). Nesse caso, deve-se considerar que o PIB se refere à produção total ocorrida no município e onde existe maior concentração de indústrias, ou especialmente, grandes indústrias, como no caso de Treze Tílias; esses dados podem mascarar a realidade. Por essa razão, para aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre esses aspectos, optou-se por analisar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mesmo compreendendo a sua limitação, entendeu-se que proporcionaria uma visão um pouco mais abrangente sobre a realidade dos municípios.

Observando-se a quarta coluna referente ao IDH na Tabela 2, verifica-se que, no geral, os municípios encontram-se em um patamar que os classifica como de IDH elevado, visto que atingem um índice acima de 0,800. Todavia, dos 22 municípios que constituem a abrangência desta pesquisa, sete apresentam um índice que os classifica como médio: Alto Bela Vista (0,795); Fraiburgo (0,779); Herval d'Oeste (0,798); Machadinho (0,734); Marcelino Ramos (0,792); Maximiliano de Almeida (0,747) e Paim Filho (0,793). Pode-se verificar na referida tabela que os índices que tratam da renda seguida dos de longevidade são os que influenciam na redução do índice em sua composição geral. Em termos de renda, os indicadores classificam os municípios em um patamar médio, uma vez que todos os municípios ficam com um índice acima de 0,500 e abaixo de 0,799. Nesse quesito, o município de Machadinho apresenta o índice mais baixo (0,636), e o município que atinge o índice mais elevado é o de Lacerdópolis (0,796) seguido por Joaçaba, com 0,793. No que se

refere à longevidade, 14 municípios alcançam índices que os classificam como de patamar elevado; nesse quesito, atingem índices acima de 0,800. No entanto, oito não conseguem alcançar esse patamar, sendo classificados em um patamar médio. Nesse particular, os municípios que apresentam os menores índices entre os analisados são Machadinho e Maximiliano de Almeida, ambos com índice 0,707. Alcançam os índices mais altos Luzerna (0,879) e Videira (0,867). A educação, que é o índice em que os municípios alcançam os maiores patamares, contribui para manter o índice geral como médio. Nesse quesito, 15 municípios analisados encontram-se em uma situação que os classifica como de muito elevado, visto que alcançam índices acima de 0,900. Os demais municípios classificam-se como de patamar elevado, pois seu indicador fica abaixo de 0,899.

De maneira geral, pode-se inferir que os municípios evoluíram desde a colonização e alcançam atualmente um nível de desenvolvimento, considerando-se os indicadores avaliados similares, em média aos seus estados, uma vez que o Estado de Santa Catarina apresenta um índice geral de 0,840, alcançando um patamar elevado formado por longevidade 0,830; educação 0,935 e renda 0,756. Já o Rio Grande do Sul atinge um índice geral de 0,832 composto por longevidade 0,827; educação 0,921 e renda 0,748.

Com essas considerações, espera-se ter proporcionado ao leitor uma visão geral no que consiste a evolução histórica e situação socioeconômica da área investigada. Na subseção seguinte, tratar-se-á sobre o turismo, que é o tema central desta tese.

3.2 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Como visto na revisão bibliográfica, o turismo envolve um conjunto complexo de elementos dispersos no espaço. Tomando-se como base o conceito de turismo aceito para este trabalho, entende-se que um município pode ser considerado turístico quando ocorre a frequência de turistas em seu território. Devido à inexistência de dados secundários que possibilitassem essa análise restou obter dados primários. Assim, os municípios foram visitados, como explicado na introdução, e os atrativos e empreendimentos turísticos indicados pelos representantes municipais catalogados. Nesse sentido, foi preciso levantar informações concernentes ao sistema de produção que constituíram as unidades de análise, meios de hospedagem, meios de alimentação e atrativos. Algumas informações foram

solicitadas para caracterizar os empreendimentos, no caso dos meios de hospedagem, o número de leitos; no caso dos restaurantes, o número de atendimentos; dos atrativos, o número médio mensal de usuários.

Entretanto, não basta verificar no território a existência dos equipamentos, é preciso compreender a interação deles com indivíduos cuja motivação de visita aos municípios se caracteriza como turismo. Um dado considerado adequado para expressar essa condição consiste, segundo Boullón (2005), na demanda. Dessa forma, os respondentes foram solicitados a informar os dias de permanência, a origem dos hóspedes e a motivação de viagem. Para possibilitar a compreensão do perfil dos usuários dos empreendimentos, no caso dos meios de hospedagem e de alimentação, foram incluídas duas questões aos entrevistados. A primeira tencionou saber se os frequentadores dos estabelecimentos se caracterizavam como turistas (nesse caso, os inquiridos receberam a explicação de que para esta pesquisa se considera turista pessoa que viaja a lazer, visita a parentes, festas/eventos), representantes comerciais, prestadores de serviços ou outros. A segunda visou a identificar a origem da demanda; nesse caso, os inquiridos foram solicitados a indicar em termos percentuais os frequentadores originários da própria cidade, residentes na região (um raio de 120 km), residentes no estado, mas fora da região considerada, e em outros estados ou do exterior. Essa segunda questão foi efetuada, também, aos respondentes dos atrativos turísticos.

Com esse procedimento, foi possível caracterizar a região e apresentar a distribuição do turismo na área investigada, bem como estabelecer se um município se caracteriza como um destino turístico. Um melhor detalhamento quanto ao tratamento dos dados será realizado concomitantemente com a sua análise.

Passa-se a seguir à apresentação dos dados iniciando-se com uma breve descrição dos dados gerais correspondentes às duas regiões turísticas definidas pelo Ministério do Turismo. Segue-se apresentando a distribuição dos aspectos relacionados ao turismo na área em análise. Após a verificação das características dos municípios, apresenta-se um resumo dos antecedentes do turismo nos municípios que possuem, mesmo que parcialmente, a possibilidade de ser assim considerados.

Como visto na introdução deste estudo, os municípios que fazem parte da pesquisa pertencem a duas regiões turísticas delimitadas pelos estados com vistas a atender à Política Nacional de Regionalização do Turismo. A fim de se obter uma noção do atual estágio do turismo nas referidas regiões, pesquisaram-se no *site* de divulgação da Santur informações sobre a região do Vale do Contestado, por fazer parte do contexto onde se realizou a pesquisa. Verificou-se que a região é composta por 62 municípios. Na sua área de abrangência,

observa-se a existência de 97 atrativos naturais, 80 atrativos históricos e 171 caracterizados como outros, pois envolvem uma infinidade de atividades de interesse turístico, como parques de eventos, eventos realizados ao longo do ano, grupos folclóricos, artesanato, entre outros. Quanto ao número de meios de hospedagem, incluindo camping, pousadas e hotéis, constatou-se a existência de 135 estabelecimentos. No que concerne à alimentação (bares, restaurantes, churrascarias), constavam nos documentos disponibilizados na internet 286 empresas. Os atrativos turísticos estão concentrados somente em alguns municípios. Os que mais se destacam são: Caçador, Concórdia, Curitiba, Fraiburgo, Irani, Piratuba, Porto União, Treze Tílias e Videira. Quando no *site* a Santur destaca os destinos e roteiros da região, indica como municípios turísticos: Treze Tílias, Fraiburgo, Piratuba, Videira, Tangará, Pinheiro Preto, Porto União, Caçador, Irani, Itá, Seara e Frei Rogério. O principal atrativo da região, segundo a Santur (2007), é a sua multiplicidade de “[...] paisagens, de gentes e culturas. A Rota da Amizade [...] oferece a melhor infra-estrutura hoteleira e gastronômica.” Também, há um destaque para o município de Treze Tílias, chamando atenção para a cultura austríaca e a arquitetura típica tirolesa. Quanto ao Vale da Uva e do Vinho, composto pelos municípios de Videira, Tangará e Pinheiro Preto, destaca a arquitetura típica diferenciada e a produção de vinho, por ser uma área com maior densidade de descendentes de italianos. A produção de maçã é evidenciada como atração de Fraiburgo. Piratuba é apresentada como a principal estância de águas termominerais da região (SANTUR, 2007).

A região denominada Hidrominerais é composta por 46 municípios, com 50 atrativos naturais, 51 históricos e 29 caracterizados como outros. O número de hotéis existentes na sua área de abrangência corresponde a 72 unidades, e os meios de alimentação, 240 estabelecimentos. Da mesma forma que na Região Vale do Contestado, a existência de atrativos turísticos concentra-se em somente alguns municípios da região. São eles: Caiçara, Frederico Westphalen, Iraí, Aratiba, Entre Rios do Sul, Erechim e Marcelino Ramos. No *site* da Setur, a região é destacada como localizada junto a belas paisagens, em meio à mata nativa e estâncias hidrominerais. Como oportunidade de atividades aos visitantes, sugere a existência de um grande número de trilhas e possibilidade de cavalgadas. Destaca, também, a produção de pedras preciosas, o artesanato em vime, cipó e madeira, além da pesca no Rio Uruguai (SETUR, 2007). No que diz respeito a essa região, ela está dividida em três microrregiões: Microrregião Águas e Pedras Preciosas, Microrregião Termas e Lagos e Microrregião Cultura e Tradição.

Nota-se que, quando se trata da comercialização de produtos turísticos, em grande parte, os municípios divulgados coincidem com os que apresentam o maior número de

atrativos. Como não há definição de como foi tratada a regionalização do turismo, há necessidade de verificar quais critérios foram utilizados para inserir os demais municípios na região turística. Foi um levantamento exploratório, utilizando-se dados disponibilizados pelos órgãos oficiais de turismo dos dois estados e apenas para duas regiões do país. É necessário um estudo mais aprofundado, a fim de se obter conclusões mais precisas; todavia, permitiu obterem-se parâmetros para orientar e motivar a elaboração da presente pesquisa.

Feitas essas considerações, apresenta-se a distribuição das atividades turísticas na área de abrangência desta pesquisa. Inicia-se pela distribuição dos atrativos turísticos, os quais para facilitar a análise foram agrupados em algumas categorias, atrativos naturais, histórico-culturais, entretenimento, religiosos e empresas, já que 211 atrativos na área de abrangência da pesquisa foram indicados pelos gestores públicos e constam dos materiais de divulgação dos municípios.

Na categoria de atrativos naturais, foram agrupados os atrativos que consistiam essencialmente em áreas naturais, como cachoeiras, corredeiras e áreas de preservação. Como histórico-culturais foram agrupados os atrativos relacionados à história e à cultura regional, entre eles, os artesãos de Treze Tílias, monumentos relacionados à história dos municípios, entre outros passíveis de pertencer a essa categoria. Quanto ao entretenimento, consideraram-se espaços para passeios, por exemplo, praças, pescaria, águas termais. Várias dessas atividades poderiam ser inseridas em outras categorias, por exemplo, as águas termais em atrativos naturais. Todavia, considerou-se que nesses locais há uma infraestrutura construída relativamente grande e não se caracterizaria como ambiente natural, e sim em um ambiente construído. No que diz respeito aos atrativos religiosos, foram consideradas as igrejas, monumentos de cunho religioso, seminários, dentre outros. Com referência a empresas do setor comercial e industrial, foi necessário fazer um recorte, pois não se tem conhecimento de que empresas são essencialmente procuradas pelos turistas. Assim, foram considerados para a pesquisa empreendimentos que comercializam produtos locais a turistas e que constam do material distribuído pelas prefeituras. Aqui, vale ressaltar que em Piratuba, nas imediações do balneário, formou-se um amplo centro comercial que atende os residentes locais e o turista. Dado o seu porte e considerando-se a população do município, pode-se inferir que seu maior movimento consiste no atendimento aos visitantes, porém sua demarcação e consideração para esta pesquisa tornariam o levantamento de campo extremamente difícil e oneroso. Esse pormenor deve ser destacado, visto que é o único município na região onde se verificou essa ocorrência. Nesse caso, consideraram-se para essa categoria as vinícolas, comércio de produtos coloniais, confecções e artesanato.

Vale ressaltar que os atrativos constantes na Tabela 3 seguem a indicação dos agentes locais que possuem responsabilidade também pelo turismo no município, uma vez que em muitos são demandados por outras atividades, sem qualquer análise crítica desses dados; esse aspecto será retomado adiante.

Tabela 3: Atrativos turísticos dos municípios

Municípios	Atrativos naturais	Atrativos histórico-culturais	Entretenimento	Atrativos religiosos	Empresas	Total de atrativos
Alto Bela Vista		1	1			2
Capinzal	1	2	1	1		5
Concórdia	2	5	6	4	7	24
Fraiburgo	4	2	2	2	2	12
Herval d'Oeste	2		3	5		10
Ibicaré		1	1			2
Ipira	1				1	2
Itá	1	3	5		1	10
Joaçaba			2	3	2	7
Lacerdópolis		1	3	2	2	8
Luzerna		1	1			2
Ouro	1	1	2	3	2	9
Peritiba	2	1	1	2	2	8
Pinheiro Preto		6	1	1	3	11
Piratuba		2	3		1	6
Tangará	2		3		6	11
Treze Tílias		27	10	2	8	47
Videira		6	5	1		12
Machadinho	1	3	3			7
Marcelino Ramos		3	4	1	1	9
Maximiliano de Almeida		1	1	1	1	4
Paim Filho			1	2		3
Total	17	66	59	30	39	211

Na Tabela 3 verifica-se que a maioria dos atrativos foi classificada como histórico-cultural (66), seguida de entretenimento (59), empresas (39), religioso (30) e atrativos considerados como naturais importaram em 17. Isoladamente, é fácil perceber que o município de Treze Tílias é o que apresenta o maior número de atrativos, isso porque foram considerados os escultores individualmente, que são em torno de 20. Excetuando-se os escultores, ainda assim o município possui um número de atrativos significativo, seguido de Concórdia. Os que possuem o menor número de atrativos, variando entre duas e cinco unidades, são os municípios de Alto Bela Vista, Capinzal, Ibicaré, Ipira, Luzerna, Maximiliano de Almeida e Paim Filho. Nos demais municípios, o número de atrativos varia entre meia e uma dúzia de unidades.

Vale ressaltar que os atrativos que mais se destacam na região são os voltados à exploração de águas termais, concentrando-se em Piratuba, Marcelino Ramos, Machadinho, Itá e Treze Tílias. Mais recentemente, foram instalados outros dois equipamentos com vistas a aproveitar esse potencial da região, um no município de Videira e outro em Ouro, no Estado de Santa Catarina. O primeiro foi instalado em meados dos anos 1990; o segundo foi inaugurado em fins de 2009 e ainda está em processo de implantação, não tendo ainda completado um ciclo completo do negócio, ou seja, um ano. No caso de Treze Tílias, vale ressaltar que as águas termais constituem um complemento para as atividades turísticas, já que o turismo no município se desenvolveu em razão das suas características arquitetônicas e culturais; como já visto nas linhas pretéritas, apenas no final dos anos 1990 foi perfurado um poço para acessar o lençol de águas termais.

Um aspecto que deve ser considerado são os eventos que ocorrem na região. Também, aqui se destacam somente os eventos de grande porte e que atraem visitantes de outros municípios. Vale citar a Tirolerfest realizada em Treze Tílias; o Carnaval, com desfile de escolas de samba em Joaçaba; a Romaria em homenagem a Frei Bruno, também em Joaçaba; a Romaria em honra à Nossa Senhora da Salete em Marcelino Ramos. O fato de citar somente estes não significa que os demais eventos não possuam importância, e sim que, por atraírem pessoas de locais mais distantes, apresentam maior integração com o sistema turístico.

Na expectativa de obter informações sobre a demanda nos atrativos turísticos, foi solicitado aos respondentes que indicassem qual a origem em percentual dos frequentadores do estabelecimento. O resultado apresentado na Tabela 4 corresponde apenas à média simples das indicações dos respondentes, pois de boa parte dos atrativos não foi possível localizar um responsável em condições de ser inquirido. Além disso, muitos se recusaram a responder ou alegaram não saber, ocasionando a inexistência de informações aos municípios de Capinzal, Ibicaré e Ipira. Todavia, apesar dessas limitações as quais não permitem análises estatísticas, é possível ter uma noção da origem dos visitantes aos atrativos dos municípios.

Observando-se os percentuais apresentados na Tabela 4, verifica-se que, em grande parte, os atrativos dos municípios são frequentados por residentes da própria cidade e da região. Considerando-se as proporções médias dos municípios, confirma-se que os municípios de Alto Bela Vista, Concórdia, Herval d'Oeste, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Peritiba, Videira e Maximiliano de Almeida recebem maior proporção de visitantes originários deles ou de municípios localizados em um raio de até 120 km. Deve-se fazer uma ressalva quanto aos municípios de Peritiba e Joaçaba. Como o fluxo aos atrativos destes municípios é reduzido, houve discrepância quanto aos dados. Nos municípios de Peritiba e

Joaçaba, um respondente em cada um deles alegou que 100% dos frequentadores do local se originam de outros estados, no caso do primeiro, e do exterior, no caso do segundo, tratando-se na sua maioria de estudantes que se interessam pelo modelo adotado em sua produção. Isso fez com que os percentuais ficassem desvirtuados; logo, optou-se por agrupá-los aos demais que recebem um fluxo regional.

Quanto aos demais municípios, Fraiburgo, Itá, Pinheiro Preto, Piratuba, Tangará, Treze Tílias, Machadinho, Marcelino Ramos e Paim Filho recebem públicos de outras localidades mais distantes dos próprios estados e de outras unidades federativas do país, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4: Origem dos frequentadores dos atrativos em percentual

Município	Própria cidade	Região (120 km)	Próprio estado (fora da região)	Outros estados	Exterior
Alto Bela Vista	60	40	0	0	0
Capinzal	SI	SI	SI	SI	SI
Concórdia	55	30	9	5	1
Fraiburgo	15	33	25	25	1
Herval d'Oeste	80	15	3	2	1
Ibicaré	SI	SI	SI	SI	SI
Ipira	SI	SI	SI	SI	SI
Itá	6	36	22	18	3
Joaçaba	53	10	5	5	28
Lacerdópolis	50	43	3	3	0
Luzerna	40	30	8	10	9
Ouro	25	50	25	0	0
Peritiba	10	33	9	48	1
Pinheiro Preto	7	35	28	23	5
Piratuba	9	20	30	37	4
Tangará	21	46	11	19	1
Treze Tílias	17	35	22	27	8
Videira	40	38	13	7	3
Machadinho	13	47	28	11	1
Marcelino Ramos	7	35	26	19	2
Maximiliano de Almeida	55	25	20	0	0
Paim Filho	30	30	30	10	0

Nota: SI – sem indicação

Uma discussão mais detalhada sobre esse aspecto será realizada na próxima seção quando atribuída maior ênfase ao fluxo de visitantes.

Quanto aos meios de hospedagem, foi realizado um levantamento em todos os municípios. Para este estudo, observaram-se meios de hospedagem: hotéis, pousadas, apartamentos ou casas para aluguel por meio de imobiliárias. Não foram catalogados *campings* e casas locadas diretamente por seus proprietários. Em alguns municípios, identificaram-se meios de hospedagem, porém não foi possível entrevistar os responsáveis,

em virtude da recusa em participar da pesquisa; portanto, ficam sem informações. Nesse caso, o número de meios de hospedagem identificado na área de abrangência corresponde a 91 estabelecimentos, totalizando 5.787 leitos.

Tabela 5: Meios de hospedagem e leitos disponíveis nos municípios de abrangência da pesquisa

Municípios	Estabelecimentos	Leitos
Alto Bela Vista	1	15
Capinzal	4	164
Concórdia	7	383
Fraiburgo	5	382
Herval d'Oeste	1	SI
Ibicaré	1	30
Ipira	1	SI
Itá	7	616
Joaçaba	7	477
Lacerdópolis	1	SI
Luzerna	SI	SI
Ouro	SI	SI
Peritiba	1	14
Pinheiro Preto	2	71
Piratuba	16	1.644
Tangará	SI	SI
Treze Tílias	9	656
Videira	7	345
Machadinho	9	391
Marcelino Ramos	10	547
Maximiliano de Almeida	2	52
Paim Filho	SI	SI
Total	91	5.787

Nota: SI – sem indicação

Observando-se a Tabela 5, verifica-se que a maior concentração de meios de hospedagem se encontra em Piratuba, com 16 unidades. Em seguida, aparecem os municípios de Marcelino Ramos (10), Treze Tílias e Machadinho (9) e Concórdia, Itá, Joaçaba e Videira, com sete estabelecimentos cada um deles. Quanto ao número de leitos, observa-se novamente que Piratuba possui a maior oferta, com 1.644 unidades; na sequência, aparecem os municípios de Treze Tílias (656), Itá (616), Marcelino Ramos (547), Joaçaba (477), Machadinho (391), Concórdia (383), Fraiburgo (382) e Videira (345). Nos demais municípios, existem poucos meios de hospedagem. É importante notar que seis desses nove municípios (Itá, Piratuba, Treze Tílias, Marcelino Ramos, Machadinho e Fraiburgo) foram apontados como os que recebem maior número de visitantes em seus atrativos de localidades mais distantes. Os outros três municípios, que possuem maior número de leitos (Joaçaba, Videira e Concórdia), correspondem aos municípios de maior população da região e possuem

a maior concentração empresarial e institucional da região. Vale ressaltar que três municípios que figuraram entre os municípios que apresentaram maior frequência de visitantes residentes em distâncias acima de 120 km (Pinheiro Preto, Tangará e Paim Filho) não possuem disponibilidade de leitos significativa.

Os responsáveis pelos meios de hospedagem foram inquiridos quanto à proporção de hóspedes que se enquadravam na categoria de turistas, ou seja, pessoas que se deslocam para a cidade motivadas para o lazer, visita a parentes, festas ou eventos e, também, representantes comerciais, prestadores de serviços e outros, cujos dados se encontram na Tabela 6.

Tabela 6: Motivação de viagem dos hóspedes em percentual

Municípios	Turistas	Representantes	Prestadores de serviço	Outros
Alto Bela Vista		50	50	
Capinzal		80	20	
Concórdia	13	61	13	12
Fraiburgo	18	43	18	23
Herval d'Oeste	SI	SI	SI	SI
Ibicaré	10	90		
Ipira	SI	SI	SI	SI
Itá	53	37	9	
Joaçaba	18	61	17	3
Lacerdópolis	5	95		
Luzerna				
Ouro				
Peritiba	5	95		
Pinheiro Preto	8	60	33	
Piratuba	98	2	1	
Tangará				
Treze Tílias	83	13	4	
Videira	4	89	8	
Machadinho	88	9	3	
Marcelino Ramos	96	3	1	
Maximiliano de Almeida		100		
Paim Filho				

Nota: SI – sem indicação

É possível verificar na Tabela 6 que os meios de hospedagem que recebem maior número de hóspedes classificados como turistas estão localizados nos municípios de Piratuba (98%), Marcelino Ramos (96%), Machadinho (88%), Treze Tílias (83%) e Itá (53%). Nos demais municípios, predomina a motivação de representação comercial e prestação de serviços. Observando-se os municípios em relação ao número de usuários oriundos de distâncias maiores que 120 km pelos respondentes dos atrativos, esses cinco municípios figuram entre eles. O município de Fraiburgo foi o único município em que o hóspede classificado como turista ficou bem abaixo dos demais (18%), similar a Joaçaba.

No que diz respeito a outras motivações, os casos de Joaçaba e Concórdia foram indicados pelos respondentes estudantes das universidades; quanto a Fraiburgo, a hospedagem de executivos de empresas locais. Isso também se reflete no período de permanência dos hóspedes que, no caso de um hotel em Fraiburgo, fica em torno de 27 dias. Nos demais meios de hospedagem, a média fica assim distribuída: turistas e prestadores de serviços entre três e quatro dias; representantes comerciais e estudantes entre um e dois dias.

Os respondentes foram solicitados a informar, também, a origem dos seus hóspedes seguindo o mesmo critério adotado para os atrativos. Na Tabela 7, esses dados são apresentados.

No que concerne à origem dos hóspedes, verifica-se que nos municípios onde se concentra o maior número de meios de hospedagem os percentuais se dividem mais ou menos simetricamente entre residentes na região, no estado e em outros estados. Se tomados de maneira geral, a tendência é de concentrar na região e no estado.

Se tomados os municípios cuja motivação se concentra nas categorias representantes comerciais e prestadores de serviços e que concentram o maior número de leitos, Concórdia, Fraiburgo, Joaçaba e Videira apresentam maiores proporções de seus hóspedes originários de outros estados, 34%, 28%, 18% e 17%, respectivamente. Já para os municípios cuja motivação que levou os visitantes a se dirigirem a eles consiste em turismo e que possuem número de leitos consideráveis – Itá, Piratuba, Treze Tílias, Marcelino Ramos e Machadinho –, o percentual de hóspedes oriundos de outros estados é, respectivamente, 33%, 52%, 38%, 20% e 31%. Verifica-se ainda que o percentual de visitantes hospedados originários do exterior fica em patamares ínfimos não ultrapassando os 3% e se concentra em alguns municípios; exceto Treze Tílias, que figura com 5%. Fazendo-se uma relação dos fluxos de hóspedes de outros estados, sem entrar em pormenores, observa-se que constituem maior proporção em municípios cuja população é pequena quando a motivação de viagem é o turismo, por exemplo, Itá, Piratuba, Treze Tílias, Marcelino Ramos e Machadinho, todos com populações inferiores a 10 mil habitantes, conforme visto na Tabela 2. Nesse caso, o percentual de usuários de localidades mais distantes e fora da região apresenta-se superior aos municípios onde a demanda corresponde aos viajantes a trabalho. Nos municípios onde o fluxo é composto por representantes comerciais, compreendem municípios onde se concentra o comércio e a indústria, com tendência a aumentar a frequência de usuários da região.

Tabela 7: Origem dos hóspedes nos meios de hospedagem

Municípios	Própria cidade	Região (120 km)	Próprio estado (fora da região)	Outros estados	Exterior
Alto Bela Vista			50	50	
Capinzal		25	45	30	
Concórdia	3	37	23	34	3
Fraiburgo		10	62	28	
Herval d'Oeste					
Ibicaré		20	75	5	
Ipira					
Itá		39	25	33	2
Joaçaba	3	36	42	18	1
Lacerdópolis		60	20	20	
Luzerna					
Ouro					
Peritiba		80	10	10	
Pinheiro Preto		18	50	30	3
Piratuba		21	25	52	1
Tangará					
Treze Tílias		16	40	38	5
Videira		32	50	17	1
Machadinho		44	25	31	
Marcelino Ramos	1	32	45	20	1
Maximiliano de Almeida		100			
Paim Filho					

O terceiro aspecto analisado foi a existência de meios de alimentação nos municípios de abrangência da pesquisa. Verifica-se na Tabela 8 a identificação de 140 estabelecimentos, com capacidade de atendimento a 17.436 pessoas. Ressalta-se que foi solicitado ao respondente indicar a quantidade de pessoas atendidas em média diariamente, o que não necessariamente significa número de mesas. Também, é importante frisar que no número de estabelecimentos para alimentação se incluem os existentes na rede hoteleira, não significando, portanto, que sejam todos restaurantes independentes. Isso se deve à estratégia de os hoteleiros oferecer pensão completa aos hóspedes; destaca-se como emblemático o caso de Piratuba, onde praticamente inexistem meios de alimentação importantes fora dos meios de hospedagem. Além disso, deve-se atentar para o fato de que meios de alimentação existem em maior proporção em cada município. Para isso, basta verificar os registros de empresas voltadas a esse segmento, como lanchonetes, bares, panificadoras para ficar em alguns nas respectivas prefeituras. Todavia, caso se abrangessem todos os estabelecimentos, os dados ficariam desvirtuados, pois a grande maioria pode não atender turistas; nesse caso, não fariam parte de um sistema turístico, como argumenta Boullón (2002). Foram visitados e catalogados para este trabalho aqueles que recebem ou potencialmente poderiam atender turistas, visto que constam nos registros dos responsáveis pelo turismo nos municípios. Feitas essas considerações, verifica-se na Tabela 8 que praticamente todos os municípios possuem meios de alimentação considerados turísticos pelos representantes do turismo municipal.

Tabela 8: Alimentação e capacidade de atendimento

Município	Estabelecimentos	Capacidade de atendimento
Alto Bela Vista	1	30
Capinzal	10	1.420
Concórdia	16	2.136
Fraiburgo	8	621
Herval d'Oeste	3	460
Ibicaré	3	260
Ipira	2	110
Itá	12	1.334
Joaçaba	24	4.163
Lacerdópolis	1	60
Luzerna	2	140
Ouro		
Peritiba	2	100
Pinheiro Preto	3	SI
Piratuba	10	1.777
Tangará	3	224
Treze Tílias	14	1.748
Videira	7	750
Machadinho	4	582
Marcelino Ramos	9	986
Maximiliano de Almeida	4	450
Paim Filho	2	85
Total	140	17.436

Nota: SI – sem indicação

Observa-se na Tabela 8 que, de um total de 140 estabelecimentos que atendem às necessidades de alimentação das pessoas quando fora de seu domicílio, a maioria concentra-se nos municípios de Joaçaba (24), Concórdia (16), Treze Tílias (14), Itá (12), Capinzal e Piratuba (10), Marcelino Ramos (9), Fraiburgo (8) e Videira (7). Nos demais municípios, a existência de restaurantes é menor. Quanto à condição de atendimento em número de pessoas em um dia, destaca-se Joaçaba, com possibilidade de atender 4.163 clientes, seguido de Concórdia, Piratuba, Treze Tílias, Capinzal, Itá e Marcelino Ramos, com 2.136, 1.777, 1.748, 1.420, 1.334 e 986 pessoas, respectivamente. Vale lembrar que o fato de ter essa possibilidade de atender não significa que esse número seja efetivamente recebido todos os dias pelos restaurantes. Todavia, é possível verificar que a oferta maior de restaurantes está relacionada à população dos municípios – Joaçaba, Concórdia, Videira e Fraiburgo – os quais possuem maior população. Entre os municípios que concentram menor população possuem condições de atrair pessoas de maior distância, como visto nas linhas pretéritas, estão Piratuba, Treze Tílias, Itá, Marcelino Ramos e, em menor proporção, Machadinho.

Da mesma forma, para os meios de hospedagem os respondentes foram solicitados a indicar o percentual da sua demanda que se enquadra nas variáveis turistas, representantes comerciais, prestadores de serviço e outros. Os dados estão resumidos na Tabela 9.

Tabela 9: Motivação de viagem dos frequentadores de restaurantes

Municípios	Turistas	Representantes	Prestadores de serviço	Outros
Alto Bela Vista			100	
Capinzal	11	32	16	42
Concórdia	16	22	12	51
Fraiburgo	21	24	3	52
Herval d'Oeste	7	33	30	29
Ibicaré	15	43	25	15
Ipira	10	60	30	
Itá	31	24	15	30
Joaçaba	6	33	8	54
Lacerdópolis			80	20
Luzerna		55	18	28
Ouro				
Peritiba	3	98		
Pinheiro Preto	8	60	33	
Piratuba	82	10	7	1
Tangará	23	31	4	42
Treze Tílias	62	22	9	7
Videira	23	36	14	28
Machadinho	53	20		28
Marcelino Ramos	62	22	9	7
Maximiliano de Almeida	10	43	37	10
Paim Filho		50	50	

Verifica-se que grande parte dos usuários de restaurantes dos municípios foi incluída pelos respondentes na categoria de outras motivações, sendo os mais citados: estudantes, profissionais do comércio, motoristas de caminhão, pessoas com interesse em tratamento de saúde (consulta a médicos, exames laboratoriais); enfim, motivações de viagem que não se enquadram nas outras categorias apresentadas. Vale ressaltar que estão incluídos tanto moradores do próprio município quanto residentes em municípios vizinhos. A segunda categoria mais representativa de frequentadores dos meios de alimentação corresponde a de representantes comerciais. No caso de turistas, verifica-se maior frequência nos municípios de Piratuba (82%), Marcelino Ramos e Treze Tílias (62%), Machadinho (53%), Itá (31%) e Fraiburgo (21%). Coincidentemente, são municípios onde também há maior frequência de turistas nos meios de hospedagem e que possuem maior frequência de visitantes de distâncias superiores a 120 km nos atrativos turísticos. Nesse caso, é importante notar que há frequência de turistas nos restaurantes de municípios como Tangará (23%) os quais não possuem meios

de hospedagem significativos. Em praticamente todos os municípios os usuários de restaurantes classificados pelos respondentes como turistas é superior à indicada pelos respondentes dos meios de hospedagem. Isso pode ser um indicativo de que há frequência de excursionistas nesses locais.

Como no caso dos meios de hospedagem, foi solicitado, também, aos respondentes que estimassem o percentual dos seus usuários quanto ao local de origem, segundo os mesmos critérios adotados para os atrativos e meios de hospedagem. Assim, na Tabela 10 sintetizam-se os dados quanto a esse quesito.

Na Tabela 10, pela concentração de respostas, verifica-se que grande parte dos usuários de restaurantes são os próprios moradores dos municípios. Essa frequência de residentes locais fica mais expressiva nos municípios com maior população – Joaçaba (70%), Concórdia (62%), Fraiburgo (53%), Capinzal e Herval d'Oeste com 51% e 47%, respectivamente. Observa-se que nos municípios com população menor diminui a frequência de pessoas nos restaurantes. Isso pode ser um indicativo de que nessas localidades ainda se mantêm costumes mais tradicionais e que as atividades realizadas pelos moradores permitem que eles façam a maior parte das refeições em suas residências.

Tabela 10: Origem dos frequentadores de restaurantes

Municípios	Própria cidade	Região (120 km)	Próprio estado (fora da região)	Outros estados	Exterior
Alto Bela Vista			50	50	
Capinzal	51	36	8	3	1
Concórdia	62	25	6	7	1
Fraiburgo	53	21	10	15	1
Herval d'Oeste	47	45	2	3	
Ibicaré	10	66	10	13	1
Ipira	30	60	8	3	
Itá	34	42	14	10	
Joaçaba	70	18	6	4	1
Lacerdópolis		80		20	
Luzerna	10	70	10	5	5
Ouro					
Peritiba	8	40	48	5	
Pinheiro Preto		18	50	30	3
Piratuba	5	26	21	46	1
Tangará	42	38	8	8	3
Treze Tílias	6	22	28	36	7
Videira	40	18	25	15	3
Machadinho	30	45	20	5	
Marcelino Ramos	6	42	34	15	1
Maximiliano de Almeida	20	55	20	5	
Paim Filho	3	10	60	28	

A segunda categoria mais enfatizada foi a de residentes na região, coadunando com as respostas obtidas com os respondentes dos meios de hospedagem. Nota-se que os municípios que apresentaram maior número de visitantes originários de locais acima de 120 km no caso dos atrativos são os que apresentam maior frequência de respostas em residentes nos outros estados no caso dos meios de alimentação; destacam-se Piratuba (46%), Treze Tílias (36%), Marcelino Ramos (15%), Fraiburgo (15%) e Itá (10%). Apenas Machadinho indica frequência de residentes em outro estado menor com 5%.

Com a finalidade de levantar mais evidências quanto à importância do turismo nos municípios, solicitou-se que os respondentes dos meios de alimentação indicassem se a atividade possuía relevância para o seu negócio. Nota-se que a frequência de respostas positivas se concentrou nos municípios de Piratuba; justifica-se essa alternativa por utilizar como estratégia a pensão completa, já que a maioria dos restaurantes se encontra nos hotéis. Em Treze Tílias, Marcelino Ramos e Machadinho, segundo os respondentes há fluxo de turistas. No caso dos demais municípios, a resposta foi quase uníssona em razão de não haver turismo porque o município não apresenta potencial. Alguns respondentes, em municípios como Concórdia, Joaçaba, Capinzal, Maximiliano de Almeida, Peritiba, Ipira, indicam ser relevante, pois, segundo os inquiridos, os municípios são passagem para os municípios turísticos da região – Piratuba, Treze Tílias, Machadinho ou Marcelino Ramos. Alguns aspectos que chamaram atenção, e que merecem consideração, é que, não obstante as respostas dos inquiridos quanto aos meios de hospedagem e à indicação de que há bom fluxo de pessoas de outros municípios, os proprietários dos meios de alimentação do município de Itá não consideram o turismo como importante à sua atividade, alegando que os turistas realizam suas refeições nos próprios hotéis e que seus principais clientes se caracterizam como representantes comerciais e prestadores de serviços. No caso de Treze Tílias, município onde se destaca o turismo em todos os quesitos considerados, um respondente dos meios de alimentação alega que sua estratégia comercial não é atender os turistas, e sim os moradores locais. Esse aspecto é interessante, mas teoricamente coerente com as alegações de Boullón (2002) de que mesmo sendo uma empresa tradicionalmente relacionada ao turismo, em vista de não atender turistas, não se integra a um sistema turístico.

Ainda falta fazer uma referência às agências de viagem. Procurou-se, para este trabalho, focalizar as agências de ação local, uma vez que, por permitirem a circulação de pessoas internamente na região, haveria uma relação mais direta com a regionalização do turismo. Poucas agências atuam com turismo receptivo na área investigada. Foram encontradas duas em Piratuba, as que mais atuam com receptivo; uma em Videira, que atua

mais como emissiva, mas atende às necessidades da Rota da Amizade; uma em Machadinho e outra em Concórdia. O movimento é pequeno, fazendo com que necessitem atuar com outras atividades em paralelo para manter sua estrutura, como no caso da agência de Concórdia, a qual atua, também, com organização de eventos (casamentos, aniversários, formaturas) e a de Machadinho com meios de hospedagem.

Como se pode depreender dos dados apresentados, nem todos os municípios da área investigada podem ser considerados turísticos, mesmo que parcialmente. Assim, visando a ampliar um pouco mais a discussão e visto que na primeira seção foi feita uma apresentação geral dos municípios abrangidos, optou-se por tecer alguns comentários em relação aos municípios que apresentam maior frequência de turistas nos meios de hospedagem, indicando que podem ser classificados como turísticos.

No caso dos municípios localizados em Santa Catarina, que são abrangidos pela pesquisa, até 1995, o turismo constituía atividade econômica em três: Treze Tílias, Fraiburgo e Piratuba.

O município de Treze Tílias iniciou sua trajetória turística ainda nos anos 1960. Segundo Nodari (2000), três momentos marcaram o desenvolvimento do turismo no seu território. Primeiro, a organização da primeira festa com intuito turístico em 1971; segundo, o asfaltamento da SC 454, principal via de acesso ao município; terceiro, que efetivou o município como turístico, segundo a autora, foi a gravação da novela da Rede Manchete de Televisão *Ana Raio e Zé Trovão* em 1991, que, além de fortalecer toda a economia da cidade durante as gravações, promoveu o município em nível nacional. O município, de colonização austríaca, possui como foco o turismo cultural, sendo sua arquitetura um atrativo, lembrando o Tirol (Áustria). Sua população conserva as tradições trazidas do país de origem e produz esculturas em madeira, possuindo mais de uma dezena de escultores.

No caso de Fraiburgo, segundo Burke (1994), o potencial turístico do município foi fomentado pelos pioneiros Frey, de cujo sobrenome se origina o do município. Como atrativos, cita o clima, a topografia, o que ainda restava de suas matas naturais, as novas matas de florestas plantadas (pínus) e a beleza incomparável dos pomares de maçã, especialmente na época da florada que, para os empreendedores, compreendiam algo a ser preservado, desenvolvido e aproveitado. Em 1975, segundo esse autor, René Frey resolve transformar em parque florestal nativo uma área de floresta com 220.000 m², junto à cidade onde existem pinheiros, canelas, imbuías, cedros e outras árvores antes comuns na região. Posteriormente, a empresa Rennar abriu trilhas ao longo da mata, a fim de facilitar a caminhada de transeuntes e ergueu uma bonita capela. Ao seu lado foram erguidas duas réplicas de dinossauros para

lembrar que por ali a milhões de anos estes perambulavam pelo local. Além disso, muitas árvores foram identificadas por meio de placas. Vários hotéis foram instalados ao longo dos anos, bem como outras atividades de lazer. Todavia, o turismo não assumiu o patamar desejado, a julgar pelo argumento do autor sobre a falta de maior número de atrativos para que Fraiburgo pudesse aumentar sua importância no setor.

Segundo Rogge (2009), o turismo iniciou no município de Piratuba (SC), com a constituição da Companhia Hidromineral de Piratuba em 1975. Apesar do crescimento desordenado, o município contém atualmente um dos maiores parques hoteleiros do estado de Santa Catarina. Em 2008, foram registrados na referida companhia hidromineral 371.917 banhos em suas diversas modalidades, fazendo com que o município se destacasse como centro turístico no estado.

Em 1999, outros três municípios (Videira, Tangará, Pinheiro Preto) vislumbrando a possibilidade de se inserir no mercado turístico criaram o Vale da Uva e do Vinho, inspirados em experiências da Serra Gaúcha. Em 2000, empresários da hotelaria de Piratuba, Fraiburgo e Treze Tílias, na tentativa de encontrar uma alternativa para aumentar a permanência dos turistas em seus estabelecimentos, procuraram os organizadores do Vale da Uva e do Vinho propondo a criação de um roteiro regional, originando a Rota da Amizade. Em 2003, com o fomento do Sebrae para a estruturação de arranjos produtivos locais, articulou-se a possibilidade de aproveitar os recursos disponibilizados por essa instituição para melhorar ainda mais a qualificação dos produtos turísticos regionais. Criou-se, então, o Arranjo Produtivo Local Rota da Amizade o qual atualmente envolve 72 empresas e sete municípios (ROTA DA AMIZADE, 2005).

O turismo em Itá inicia após a construção da barragem para exploração da energia elétrica, com a perfuração de um poço para exploração de águas sulfurosas, mesmo caso de Machadinho, no Rio Grande do Sul. No que diz respeito ao município de Marcelino Ramos (RS), em seu território também se explora o turismo termal. Segundo Isoton e Isoton (2006), a construção do balneário teve início nos anos 1970–1971, com a instalação de chuveiros; ao longo do tempo foi sendo ampliado, com a implantação de piscinas e restaurantes. Devido ao fato de a área onde funcionava o antigo balneário ter sido alagada em razão da implantação da Usina Hidrelétrica de Itá, no período entre 1999 e 2000, foi construído um novo balneário com infraestrutura moderna, ampliando-se o número de piscinas. Atualmente, o município possui uma oferta de, aproximadamente, 700 leitos, incluindo-se os disponíveis em hotéis, pousadas e casas para aluguel, possibilitando a recepção de uma demanda turística de cerca de 60.000 indivíduos ao ano (ISOTON; ISOTON, 2006).

Algumas iniciativas no intuito de promover o turismo regional foram tomadas ao longo dos anos. Já foi citado o caso da Rota da Amizade, roteiro regional que vem melhorando e aumentando o seu poder de articulação na região. Outra iniciativa de elaboração de roteiros integrados se consolida na Rota Italiana *Cammino Veneto* idealizada em 2001 e lançada oficialmente em setembro de 2008 pela Fundação de Turismo Vale do Contestado (Conttur) e Câmara Italiana de Comércio e Indústria de Santa Catarina (Cisc). Estas têm por objetivo desenvolver o turismo regional, mediante a valorização da herança cultural dos imigrantes italianos, envolvendo aspectos da cultura, tradição, folclore e gastronomia da população imigrante. Nesse sentido, desenvolvem-se também encontros técnicos, produção de material, eventos, participação em feiras, com a fundação da Associação da Rota Italiana (ARI), a qual envolve 15 municípios da região, tendo em uma ponta o município de Itá e na outra Videira. Consistem em três *Cammino Veneto* e visa a tornar-se um destino turístico nacional e internacional. Trata-se ainda de um projeto que está em andamento (CAMMINO VENETO, 2009).

Outra iniciativa no Noroeste do Rio Grande do Sul corresponde à Rota das Araucárias, envolvendo 20 municípios que, segundo divulgação no *site* da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul (Setur), consiste em uma região marcada por belezas naturais, onde a cultura gaúcha ainda reina em festas, rodas de chimarrão, rodeios, churrascos, entre outras atividades. Além da paisagem natural, destacam-se as heranças culturais de diversas etnias, como italiana, alemã e indígena, com suas danças e artesanato. Essa iniciativa é comentada pelos respondentes desta pesquisa; todavia, ao se procurar mais informações da Associação dos Municípios do Nordeste do Rio Grande do Sul (Amunor), verificou-se que se trata de um projeto que está suspenso no momento.

Além dessas iniciativas intermunicipais, vale destacar uma iniciativa de âmbito municipal. Consiste na estruturação de atividades de turismo rural no município de Concórdia denominado Caminho da Roça e Caminho do Engenho. Essa proposta envolve um grupo de 14 propriedades do meio rural do município. Segundo entrevistas, é uma iniciativa que se desenvolve a passos lentos, recebendo visitantes de âmbito regional, e alguns integrantes alegam não pertencer mais à atividade, pois, se apresentou inviável.

Além desses aspectos, convém lembrar que na região existem entidades regionais voltadas ao turismo: o *Rota da Amizade Convention e Visitors Bureau*, situado em Joaçaba, originário das articulações já discutidas, e o *Águas do Alto Uruguai Convention & Visitors Bureau*, localizado em Concórdia, abrangendo 16 municípios, tendo por objetivo captar eventos para a região. Também, a Fundação de Turismo Vale do Contestado (Conttur), criada

ainda nos anos 1980 e depois reestruturada, envolvendo atualmente 28 municípios situados na região de abrangência da Guerra do Contestado, tem como foco o turismo; é uma das entidades coordenadoras do projeto Rota Italiana.

Com os dados bibliográficos e os levantados em campo, procurou-se traçar uma abordagem panorâmica sobre a região de abrangência desta pesquisa. Destacou-se a ocupação e a distribuição da atividade turística na área investigada. Na próxima seção, abordam-se os aspectos relacionados à espacialização do turismo, os relacionamentos entre os agentes locais do turismo e os fluxos turísticos.

4 REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE MARCELINO RAMOS (RS) E PIRATUBA (SC)

Esta pesquisa norteou-se pela teoria da complexidade e foi delineada como qualitativa quanto ao método de coleta e análise dos dados, conforme já explicado na introdução desta tese. Nesta seção apresentam-se e discutem-se os dados colhidos em campo. Para facilitar o entendimento e atender aos objetivos da pesquisa, ela foi dividida em cinco subseções. A primeira, para descrever os conjuntos formados pela distribuição espacial dos atrativos turísticos e empreendimentos de apoio ao turista (meios de hospedagem e alimentação). A segunda trata da análise do relacionamento existente entre os agentes que atuam com o turismo na área analisada. Na terceira seção, abordam-se os conjuntos formados a partir do deslocamento do turista na área investigada. Na quarta, trata-se de compreender a visão dos agentes locais quanto à regionalização do turismo. A quinta e última seção discute o fenômeno turístico à luz da teoria da complexidade.

4.1 ANÁLISE DOS CONJUNTOS FORMADOS A PARTIR DA LOCALIZAÇÃO DOS ATRATIVOS

Visando a analisar os conjuntos formados a partir da localização dos atrativos e empresas turísticas no espaço de abrangência da pesquisa utilizando técnicas de georreferenciamento, utilizou-se para a coleta dos dados um aparelho GPS, para marcar as coordenadas de cada um dos estabelecimentos visitados. Para garantir a precisão dos pontos marcados, tomou-se o cuidado de anotá-los no aparelho em dias que tivessem bom sinal de satélite e que indicasse uma variação não superior a oito metros. Assim, obtiveram-se as localizações de todas as unidades de análise, mesmo das que houve recusa por parte do responsável em responder às questões formuladas para atender aos demais objetivos específicos da pesquisa. De posse das coordenadas dos estabelecimentos, por meio do *software ArcGIS/ArcView*, a sua localização foi alocada em mapa, cuja análise dos conjuntos formados considerou a teoria do espaço turístico de Boullón (2002). Para possibilitar a visualização dos pontos nos 22 municípios de abrangência da pesquisa, os mapas foram elaborados na escala 1/450.000. Esse fato fez com que em muitos municípios o número exato

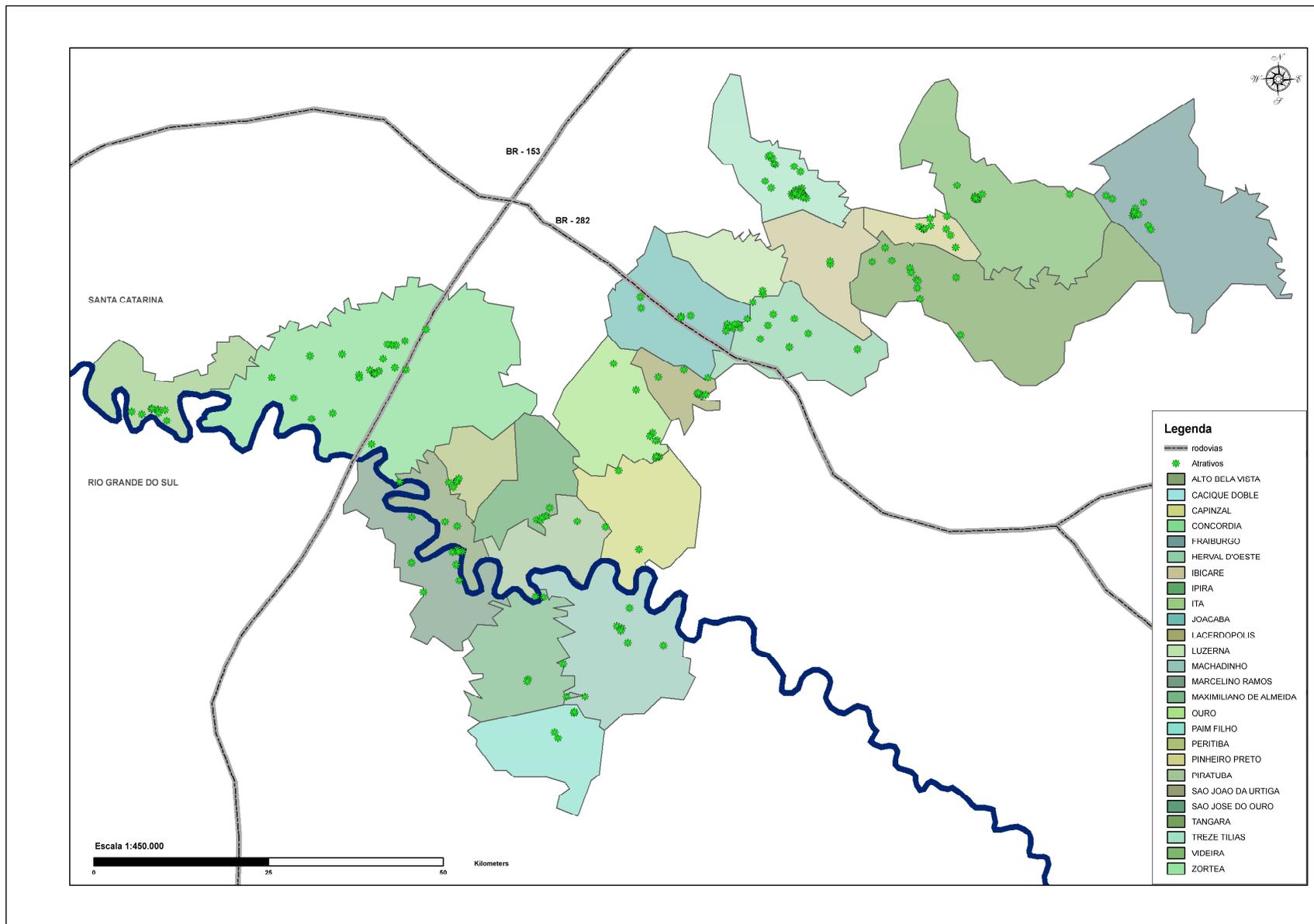
de atrativos, hotéis, restaurantes, instituições e prefeituras não ficasse visível no mapa, havendo a sobreposição quando as distâncias são pequenas. Por isso, desagregaram-se os mapas por unidade de análise.

Ao se analisar a distribuição dos atrativos turísticos pela área investigada no Mapa 3, e constantes na Tabela 3 da seção anterior, seguindo-se a visão dos responsáveis pelo turismo nos municípios e tratados na seção anterior, identifica-se a existência de 211 atrativos. Esses atrativos estão dispersos pelo território havendo maior densidade deles em alguns municípios, destacando-se Treze Tílias (47) Concórdia (24) Fraiburgo e Videira (12), Tangará e Pinheiro Preto (11) e Itá (10); nos demais municípios, o número de atrativos é inferior à dezena. Todavia, verificou-se que nem todos esses atrativos são efetivamente visitados pelos turistas, podendo ser classificados como potenciais.

Para se ter maior clareza de como se processa o turismo na área investigada, consideraram-se apenas os atrativos efetivos. Assim, tomando-se por base os atrativos mais citados como visitados pelos respondentes de hotéis, restaurantes e responsáveis por outros atrativos, chegou-se a outra configuração (ver Tabela 11). Com esse procedimento, chegou-se a um número menor de atrativos nos municípios. Dos 22 municípios investigados, restaram 14 com, pelo menos, um atrativo citado como origem ou destino dos turistas. Na Tabela 11 constam os atrativos mais citados; observa-se que o número de citações é relativamente pequeno, pois grande parte dos respondentes não indicou os atrativos, já que alegou não saber; todavia, indicou de maneira mais genérica as cidades de origem e destino dos turistas. Para se ter mais um parâmetro, esses dados foram organizados na Tabela 12.

Tabela 11: Atrativos mais citados pelos entrevistados

Municípios	Número de atrativos	Os dois atrativos mais citados	
Concórdia	12	CCDAA11 (03)	CCDAA17 (03)
Fraiburgo	1	FRBAA1 (1)	
Itá	8	ITAAA10 (07)	ITAAA5 (03)
Joaçaba	4	JBAAA6 (10)	JBAAA1 (03)
Lacerdópolis	3	LCDAA1 (01)	LCDAA5(01)/LCDAN1(01)
Machadinho	7	MCDAA2 (08)	MCDAA6(03)/MCDAN1(03)
Marcelino Ramos	4	MCRAA7 (09)	MCRAA4 (05)
Ouro	1	OURAA1	
Paim Filho	1	PNFAA2 (1)	
Piratuba	5	PRTAA6 (10)	PRTAA5 (04)
Pinheiro Preto	3	PPRAA10 (03)	PPRAA5 (03)/PPRAA9 (03)
Tangará	05	TNGAA11 (05)	TNGAA2 (04)/TNGAA6 (04)
Treze Tílias	12	TRTAA3 (20)	TRTAA7 (07)/TRTAA4 (06)
Videira	1	VDAAA5 (1)	
Total	67		



Mapa 3: Distribuição espacial dos atrativos turísticos

Tabela 12: Municípios mais citados

Municípios	Número de citações	Número de municípios	Número e municípios em que foi citado
			Municípios em que foi citado
Alto Bela Vista			
Capinzal	4	3	Lacerdópolis, Ouro, Peritiba
Concórdia	22	7	Joaçaba, Alto Bela Vista, Piratuba, Peritiba, Marcelino Ramos, Itá, Videira
Fraiburgo	25	5	Piratuba, Treze Tílias, Tangará, Pinheiro Preto, Videira
Herval d'Oeste	9	4	Joaçaba, Lacerdópolis, Ouro, Luzerna
Ibicaré	2	1	Tangará
Ipira			
Itá	7	4	Joaçaba, Piratuba, Treze Tílias, Concórdia
Joaçaba	34	13	Herval d'Oeste, Lacerdópolis, Ouro, Piratuba, Peritiba, Treze Tílias, Machadinho, Concórdia, Itá, Tangará, Luzerna, Fraiburgo, Videira
Lacerdópolis			
Luzerna	4	3	Joaçaba, Herval d'Oeste, Ouro
Ouro	3	2	Joaçaba, Lacerdópolis
Peritiba	1	1	Alto Bela Vista
Pinheiro Preto	5	5	Treze Tílias, Tangará, Luzerna, Fraiburgo, Videira
Piratuba	65	15	Joaçaba, Herval d'Oeste, Lacerdópolis, Peritiba, Treze Tílias, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Marcelino Ramos, Concórdia, Itá, Tangará, Luzerna, Pinheiro Preto, Videira, Fraiburgo
Tangará	6	6	Piratuba, Ibicaré, Treze Tílias, Luzerna, Fraiburgo, Pinheiro Preto
Treze Tílias	46	9	Joaçaba, Herval d'Oeste, Piratuba, Itá, Tangará, Luzerna, Fraiburgo, Pinheiro Preto, Videira
Videira	14	7	Joaçaba, Treze Tílias, Machadinho, Tangará, Luzerna, Fraiburgo, Pinheiro Preto
Machadinho	6	2	Piratuba, Maximiliano de Almeida
Marcelino Ramos	10	4	Piratuba, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Concórdia
Maximiliano de Almeida	2	2	Machadinho, Paim Filho
Paim Filho			

Verifica-se na Tabela 12 que alguns municípios foram mais citados como emissores ou receptores de turistas; destacam-se Piratuba, Joaçaba, Treze Tílias e Concórdia.

De posse desses dados, seguindo-se o que preconiza Boullón (2002), um espaço pode receber várias classificações, dependendo da quantidade de atrativos e da concentração dos meios de hospedagem. Nesse sentido, o autor alude que uma área com atrativos de qualquer hierarquia pode ser classificada como Zona Turística se possuir acima de 10 atrativos e pelo menos um centro turístico. No caso, sob o prisma dos atrativos, mesmo se considerando somente os efetivos (aqueles que recebem turistas), o espaço de abrangência desta pesquisa poderia ser considerado uma Zona Turística, pois possui 67 atrativos. No entanto, torna-se necessário, antes, definir se ela pode ser dividida em áreas turísticas.

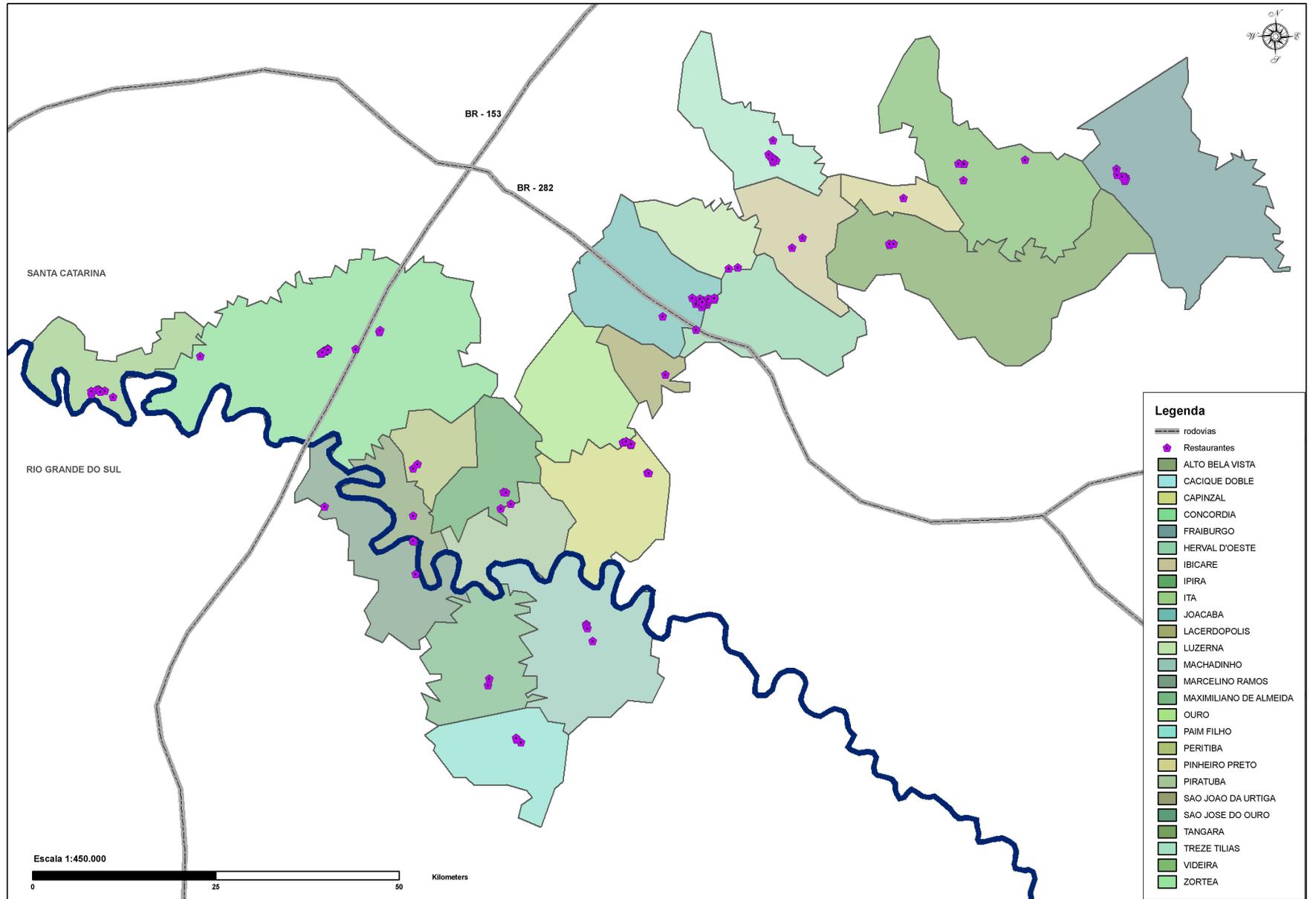
Tomando-se por parâmetro a prática do turismo, verifica-se que, isoladamente, somente Concórdia e Treze Tílias possuem acima de 10 atrativos turísticos efetivos. Todavia, como a área de influência de cada município corresponde a 60 km, em termos quantitativos,

os municípios teriam condições de se constituir em centros, uma vez que a sua área de influência se sobrepõe. No entanto, é importante para que se possa caracterizar como área turística que haja pelo menos um centro turístico em cada uma delas. Por essa razão, antes de chegar à conclusão sobre esse aspecto, optou-se por classificar inicialmente os espaços menores, para depois verificar uma possível divisão da região.

Se o proposto por Boullón (2002) foi entendido, a menor porção turística de um espaço corresponderia a um local, com apelo turístico, mas isolado do restante do ambiente por falta de acesso, o qual seria denominado núcleo. Este assumiria a categoria de conjunto turístico assim que houvesse facilidade de comunicação via abertura de estradas. Como todos os municípios abrangidos pela pesquisa têm algum atrativo turístico e todos possuem pelo menos um acesso pavimentado, o que permite a sua integração com os demais, em primeira perspectiva, poder-se-ia concluir que na área investigada todos os municípios assumiriam a categoria de conjuntos turísticos, visto que, segundo o autor, bastaria a facilidade de acesso para que um núcleo pudesse assumir essa nova classificação espacial.

Entretanto, é interessante notar que alguns municípios, como Alto Bela Vista, Capinzal, Herval d'Oeste, Ibicaré, Ipira, Luzerna, Maximiliano de Almeida e Peritiba, possuem poucos atrativos. Além disso, como visto na seção anterior, apresentam pouca frequência de indivíduos classificados pelos respondentes dos meios de alimentação e hospedagem como turistas. Assim, infere-se que não se caracterizariam como conjuntos. Poderiam assumir a condição de corredor de traslado, uma vez que é necessário transitar por seu território, a fim de acessar os demais municípios. Nesse caso, existe a infraestrutura necessária, postos de combustível, pontos de parada para alimentação (a distribuição dos restaurantes encontra-se no Mapa 4), alguns hotéis (a distribuição dos hotéis encontra-se no Mapa 5), comércio de produtos locais, bem como alguns atrativos ao longo do caminho que possibilitam ao turista efetuar rápidas paradas. Por exemplo, citam-se os restaurantes nos municípios de Ibicaré, Peritiba, Maximiliano de Almeida. Além disso, conforme Mapa 3, existem alguns atrativos potenciais ao longo desse caminho que poderiam ser aproveitados, caso sejam feitas as adaptações necessárias.

Poderiam ser caracterizados como conjuntos os demais municípios; nesse caso, é importante verificar a característica do fluxo e a existência de estrutura adequada. Segundo Boullón (2002), para assumir essa característica, o local deve possuir menos de 10 atrativos e estar ligado ao sistema viário, facilitando a comunicação. Nesse caso, os municípios restantes enquadram-se nessas características. Contudo, essa situação é transitória, e o espaço pode assumir outras conotações. Já que os municípios não possuem todos os requisitos para serem considerados centros turísticos, conforme Boullón (2002), sugere-se que sejam considerados potenciais.



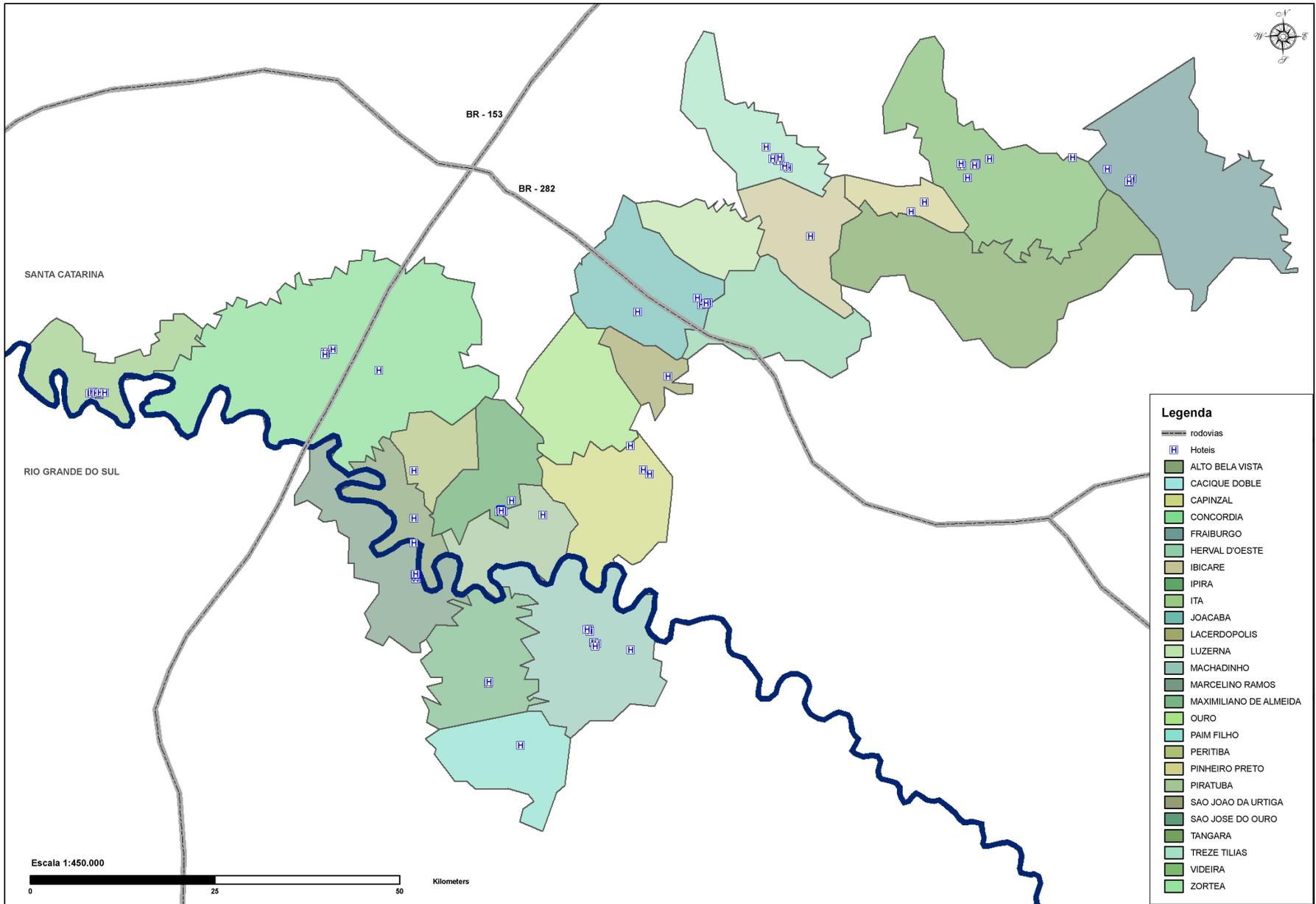
Mapa 4: Distribuição espacial dos restaurantes

No caso, observando-se a função que desempenham como locais receptivos, os municípios de Concórdia, Fraiburgo, Joaçaba, Ouro, Paim Filho, Pinheiro Preto, Tangará e Videira podem ser considerados como conjuntos de excursão e potenciais centros de excursão. Isso se deve à apresentação do pequeno número de atrativos, porém, como observado na Tabela 13, recebem, segundo os respondentes, visitantes oriundos de outros municípios.

Tabela 13: Resumo dos atrativos, hospedagem e alimentação

Municípios	Atrativos		Hospedagem		Alimentação	
	Existentes	Citados Origem (%)	Existentes	Turismo (%)	Existentes	Turismo (%)
Alto Bela Vista	2	40	1		1	
Capinzal	5		4		10	11
Concórdia	24	12	45	7	13	16
Fraiburgo	12	1	84	5	18	8
Herval d'Oeste	10		21	1		3
Ibicaré	2			1	10	3
Ipira	2			1		2
Itá	10	8	79	7	53	12
Joaçaba	7	4	20	7	18	24
Lacerdópolis	8	3	49	1	5	1
Luzerna	2		57			2
Machadinho	7	7	87	9	88	4
Marcelino Ramos	9	4	82	10	96	9
Maximiliano de Almeida	4		45	2		4
Ouro	9	1	75			
Paim Filho	3	1	70			2
Peritiba	8		43	1	5	2
Pinheiro Preto	11	3	91	2	8	3
Piratuba	6	5	91	16	98	10
Tangará	11	5	77			3
Treze Tílias	47	12	92	9	83	14
Videira	12	1	61	7	4	7
	211	67		91		140

Além disso, verifica-se que em muitos deles os respondentes de restaurantes e hotéis indicam certo fluxo de turistas, mesmo que, muitas vezes, menor do que o indicado pelos respondentes dos atrativos. Como exemplo, os respondentes dos atrativos de Pinheiro Preto informam que, em média, 91% dos visitantes são oriundos de outras regiões; no entanto, somente 8% destes são considerados turistas pelos respondentes dos meios de hospedagem e de alimentação. Vale ressaltar que esses municípios são citados pelos demais como destino ou origem de viajantes pela região. Na maioria desses municípios, não há meios de hospedagem suficiente, o que limita a sua classificação como centro de estada ou de distribuição, como observado no Mapa 5 e já tratado em outra parte desta tese.



Mapa 5: Distribuição espacial dos hotéis

Vale salientar que quatro municípios (Joaçaba, Videira, Concórdia e Fraiburgo) possuem estrutura hoteleira similar à de Marcelino Ramos; todavia, a julgar pelas alegações dos respondentes desses estabelecimentos, a motivação de viagem de seus hóspedes concentra-se em atividades de representação comercial e prestação de serviços, não se enquadrando, portanto, no conceito utilizado para esta pesquisa. Por essa razão, por receberem visitantes de outros municípios nos atrativos e nos restaurantes, optou-se por classificá-los como centros de excursão.

Os municípios de Itá, Machadinho, Marcelino Ramos, Piratuba e Treze Tílias possuem um percentual significativo de visitantes oriundos de outras regiões, além de significativo número de hóspedes classificados como turistas, bem como nos restaurantes uma movimentação elevada de usuários com essa classificação atribuída pelos respondentes. Considerado o tipo de atrativo principal, a exploração de águas termais e a conformação da sua estrutura, pode-se inferir que os municípios de Itá, Marcelino Ramos, Machadinho e Piratuba poderiam ser caracterizados como unidades turísticas, visto que o equipamento destas constitui hospedagem e alimentação, complementadas por alguns serviços de entretenimento (Tabela 13).

No entanto, para fins deste trabalho, observando-se que Piratuba possui grande concentração de meios de hospedagem e que é citada por quase 15 municípios, infere-se que o município compreende um centro de estada e que gradativamente desempenha também um papel de centro de distribuição. Já Treze Tílias, pela característica principal de seu atrativo, consiste em aspectos culturais (apenas recentemente se explora a água termal, é mais conhecida nacionalmente devido à cultura austríaca do que efetivamente pelas águas termais – caso de Piratuba); compreende não efetivamente, mas potencialmente um centro de distribuição. Isso se evidencia pelo número de municípios que o citam como origem ou destino de visitantes. Assim, entende-se que os municípios de Machadinho, Itá e Marcelino Ramos podem ser classificados como unidades turísticas e Piratuba como centro turístico de estada, enquanto o município de Treze Tílias pode ser classificado como centro de distribuição, pelo menos potencialmente.

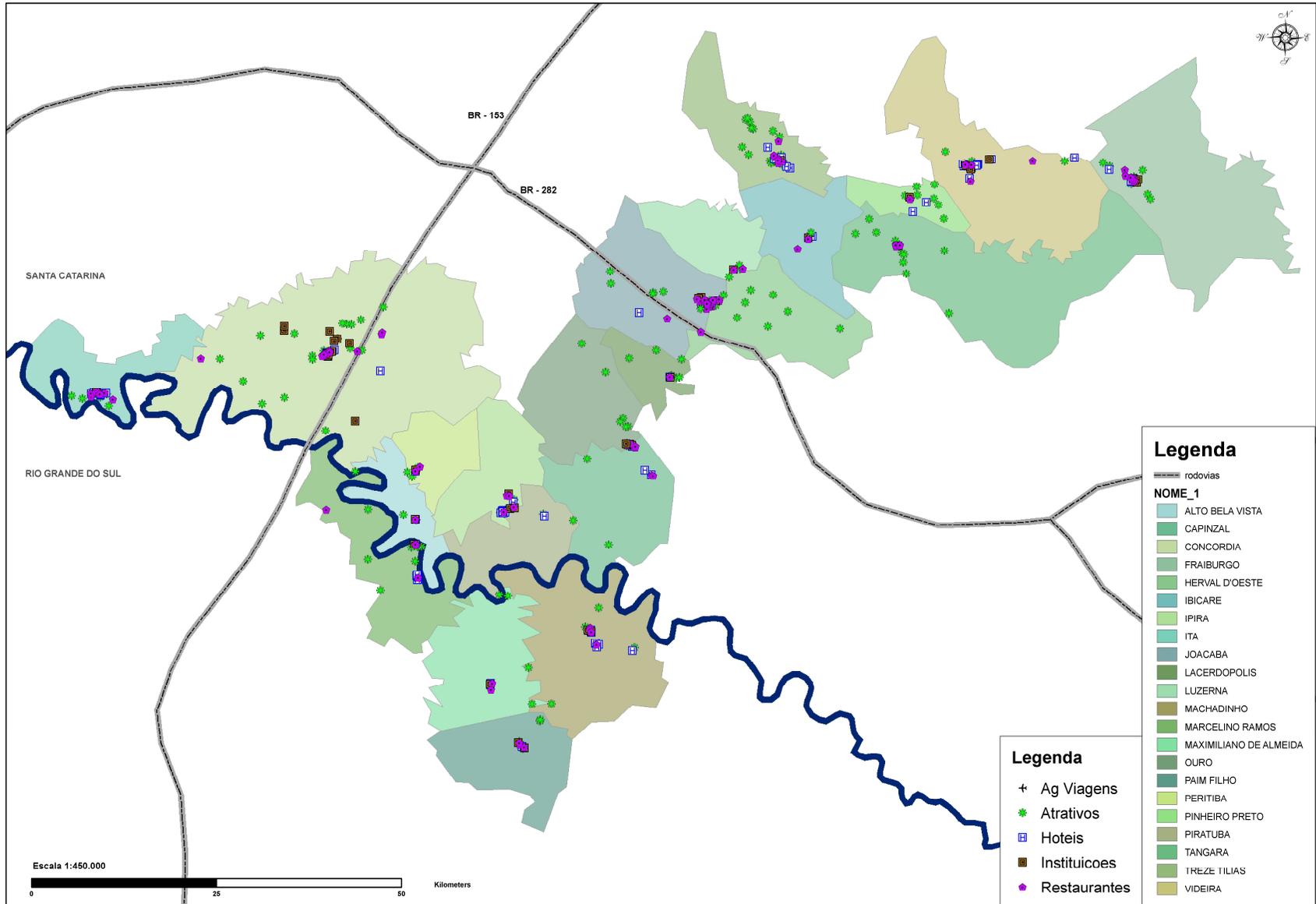
Retomando-se a questão da classificação da área investigada como Zona Turística, uma vez que o número de atrativos é suficiente, entende-se que pode ser assim denominada. Quanto à divisão em áreas, potencialmente poderia ser dividida em duas, tomando-se como ponto de fissura o município de Lacerdópolis, onde se verifica um ponto de estrangulamento. Nesse caso, a área que iniciaria em Lacerdópolis seguindo até Itá teria como centro o município de Piratuba. E a área que abrange os municípios de Joaçaba até Fraiburgo teria como centro o município de Treze Tílias. Esse fato evidencia-se no mapa e pelos municípios mais citados (Tabela 12). Os municípios próximos a Treze Tílias tendem a citá-lo mais do que os no outro

extremo, como em Machadinho e Marcelino Ramos. No caso de Piratuba, também isso se evidencia, pois a maioria dos municípios que o citam está próxima a ele. Vale ressaltar que esse aspecto não se trata de regra geral, e alguns municípios são citados tanto de um quanto de outro lado. Especialmente, vale notar que Treze Tílias e Piratuba são mutuamente citados pelos respondentes, podendo indicar integração entre esses dois centros turísticos.

No Mapa 6 apresenta-se a sobreposição de todos os conjuntos formados pelos atrativos, restaurantes, meios de hospedagem, instituições e prefeituras para que se tenha uma visão agregada do turismo na área investigada.

4.2 ANÁLISE DOS CONJUNTOS FORMADOS EM VIRTUDE DO RELACIONAMENTO ENTRE OS ATORES LOCAIS

Sobre a verificação dos relacionamentos existentes entre os agentes envolvidos com o turismo local, os inquiridos foram solicitados a citar, no caso de haver necessidade ou interesse de organizar atividades em prol do turismo da região, três estabelecimentos, com cujos proprietários, gostariam de trabalhar em conjunto, colocando-os em ordem de prioridade. Com essa questão, seria possível analisar os relacionamentos com base nos preceitos da sociometria. Adicionalmente, tencionou-se verificar possíveis fontes de conflitos e a percepção dos respondentes caso fossem escolhidos pelos demais para atuar em projetos conjuntos. Assim, solicitou-se aos respondentes que indicassem três estabelecimentos com cujos proprietários não gostariam de trabalhar em conjunto; três estabelecimentos cujos proprietários na sua percepção os escolheriam para atuar em prol do turismo regional; três estabelecimentos, cujos proprietários na sua percepção não os escolheriam para atuar em conjunto. Esta parte da pesquisa foi a mais delicada, posto que envolve a intimidade do respondente. Assim, boa parte preferiu não responder a esses questionamentos, mesmo recebendo a garantia de que sua identidade não seria revelada. A primeira questão, todavia, recebeu um número significativo de respostas, o que permitiu atingir à segunda parte do segundo objetivo específico. As três outras questões praticamente não foram respondidas; a segunda recebeu em grande parte a resposta “sem restrições”; nas demais, os respondentes alegaram não ter condições de responder. Ainda, para verificar o nível de envolvimento dos respondentes com as entidades empresariais locais, solicitou-se que os respondentes da iniciativa privada assinalassem se o empreendimento participa de entidades de classe ou grupos de cooperação para a exploração de atividades turísticas indicando com quais está vinculado.



Mapa 6: Distribuição do agregado turístico na área investigada

Apesar da dificuldade de não obter respostas às quatro questões formuladas, entretanto, foi possível atender ao interesse da investigação quanto ao mapeamento do relacionamento entre os agentes locais do turismo, cujos resultados são analisados com base nas técnicas sociométricas, subsidiando-se em Bastin (1966).

A sociometria foi indicada na literatura como uma opção para se analisar os relacionamentos que ocorrem entre os agentes de uma região, a fim de se promover o desenvolvimento. No caso de elaboração de estratégias ao desenvolvimento turístico da região, para que funcione como um sistema, há necessidade de haver interação entre os agentes que atuam no setor conforme tratado na revisão da literatura. Esse relacionamento implica a necessidade de troca de energia ou deslocamentos de turistas, como também de troca de informações entre os agentes do sistema. Nesta parte, analisa-se o relacionamento entre os elementos turísticos por meio do relacionamento dos agentes envolvidos; posteriormente, trata-se do deslocamento dos turistas.

Como explicado nos procedimentos de coleta de dados, foi solicitado aos inquiridos que indicassem em ordem de importância os empreendimentos turísticos regionais, com os quais gostariam de trabalhar em conjunto caso se decidisse elaborar um projeto de desenvolvimento do turismo. Com base nas respostas obtidas, foi organizado o sociograma que se encontra no Sociograma 1, considerando-se apenas as respostas à primeira questão; uma linha cheia indica a primeira intenção de relacionamento; a linha tracejada, a segunda e a pontilhada, a terceira. Também, para facilitar o entendimento e análise, utilizaram-se cores diferentes para caracterizar os agentes indicados. No caso, círculos pretos com os códigos dos respondentes correspondem a restaurantes; lilás, a atrativos; verdes, a hotéis; vermelhos, a prefeituras; azuis, a instituições; marrons, a agências de turismo. Para facilitar o entendimento, esses elementos foram organizados em conjuntos maiores, representando os 22 municípios da área investigada. Também, as linhas, representando as intenções de interação dos agentes, seguiram o mesmo padrão de cores descrito nas linhas pretéritas, o que permitiu visualizar com mais clareza a origem e o destino dos relacionamentos. Por não se encontrar um *software* que auxiliasse no tratamento desses dados de forma a atender aos interesses da pesquisa, eles foram organizados utilizando-se os recursos do pacote *Windows*, mais especificamente o *CorelDraw*, em que os conjuntos foram desenhados e os relacionamentos individualmente ligados com as setas de acordo com as indicações dos respondentes.

Observando-se os conjuntos formados em cada município, verifica-se o indicado pelo referencial teórico, alguns privilegiados recebem um grande número de indicações; outros atores sociais, poucas e a maioria, nenhuma citação. No caso, analisando-se isoladamente

cada município, percebem-se as diferentes dimensões em termos de distribuição do turismo, por exemplo, a maior concentração de atrativos turísticos em Treze Tílias, hotéis em Piratuba, instituições em Joaçaba e Concórdia e restaurantes em Joaçaba. O objetivo do sociograma é medir as relações humanas, mas organizado dessa forma permite também identificar as distintas dimensões do turismo nos municípios.

Tomando-se o conjunto formado pelos elementos analisados nos municípios, verifica-se uma tendência a haver também pouco relacionamento entre os agentes pertencentes a uma mesma categoria. Para evitar delongar demais as discussões, tomaram-se duas categorias: os restaurantes e as instituições, que parecem estar nos dois extremos. No caso, observando-se os conjuntos formados pelos círculos pretos (meios de alimentação) em todos os municípios e verdes em Piratuba, visto que neste município a alimentação é oferecida concomitantemente com a hospedagem, identificam-se poucas ligações entre eles. Apenas em Joaçaba averiguam-se ligações partindo de JBAR13 e JBAR17, seguindo até JBAR8 e de JBAR17 para JBAR18. Mesmo assim, não se trata da primeira opção dos respondentes, posto que as linhas são tracejadas (segunda opção) e pontilhadas (terceira opção). No caso das instituições, verifica-se claramente que se concentram em dois municípios, Joaçaba e Concórdia. Infere-se que tal se deve a esses municípios possuírem maior população e concentração de indústrias, tornando-se polos regionais e centralizando as entidades representativas.

Para os interesses deste estudo, observam-se nos conjuntos das instituições (azuis) que há maior densidade de relacionamento entre as próprias instituições, poucas linhas de cor azul partem de uma instituição para outra categoria, e sim para outra instituição. Quando a seta se dirige a outro município, segue para uma instituição em outro município. Esse aspecto é mais facilmente observado nas ligações ITAI1 (Itá) que se liga CCDI9 e CCDI10 (Concórdia). Quando a ligação não ocorre entre instituições internas, liga-se a organizações representativas regionais ou estaduais, por exemplo, a Santa Catarina Turismo (Santur). O que fica evidente, pelo número de setas de cores diferentes chegando às instituições, é que os atores envolvidos com o turismo preferem se relacionar por meio delas. Deve-se ressaltar que somente algumas estão mais diretamente ligadas ao turismo, como nos casos dos *Convention Bureaux* (Rota da Amizade e Alto Uruguai), associação de hotéis (Piratuba). As demais entidades correspondem a associações empresariais (Câmaras de Dirigentes Lojistas, Associações Comerciais, Associações de Municípios, entre outras). Isso demonstra que ocorre na área investigada o indicado por Boullón (2002), que existem poucas instituições que coordenam o turismo de forma mais ampla. Isso não significa que as instituições empresariais não possam se envolver nas questões do turismo, mas que estão organizadas para outras atribuições e podem não dar a devida atenção ao setor.

Em todo caso, seguindo a terminologia sociométrica, pode-se dizer que ao mesmo tempo que as instituições conseguem maior número de indicações e, conseqüentemente, assumem um papel de liderança, também ocorre a formação de “panelinhas” entre elas. Vale ressaltar o grande número de indicações recebidas pelas prefeituras revelando a sua importância como liderança local. Também, nota-se para alguns municípios a indicação de instituições externas de representatividade regional, estadual ou nacional.

Em termos de setor privado, poucos recebem mais que uma seta. Destaca-se, nesse caso, Fraiburgo FRBH4, que recebe razoável número de citações, inclusive de outros municípios e Concórdia CCDAG1, cuja maior frequência de indicações provém de todos os conjuntos de respondentes internos, com maior peso para a hotelaria e atrativos, já que predominam as setas de cor verde e lilás a ele direcionadas.

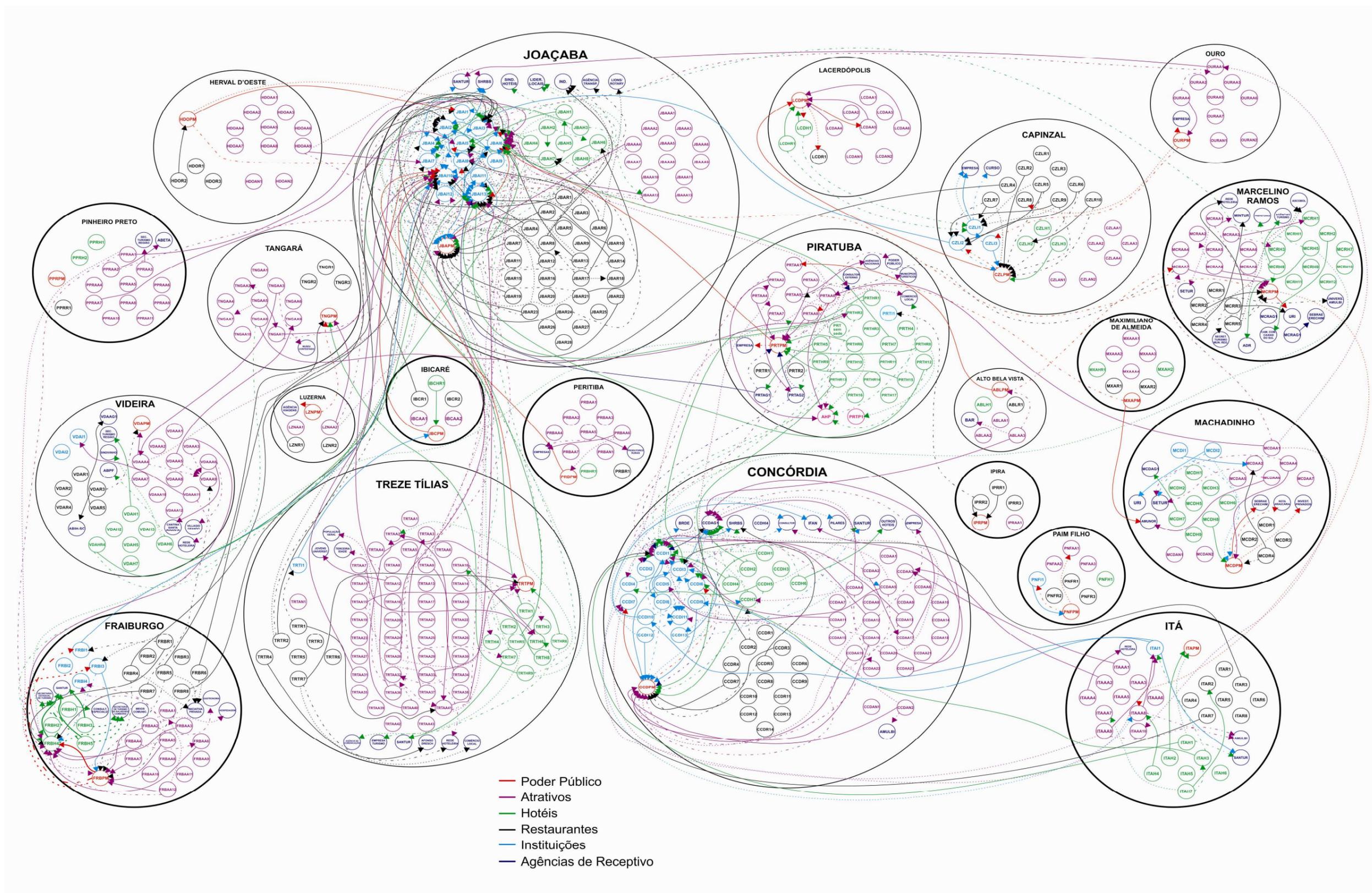
Tomando-se como foco de análise os municípios, observa-se uma mesma tendência ao isolamento. Basta olhar o conjunto formado por todos os municípios para perceber que há poucas setas saindo dos municípios. Alguns que mais se evidenciam são: Paim Filho, Ipira, Luzerna, Maximiliano de Almeida, Alto Bela Vista. A esse respeito, percebe-se que o conjunto de ligações tende a se direcionar a cidades-polo, como Joaçaba e Concórdia. Verifica-se que setas de todas as cores dos municípios compreendidos entre os municípios de Fraiburgo e Ouro convergem para Joaçaba, notadamente para as instituições JBAI10, JBAI3, JBAI13, JBAI6. No caso de Piratuba e Itá, ocorre maior concentração para o município de Concórdia, concentrando-se em CCDI1, seguida de CCDI3 e CCDI6 e CCDI11. É interessante notar que do município de Piratuba, embora haja uma concentração maior de relacionamentos seguindo para Concórdia, ocorre significativo número de ligações com Joaçaba. Nesse caso, utilizando-se a sociometria, pode-se inferir que atores desse município poderiam promover a ligação entre esses dois polos. Essa mesma tendência é observada para os municípios do Rio Grande do Sul, que seguem em direção a entidades localizadas em Erechim. Para este estudo esse fato não se evidencia, visto que Erechim não foi citado como destino de turistas, e sim como origem, ou corredor de traslado, constituindo um elemento de integração do sistema turístico estudado com os demais sistemas turísticos estaduais e os locais de origem dos turistas. No caso, a Associação dos Municípios Lindeiros à Barragem de Itá (Amulbi) poderia exercer o papel de ligação desses municípios com os demais, pois é citada por atores tanto de municípios do Rio Grande do Sul quanto de Santa Catarina (MCRR3 e ITAAA8 e ITAAA10).

Observando-se os municípios de Piratuba, Marcelino Ramos, Machadinho e Itá, os quais foram classificados como centro e unidades turísticas anteriormente, nota-se maior

densidade de ligações entre os elementos turísticos, senão da mesma categoria, mas de atores das diversas categorias internamente aos municípios. Todavia, há poucas ligações entre esses municípios. De Machadinho seguem setas de MCDAA1 para PRTAA6, ITAAA10, MCRAA7; de Marcelino Ramos, de MDRPM para ITAAA8. Infere-se que esse fato pode ocorrer devido ao tipo de atrativo principal (águas termais) explorado nessas localidades, que além de compreender um tipo de atrativo que leva o turista a permanecer mais tempo e possuir como motivação a prática da mesma atividade (frequentar as piscinas), leva à existência de maior concorrência entre eles, como explica Boullón (2002).

Ao tomar como referência os municípios localizados no outro extremo, mais próximos a Treze Tílias, verifica-se que há uma densidade maior de relações entre agentes dos municípios de Fraiburgo, Videira, Tangará, Pinheiro Preto e Treze Tílias. Nesse caso, as setas de relacionamento seguem também para esses municípios, embora em menor intensidade do que para Joaçaba. Nesse particular, há indicações de relacionamento com atores de todas as categorias analisadas, instituições, alimentação, atrativos, hospedagem. Esse fato pode ocorrer em razão do tipo de atrativo principal explorado nesses locais que se caracterizam como formação de centros de distribuição, em que o interesse do turista é visitar o maior número de atrativos possível. Isso ocasiona a oferta maior de atrativos nesses locais, especialmente Treze Tílias, com a instalação de parques e atividades diversas para o lazer dos turistas. Nesse caso, há maior circulação de visitantes pelos municípios, aspecto também ressaltado por Boullón (2002).

É interessante notar que alguns atores consultados indicaram empresários e lideranças cujas atividades não estão diretamente ligadas ao sistema turístico, por exemplo, JBAR8, CZLI1 e TRTR7, que fizeram indicações de empresários locais. Isso se deve, segundo eles, à visão empresarial dos indicados. Também, no caso de Treze Tílias, há uma indicação da necessidade de se relacionar com a população em geral, supondo que a comunidade deve estar integrada às ações de planejamento do turismo. Além desses, são citados atores externos, como as entidades estaduais e nacionais responsáveis pelo turismo (Santur, Setur, Mintur), bancos, agências de viagens e consultorias.



Sociograma 1: Relações sociais entre os agentes de pesquisa

Uma vez que no teste do questionário se verificou que alguns respondentes se sentiram constrangidos em citar entidades com cujos representantes gostariam de se relacionar, incluiu-se uma questão no roteiro de entrevistas, solicitando que eles indicassem se participam de entidades de classe, se normalmente se envolvem nas ações da Secretaria de Desenvolvimento do Turismo, se atuam em conjunto com outras empresas, como hotéis e restaurantes, estão vinculados a outras instituições e se não possuem nenhum tipo de relacionamento com qualquer instituição. Essa questão foi feita apenas para os respondentes pertencentes ao subsistema de produção do turismo (meios de hospedagem, alimentação e atrativos). Um resumo dessas respostas encontra-se na Tabela 14.

Tabela 14: Participação em entidades e ações conjuntas do subsistema de produção do turismo

Relacionamentos	Hospedagem	Alimentação	Atrativos	Total
Entidade classe	24	3	3	30
Secretaria de Turismo	4	1	17	22
Hospedagem	2	0	2	4
Alimentação	0	0	2	2
Outras	52	20	50	122
Não se relaciona	38	80	55	173

Com base nesses dados, verifica-se que uma proporção significativa dos atores envolvidos com a produção do turismo não possui nenhum tipo de vínculo ou articulação com entidades representativas. Isso, de certa forma, é contrastante com o verificado no sociograma, pois o grande fluxo de relacionamentos dirige-se às instituições. Observa-se que há poucas ações conjuntas entre os meios de hospedagem e alimentação, confirmando-se o que já ficou evidenciado no sociograma. Identifica-se uma tendência de os atores ligados a atrativos turísticos participarem mais de ações com as secretarias de turismo. Os meios de hospedagem tendem a estar mais vinculados às entidades de classe, notadamente a ABIH. Um bom número de respondentes indicou estar vinculado a outras instituições, entre as quais se destacam as Câmaras de Dirigentes Lojistas e Associações Comerciais. Nesse caso, nota-se uma boa frequência de respostas, indicando os *convention bureaux* Rota da Amizade e Alto Uruguai Catarinense.

Com base nessa discussão, entende-se que não há uma tendência na área investigada a relacionamentos setoriais, muito menos regionais. Tanto internamente nos municípios há uma tendência ao isolamento quanto externamente, ao se considerar os demais municípios. Todavia, há possibilidades de integração, pois há elementos de ligação, tanto internamente aos municípios, visto que atores podem exercer esse papel, quanto externamente, já que em alguns municípios há instituições citadas pelos demais.

4.3 ANÁLISE DOS CONJUNTOS FORMADOS PELO FLUXO DOS TURISTAS

Um aspecto importante a ser analisado consiste na circulação do turista na área de investigação, pois a regionalização deve-se pautar na prática do turismo. Assim, foram inseridas duas questões nos formulários de pesquisa para que os respondentes indicassem três locais de origem e para onde seguem posteriormente. Como já explicado quando tratado dos métodos de coleta de dados, as respostas foram em duas dimensões, uma indicando um atrativo, meio de hospedagem ou alimentação e outra indicando cidades de origem. Isso ocorreu porque vários respondentes informaram não solicitar esse tipo de informação dos clientes. Mesmo a hotelaria, por não organizar os dados com essa perspectiva, teve dificuldade de passar essa informação. Esse fato, todavia, apesar de limitar o alcance do objetivo inicial da pesquisa, que foi verificar a circulação dos turistas na área de estudo, contribuiu para a visualização da integração do sistema turístico estudado com os demais sistemas turísticos estaduais e nacionais.

Para a análise do fluxo turístico, tomou-se por base as tabelas 11 e 12 já discutidas preteritamente e o fluxograma de deslocamento (Fluxograma 1). Para a elaboração do fluxograma, considerada a intenção de demonstrar a complexidade dessas relações, não foi encontrado um *software* que atendesse às expectativas do pesquisador. Assim, foi necessário utilizar o pacote do *Windows*, o *software CorelDraw*, para desenhar individualmente cada conjunto e suas inter-relações. Especificando-se melhor e ampliando a discussão feita na caracterização do turismo regional, verifica-se que há grande número de atrativos potenciais; todavia, quando se trata de atrativos efetivamente visitados pelos turistas, esse número cai significativamente. Para uma apresentação mais didática, organizou-se o Quadro 4, com a identificação dos atrativos dos municípios, independentemente da frequência com que foram mencionados. Com isso, foi possível verificar o foco do turismo em cada município. Como já referido anteriormente, somente alguns municípios apresentam atrativos citados pelos respondentes como frequentados pelos turistas. Com a descrição dos atrativos, pode-se definir que o foco principal do turismo de Machadinho, Marcelino Ramos, Piratuba, Itá e Ouro se concentra no turismo termal, ao passo que no município de Treze Tílias o turismo cultural se destaca com maior diversidade de atrativos efetivos.

Município	Atrativos
Concórdia	Caminho da Roça (Moinho Belter, Cascata do Perondi, Alambique, Restaurante Buon Appetit, Nativa Flores), Praça D. Goes, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Cervejaria Fall Bier, Museu Histórico, Casa da Cultura e Gruta Nossa Senhora de Lourdes
Fraiburgo	Parque Ecológico Frey
Itá	Casa da Cultura, Casa da Memória, Torres Igreja da Cidade Velha, Parque Termal, Centro de Atendimento Visitante (CDA), Usina Hidrelétrica, Mirante Caracol, Prainha e Passeio de Barco
Joaçaba	Monumento e Museu Frei Bruno e Catedral Santa Terezinha
Lacerdópolis	Ponto de Venda Produtos Coloniais Prando, Praça Ecológica e Gruta Nossa Senhora das Graças
Machadinho	Parque Termal, Cascata do Tigre, Cascata Formaio, Museu Alma Campeira, Museu Mirante das Torres, Pesque & Pague Tranquilidade, Café Colonial
Marcelino Ramos	Parque Termal, Seminário Nossa Senhora da Salette, Ponte Estrada de Ferro, Passeio de Barco e Trem das Termas
Ouro	Parque Termal
Paim Filho	Espraiado e Gruta Nossa Senhora de Lourdes
Piratuba	Parque Termal, Centro de Eventos, Usina Hidrelétrica, Trem das Termas e Passeio de Jardineira
Pinheiro Preto	Vinícola da Serra, Vinícola Casal Piccoli e Túnel Estrada de Ferro
Tangará	Vinícola Panceri, Vinícola Monte Carvalho, Vinícola Monte Vecchio, Morro Agudo e Sítio São Pedro
Treze Tílias	Casa do Chocolate, Parque Lindendorf, Parque dos Sonhos, Cervejaria Bier Baum, Termas Vale das Tílias, Casa do Artesanato, Pesque e Pague Notter, Capela Linha Pinhal, Parque Imigrante, Sabor dos Alpes e Escultores
Videira	Observatório Astronômico

Quadro 4: Atrativos citados nos municípios

Observe-se no Quadro 4 que os atrativos que se destacam nos demais municípios são diversificados; em Concórdia, por exemplo, concentra-se no roteiro Caminhos da Roça; em Fraiburgo, o Parque Ecológico Frey. Nos municípios de Joaçaba e Paim Filho, o foco é o turismo religioso, destacando-se o Monumento e Museu Frei Bruno e a Catedral para o primeiro e Gruta Nossa Senhora de Lourdes para o segundo. No caso deste segundo município, enfatiza-se o Espraiado como local de lazer. Em Lacerdópolis, o ponto de vendas de produtos coloniais e as praças são mais citados, evidenciando a sua condição de corredor turístico. Em Videira, o destaque é o Observatório Astronômico. No caso de Pinheiro Preto e Tangará, evidenciam-se as vinícolas como atrativos mais citados.

Em relação aos fluxos de turistas, ou seja, aos deslocamentos dos viajantes no território investigado, nota-se, observando o Fluxograma 1, que se trata de um emaranhado de direções cuja compreensão, em primeiro olhar, torna-se extremamente difícil. Todavia, observando-se com algum cuidado e tomando-se como base o conceito de turismo que norteia este trabalho, verificam-se diversas e distintas configurações. No canto superior esquerdo do Fluxograma 1, observam-se os dois principais emissores de viajantes para a área investigada em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. As setas vermelhas representam o envio de

turistas pelos locais emissores, e as correspondentes às cores verde, preto, lilás, ao retorno dos viajantes para a origem ou seu destino para outros atrativos da região. É importante destacar que, ao ocorrer chegada ou saída de turistas internamente a cada município, as cores de setas correspondem às cores de setas do emissor. Por exemplo, se há indicação de que turistas chegam de um restaurante, a cor da seta é preta; se chegam de um hotel, é verde; se seguem de um atrativo para um hotel, é lilás.

Na parte superior do Fluxograma 1, constam outros locais emissores, como Minas Gerais, Paraná ou, mais genericamente, região Sul ou Centro-Sul, segundo a alegação dos respondentes. Entretanto, fica fácil observar que existe uma grande corrente de viajantes que se originam de dois locais emissores, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (setas vermelhas), e retornam para esses mesmos locais (setas de diversas cores, por saírem dos atrativos e empresas turísticas distinguidas por cores diferentes – ver Fluxograma 1).

Observando-se os fluxos de viajantes para Joaçaba, que anteriormente se caracterizou com um potencial corredor de traslado, no que concerne à espacialização do turismo, e mais significativamente como polo econômico regional, a partir do qual se faz a integração da região com uma economia nacional, verifica-se um feixe de setas originadas (e retornando para) em Chapecó, chegando aos hotéis e restaurantes desse município. Ao mesmo tempo, observa-se outro feixe de setas seguindo e retornando entre Joaçaba e Concórdia, que constituiu outro município polarizador.

Inferre-se com base nesses dados que se trata de fluxos não de turistas e sim de viajantes que possuem objetivos econômicos, coadunando com o já discutido anteriormente na caracterização dos municípios. Essa hipótese é confirmada ao se observar o fluxo interno dos deslocamentos no município de Joaçaba. A densidade de deslocamentos ocorre entre hotéis, restaurantes, comércio local, estabelecimentos de saúde. Além disso, nota-se que os restaurantes atendem a uma parcela significativa de residentes, pois ocorre um fluxo razoável de setas dos restaurantes para residentes e locais de trabalho (setas pretas).

Quanto ao turismo, poucas setas chegam e saem dos atrativos cuja maior frequência ocorre em JBAAA6 e JBAAA12, mesmo assim são originárias de municípios limítrofes como Luzerna e Herval d'Oeste e Treze Tílias e Piratuba. Nesse sentido, pode-se compreender que existe um potencial turístico no município, o turismo religioso, todavia não possui hierarquia suficiente para isoladamente atrair grandes fluxos, mas se integra ao turismo regional, hoje como corredor de traslado ou como centro de excursão. Alguns eventos são importantes, como o Carnaval, no entanto somente movimentam o turismo na

cidade na semana de sua realização. Algumas pistas de que esse potencial pode ser ampliado consistem na possibilidade de visitação aos barracões das escolas de samba ao longo do ano, como a já iniciada por uma delas; todavia, ainda não ocorreu uma adaptação e ajuste que permita a sua integração ao sistema turístico, porquanto o fluxo ainda é incipiente. Com isso, compreende-se o aludido por Boullón (2002), que mesmo se caracterizando como equipamentos que atendem ao turismo, como os hotéis e restaurantes, ao se relacionar com a demanda, não necessariamente se integram a um sistema turístico. Também, que a sua integração pode ser sazonal, pois em apenas alguns períodos do ano atendem a turistas, como no carnaval.

Quanto ao município de Ouro, preteritamente considerado como centro de lazer, pela quantidade de setas vermelhas que se originam em Joaçaba e Capinzal em direção a ele, seguindo mais especificamente para o parque termal, inaugurado no final de 2009, ratifica-se a condição de centro de lazer. Essa condição pode ser temporária, devido à recente inauguração do parque termal e por ainda não ter havido a oferta desse produto em termos de mercado turístico. Nesse caso, se houver maior integração e promoção, poderia atrair fluxo de turistas tanto de Treze Tílias quanto de Piratuba, ou dos demais centros turísticos identificados, passando a se configurar em centro de excursão, como já ocorre entre estes municípios (Piratuba e Treze Tílias). Todavia, por explorar um mesmo tipo de atrativo, a tendência é que haja mais dificuldades em virtude da concorrência. Nesse caso, um caminho menos penoso poderia ser a sua integração com Treze Tílias, em razão do tipo de turismo praticado naquele município.

Logicamente, em vista do tipo de atrativo, potencialmente poder-se-ia estruturar como centro de estada; todavia, é uma estratégia que demanda mais tempo e recursos em vista da necessidade de oferta de hospedagem. Como ainda está em estruturação, ficaria sujeito à sazonalidade, como ocorre com Machadinho e Marcelino Ramos em maior proporção, e em menor com Piratuba, em virtude de este já ser um centro mais consolidado.

Tomando-se como foco o município de Treze Tílias, verifica-se que o fluxo se origina principalmente do Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Nesse caso, há uma ampliação do número de cidades que caracterizam grandes centros populacionais. Assim, Treze Tílias evidenciar-se-ia como destino turístico, cuja demanda está concentrada em regiões próximas, coadunando com o que já foi explicado por Petrocchi (2001), de que os fluxos maiores são originários de locais próximos. Todavia, nota-se uma frequência de visitantes que se originam de São Paulo ou de Minas Gerais. Chama atenção, tanto no caso

de Treze Tílias quanto de Piratuba, o grande número de setas que se originam do Litoral Catarinense, Serra Gaúcha, Gramado e Canela; nesse caso, ocorrem dois aspectos distintos. Um é que esses municípios compreendem destinos turísticos aos residentes das cidades mais populosas desses estados, como Florianópolis, Joinville, Caxias do Sul e Porto Alegre. Outro é que consistem em corredor de estada ou de traslado, integrando-se a um sistema nacional ou estadual de turismo. Isso porque há setas indicando origem de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e seguindo para a Serra Gaúcha (Gramado e Canela). No caso de Santa Catarina, os destinos Piratuba e Treze Tílias integram-se a um sistema estadual; porquanto, há indícios de origem dos fluxos do Litoral Catarinense e da Serra Catarinense. Nesse caso, infere-se que alguns fluxos ocorrem ao estado por outras razões (praia), mas que se deslocam por destinos turísticos mais estruturados no interior. Ainda, em termos locais, há razoável deslocamento de turistas entre os centros turísticos mais estruturados, seja de estada, excursão, seja de distribuição, posto que há significativo número de setas ligando os municípios como também indicando rotas regionais ou municípios da Rota da Amizade.

No caso de Treze Tílias especificamente, verifica-se a densidade da circulação de visitantes no interior do município. Nesse caso, observando-se as setas indicativas do fluxo, verifica-se que há um grande deslocamento de turistas entre os hotéis, restaurantes e atrativos turísticos. Esse mesmo fenômeno ocorre nos municípios de Piratuba, Marcelino Ramos, Machadinho e Itá.

Orientando-se por esse modo de pensar, observando o Fluxograma 1, é possível verificar que há maior densidade de fluxo no âmbito dos municípios classificados nas categorias de centros turísticos (estada, distribuição ou excursão). No caso dos polos regionais que centralizam o comércio e a indústria, o maior fluxo ocorre entre os hotéis, restaurantes, comércio e indústria local, seguindo rotas comerciais e não turísticas, como pode ser observado em Concórdia e Capinzal, por exemplo. No caso desses municípios, ocorre o mesmo processo já discutido quando se analisou isoladamente o município de Joaçaba.

4.4 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS E VISÃO DOS AGENTES PÚBLICOS QUANTO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Esta subseção foi organizada com o objetivo de captar a visão dos agentes públicos em relação ao turismo, bem como verificar a estrutura existente no município, a fim de conduzir as atividades relacionadas ao setor.

No momento em que se fez o contato nas prefeituras para confirmar os atrativos e infraestrutura turística existentes, realizou-se uma entrevista com o responsável pelo turismo no município. A entrevista foi gravada com autorização do entrevistado e depois transcrita utilizando-se o *software Word* para facilitar a análise. Dos 22 municípios, somente em 17 foi possível realizá-la, pois nos demais os responsáveis preferiram não participar da pesquisa alegando que o município não possuía potencial. Exceto, no caso de um município, onde o responsável estava em férias e os auxiliares alegaram não terem autorização para falar em nome do município. Nesse caso, apenas foram colhidas informações gerais sobre o turismo no município para possibilitar a realização das demais atividades atinentes à pesquisa.

Em se tratando de entrevista, na qual o entrevistador possuía um roteiro de questões, e as respostas foram diversas, a sua análise demanda uma técnica específica. No caso, a escolhida foi a Análise de Conteúdo (AC), por compor-se de um conjunto de técnicas de análise de comunicações, objetivando, mediante procedimento sistemático e objetivo, a descrição do conteúdo de mensagens e, com isso, obter indicadores quantitativos ou não que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições da produção/recepção das mensagens (BARDIN, 1977).

Para Triviños (1987), com essa técnica, enfatiza-se o conteúdo das mensagens, privilegiando-se e limitando-se a linguagem escrita e oral, possibilitando voltar quantas vezes se desejar ao texto/mensagem, no caso, às entrevistas. Segundo Freitas e Janiessek (2000), seu propósito consiste em gerar conhecimento a partir de dados e seu objetivo é inferir conhecimentos relacionados às condições de produção com auxílio de indicadores. Asseveram os autores que se deve permitir ainda, durante o processo, o surgimento de fatores que se ignorava no início do trabalho.

Conforme Freitas e Janiessek (2000), a referida sistematização e inferência pressupõem uma sequência de etapas, que são:

- a) pré-análise – compreende a organização do material, utilizando-se a entrevista semiestruturada e a observação livre. Nessa parte, efetua-se uma identificação e categorização na busca pela produção de conhecimento e a identificação de relações que permitam avançar na compreensão do fenômeno investigado, no caso desta pesquisa, a regionalização do turismo, e foi materializado no roteiro da entrevista;
- b) descrição analítica – etapa em que se realiza a análise categorial, submetendo o material a um estudo aprofundado orientado pelo referencial teórico, por meio da codificação, classificação e categorização. Nessa etapa, o processo central para a Análise de Conteúdo consiste na categorização a qual deve ter relação com os objetivos da pesquisa (FREITAS; JANIÉSSEK, 2000; RICHARDSON, 1999; TRIVIÑOS, 1987). Nessa fase, devem surgir os quadros de referência em relação aos pontos de vista dos entrevistados quanto à importância do turismo e sua regionalização;
- c) interpretação referencial – trata-se da reflexão, baseada na intuição, acerca do material obtido. Nessa etapa, entre as várias possibilidades de comparações, tanto de mensagens ditadas por representantes de municípios diferentes quanto de categorias exógenas, ou seja, os conceitos teóricos, bem como a identificação das ideias por respondentes (FREITAS; JANIÉSSEK, 2000).

Por fim, a técnica da Análise de Conteúdo permitiu uma síntese geral das entrevistas, tanto por prefeitura quanto por conjunto da área investigada.

De posse dos relatos impressos das entrevistas, procedeu-se à análise, codificando-se aleatoriamente os respondentes como PM numerando-se de 1 a 17. Esse procedimento foi necessário visando a manter o sigilo assumido com os entrevistados.

Um primeiro aspecto de interesse para esta pesquisa foi verificar o nível de importância que o turismo possui na estrutura administrativa municipal. Isso porque, segundo Boullón (2005), os governos inserem a atividade na sua estrutura conforme a atividade é mais representativa em termos econômicos. Com base nas respostas obtidas, verifica-se que a atividade está vinculada em sete municípios à atividade econômica, atuando interligada com indústria, comércio ou desenvolvimento econômico. Todavia, as ênfases atribuídas ao setor são diferentes; no caso de um município em cujo território a atividade turística é importante, o respondente PM2 alega que a prioridade é dada a esse segmento, uma vez que a indústria e o comércio constituem empresas sólidas e demandam menos serviços do poder público. Em

outro extremo, o respondente PM9 informa que está com a secretaria de indústria e comércio, porém não há um colaborador específico para a atividade. No caso do respondente PM1, verifica-se que o município não prioriza o setor; todavia, ele mesmo é um entusiasta. Segundo seu relato “[...] eu abracei esta causa, não estaria na minha secretaria, o turismo estava bastante esquecido [...] eu estava em outra secretaria [...] quando vim pro planejamento trouxe o turismo comigo.” Em outros municípios (PM3, PM6, PM7), verificam-se secretarias mais específicas, sob a denominação de turismo e desenvolvimento ou o inverso, embelezamento urbano, limpeza pública ou eventos. Nesse caso, somente PM4 alega ter uma secretaria exclusivamente para o turismo. Todavia, nota-se que a ênfase nesses municípios é o turismo. Outro conjunto de respondentes indica que o turismo está vinculado à educação, esporte, cultura ou turismo (PM10, PM16, PM13). Também, duas prefeituras possuem a atividade em nível de assessoria (PM14) e uma alega ter um departamento de turismo (PM11); entretanto, segundo o respondente, não está com pessoas designadas. Nesse caso, quando necessário, as ações são distribuídas pelas secretarias da administração, urbanismo, educação, entre outras. Um município alega não ter secretaria, informando que o potencial do município é pequeno e poucas pessoas atuam na área não justificando a sua existência na estrutura de governo (PM10).

Aos respondentes que alegaram ter uma secretaria, diretoria ou alguém responsável pelo turismo, solicitou-se que indicassem quais as suas principais atribuições. Nesse caso, observam-se duas linhas de atuação, uma voltada ao apoio, elaboração de projetos para embelezamento da cidade, organização de eventos. Para PM5 a função da secretaria é tornar o município turístico. A outra corresponde à divulgação, participação no desenvolvimento de material publicitário, participação em reuniões e feiras e atuação em conjunto com as entidades regionais. No caso de PM13, alega que a preocupação não é com o *marketing* institucional do município, e sim com o desenvolvimento sustentável das atividades. Nota-se que em alguns municípios, onde a atividade foi incorporada à estrutura administrativa mais recentemente, como no caso do respondente PM8, ainda não há uma definição de suas atribuições, ficando mais em ações de participação em reuniões das entidades regionais e em ações pontuais no município.

Os respondentes foram questionados se consideram o seu município turístico. Nesse caso, observam-se três vertentes distintas de pensamento. No caso dos municípios onde há uma frequência significativa de turistas nos hotéis e fluxo de visitantes, os inquiridos afirmam positivamente (PM2, PM4, PM11, PM12). Um dos respondentes justifica a sua resposta alegando que percebe o município como turístico em virtude do número de visitantes e agendamentos de visitas. É um dos municípios onde não há expressiva capacidade de

hospedagem. Outro (PM16) afirma que é turístico pela localização, o que o constitui um corredor para o município de Piratuba, além de afirmar que há possibilidade de desenvolver o turismo interno devido à cultura da comunidade.

Nos municípios em que não há coincidência com grande fluxo de turistas, dois respondentes (PM5 e PM13) afirmam que o seu município é turístico em razão do potencial existente; todavia, alegam que a comunidade ainda não despertou e há necessidade de se atuar com os empreendedores, a fim de aproveitar a oportunidade. Nos demais municípios, de acordo com PM11, PM8, PM9, PM14, as respostas demonstram uma visão de que o turismo ainda não é explorado, mas que apresenta potencial, justificando o seu argumento com a listagem de atrativos existentes no município. Destaca-se, ainda, o respondente PM7 o qual afirma que o turismo é parcialmente importante, pois a força econômica do município é a indústria e o comércio e que o turismo vem gradativamente sendo incentivado. O respondente PM15 alega que o município recebe alguns visitantes, mas por não ter ainda estrutura de hospedagem não o considera turístico. Dois respondentes (PM10 e PM17) alegam que o município não é turístico; o primeiro afirma existirem poucos atrativos e não haver empreendedores interessados; o segundo indica que estão sendo desenvolvidas ações com a finalidade de mudar essa situação e que recentemente foi inaugurado um equipamento que o colocaria futuramente na economia do turismo.

Questionados quanto ao principal potencial turístico dos municípios, nota-se certa diferença entre os respondentes dos municípios cujos fluxos de turistas são mais significativos. Nos casos de PM4, PM6 e PM12, alegam categoricamente que são as águas termais. No caso de PM2, é a cultura, a arquitetura e o aspecto bucólico da cidade. Para PM5 e PM13 são as atividades agroindustriais, um voltado para a indústria do vinho e outro da maçã. Nesse particular, vale destacar o pensamento de PM15 que pretende explorar um atrativo natural. “[...] a gente tem que explorar mais isso [...] o vinho os outros municípios da região também fabricam, e o vinho se não tiver turista ele entrega em outros mercados [...] é um atrativo que o turista tem que vir para praticar o esporte [...]” No caso de PM11, este alega haver dois, um voltado ao turismo religioso que movimentava mais nas romarias e outro natural que atrai pessoas dos municípios vizinhos para acampar. Os respondentes dos demais municípios apresentam um rol de respostas mais no sentido de ações a serem desenvolvidas. PM13 alega que o potencial do município é o tripé estrada de ferro, vitivinicultura e o Rio do Peixe; alega que, se explorados, poderiam desenvolver o turismo no município. Já PM1 defende a história do contestado como um dos focos possíveis ao turismo no município, com o turismo religioso devido à grande quantidade de igrejas espalhadas pelo interior. A respeito

do Contestado, PM5 afirma haver potencial no interior no município; todavia, ainda não é explorado turisticamente. PM7, PM8, PM9 e PM16 informam que há muitos atrativos e que estão trabalhando para seu desenvolvimento. Um deles (PM8) alega que o município poder-se-ia beneficiar, posto que é caminho para Machadinho e Piratuba. Também, nota-se o interesse em desenvolver o turismo rural, explicitamente PM8 e PM17 demonstram que no município haveria esse potencial, todavia ainda é pouco explorado.

Para se ter noção do envolvimento do respondente com o setor e o nível de conhecimento quanto às ações desenvolvidas no município acerca do turismo, questionou-se o respondente quanto a ter conhecimento ou ter participado do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Nesse caso, um respondente (PM2) afirma não conhecer e, ao ser solicitado a informar se tem conhecimento sobre a participação do município em gestões anteriores, alegou que não sabe, pois essas informações não lhe foram repassadas. O PM7 alegou que não conhece e não participou. PM1, PM12, PM13, PM5, PM9, PM11 e PM14 afirmam que conhecem, mas não participaram. Algumas alegações para essa condição é estar na secretaria recentemente e não saber o que foi feito anteriormente; no momento, atuam com municípios vizinhos na tentativa de elaborar um projeto conjunto; participam de alguns fóruns, mas sem resultados práticos. No caso dos respondentes que alegaram conhecer o PNMT, alguns como PM6 e PM8 tratam como se fosse um processo atual e alegam estar se estruturando ainda e participando de ações microrregionais. Apenas PM3 afirma ter participado do programa, destacando as ações realizadas em termos de conscientização, elaboração de projetos de preparação do município (acessos, sinalização, capacitação de empresas). Segundo sua visão foi esse trabalho que contribuiu para que hoje o município receba turistas. Também, PM15, PM16 e PM17 demonstram em suas respostas conhecer os objetivos do programa, indicando o período em que ocorreu e as ações desenvolvidas, mesmo não tendo participado diretamente. No caso do PM17, este alega conhecer o colaborador que atuou na época; era intenção do município inclusive mantê-lo na atividade, porém, por ele não ter passado em concurso, isso não foi possível. Contudo, indica ações desenvolvidas, como trilhas, divulgação que no seu julgamento foi acima da capacidade dos empreendimentos do município. PM16 alega não ter participado, mas encontrou relatórios na Prefeitura e viu as ações realizadas, criação do conselho de turismo; todavia, percebe que não houve avanços, e o conselho não chegou a se reunir mais que duas vezes.

Dos argumentos percebem-se dois aspectos: somente quatro respondentes conhecem efetivamente o que foi o PNMT e seus objetivos conseguindo medir e avaliar seus resultados. Os demais possuem pouca informação sobre esse programa; verifica-se, no caso, a

descontinuidade de ações à medida que mudam as gestões municipais. Isso porque em estudo anterior (FEGGER, 2002) em que o assunto foi abordado, vários municípios que fazem parte desta investigação participaram ativamente do referido programa.

Quando questionados a respeito do programa de regionalização do turismo, apenas duas respostas indicam que o inquirido possui algum conhecimento mais aprofundado do assunto. PM15 afirma que não participa e alega que tem interesse por ser um projeto em nível nacional e que está inserido nas rotas regionais das entidades locais. No caso de PM13, este afirma estar integrado a programas regionais não oficiais e estar interessado em fazer parcerias com municípios onde já há fluxo; informa não ter resultados ainda, pois os convênios foram assinados no ano passado. Também PM1 afirma ter conhecimento devido à participação em uma palestra. Tem encaminhado projetos para a busca de recursos, a fim de direcionar ações pontuais, como museu do Contestado. Esse mesmo viés é percebido nas respostas de PM5, destacando como ações regionais a reativação da estrada de ferro, resgate da história do Contestado; participa das reuniões promovidas na região. Os demais participam de programas regionais em andamento, como a Rota da Amizade, Rota Italiana e reuniões da Fundação de Turismo Vale do Contestado, organização de ações com municípios vizinhos como um núcleo de turismo denominado preliminarmente Núcleo Integrado de Turismo (Nintur) – Lacerdópolis, Ouro, Capinzal e Zortéa ainda em fase de projeto –, Associação dos Municípios Lindeiros a Barragem de Itá – Amulbi. Nesse caso, as respostas convergem para a necessidade de ampliar as opções de atrativos aos turistas; alguns afirmam que há aumento de fluxo em virtude desse fato, como PM3. Quanto aos que alegam não participar, PM7 e PM8 ressaltam não terem sido convidados no último ano; PM10 conhece pouco está mais em contato com a Fundação de Turismo Vale do Contestado; conhece, mas está mais ligado às questões da administração participando quando é convidado (PM11). PM12 alega não ter participado porque na região não há nada organizado. Relata conhecer, mas estava em outra prefeitura e está se inteirando da situação na atual (PM14). Já ouviu falar e alega pressionar a Secretaria de Desenvolvimento Regional para atuar com foco nesse programa, alega não ter parcerias com municípios vizinhos.

No que diz respeito à regionalização, também se verifica um conhecimento superficial e denota-se que poucas ações são realizadas. Nesse sentido, os dados confirmam o entendimento de Beni (2006) de que a ponta não compreende o programa, não havendo projetos de desenvolvimento sustentável do turismo, e sim ações de curto prazo, como a roteirização turística.

Quanto aos entraves ou dificuldades enfrentadas pelo município acerca do desenvolvimento do turismo, as respostas indicam três enfoques distintos e complementares.

De um lado, a indisponibilidade de recursos financeiros das prefeituras que não disponibilizam orçamento para atuar no setor (PM1, PM8); de outro, o ceticismo da população quanto à importância do setor em termos de possibilidade de gerar renda no município (PM1, PM5, PM6, PM10, PM13, PM15, PM16 e PM 17). Vale ressaltar que a maioria desses municípios cujos respondentes afirmam não haver interesse do investidor não possui atrativos que atraiam pessoas de maiores distâncias e muitos não oferecem uma estrutura de hospedagem, sendo uma das queixas dos respondentes. Um deles (PM6) alega ter um bom fluxo e que poderia ser maior se houvesse maiores condições de acomodação dos visitantes.

Algumas respostas dão uma conotação diferente, como a de PM2 dizendo que há pouca participação das pessoas, pois acreditam que por trabalharem no turismo há muito tempo já possuem o conhecimento necessário e não se interessam em se integrar em discussões que possam melhorar cada vez mais o setor. Nos casos de PM3 e PM7, não entendem haver entraves. O primeiro por compreender que é um processo lento, mas em crescimento. Alega que há dificuldade de investimentos, para os quais já elaboraram projetos para melhorar a integração das empresas ao turismo, citando a casa do artesão que está em edificação no município. Vale destacar partes de sua fala: “[...] falta alguma coisa, mas não é muito, nós já fizemos um termo aditivo deste projeto e já foi aprovado que este centro de comercialização de produtos artesanais, ali vão ter todos os vinhos, a dificuldade que a gente tem hoje é que o turista, como é a capital catarinense do vinho, ele quer levar mais marcas, e não ir até todas as vinícolas, ele tem pouco tempo para ficar aqui [...]” O segundo alega realizar parceria com agência de viagem do município que possui maior volume de turistas na região, objetivando complementar o turismo daquele município. PM4 demonstra preocupação com o crescimento desordenado, informando que já foi elaborado um plano diretor. Outro entrevistado (o PM9) alega que falta uma secretaria específica para cuidar do setor. E, também, a falta de divulgação que não atrai maior número de visitantes, reconhecendo que há pouco investimento do município nesse quesito (PM11). Ainda, PM12 alega não haver uma organização regional para integrar os municípios que atuam no segmento de águas termais, e isso leva ao desenvolvimento de ações isoladas.

Em linhas gerais, os responsáveis pelo turismo nos municípios demonstram que se interessam e se empenham em desenvolver o turismo. Muitos enfatizam o esforço feito para motivar a sua comunidade a acreditar que o turismo é um bom negócio; frustram-se pela exígua resposta em termos de investimento dos empreendedores da localidade.

À luz das respostas, conclui-se que os respondentes entendem que a regionalização do turismo é uma alternativa para o aumento do fluxo de turistas em seu município. Todavia, há pouca

aderência ao programa oficial, pois, em boa parte, nota-se a atuação em alternativas pontuais. Outro aspecto que vale a pena ressaltar é o pouco envolvimento do setor empresarial, posto que, quando questionados acerca do conhecimento ou participação no Programa de Regionalização do Turismo, quase que a unanimidade dos empresários diz não conhecer (Tabela 15).

Os respondentes do setor privado foram solicitados a indicar se participavam de reuniões relacionadas à regionalização do turismo. Para isso, foram apresentadas algumas alternativas para a sua escolha: nunca participou nem ouviu falar sobre isso; já ouviu falar, mas não participou; participou algumas vezes, mas não vislumbrou resultados efetivos para a empresa; participou algumas vezes e percebe benefícios para a empresa; participa sempre que é convidado.

Para facilitar a visualização na Tabela 15, foram sintetizadas as respostas acumuladas por atividade desenvolvida pelos respondentes (atrativos, hospedagem e alimentação). É fácil verificar nos dados que a metade dos respondentes alega nunca ter ouvido falar e a outra metade que ouviu não tem participado de reuniões para tratar desse assunto.

Tabela 15: Participações de reuniões acerca da regionalização pelo setor privado

Opções de resposta	Atrativos	Hospedagem	Alimentação
Nunca participou nem ouviu falar	31	33	56
Ouviu falar, mas não participou	44	29	35
Participou algumas vezes sem resultados	13	6	4
Participou algumas vezes com resultados	16	8	6
Participa quando é convidado	5	3	1

Note-se que quanto aos atrativos há uma proporção em número absoluto de inquiridos que alegam ter participado algumas vezes, alguns com percepção de resultados positivos e outros não. Os respondentes não foram questionados acerca da razão de não participação, quando mencionaram ter conhecimento sobre a existência do programa; isso poderia atribuir algum subsídio para confrontar com as alegações dos gestores públicos quanto à dificuldade de obter a participação da iniciativa privada.

4.5 REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – UMA ABORDAGEM COMPLEXA

A fim de realizar a análise dos dados de acordo com o pensamento complexo, tencionando identificar e classificar os espaços turísticos com base nos conjuntos que se formam a partir da localização, da acessibilidade e da integração entre os atrativos turísticos existentes no território, retomam-se os dados nesta subseção. Trata-se, portanto, da síntese das

análises anteriores, sobrepondo-se os diversos conjuntos espaciais formados a partir das variáveis, localização dos elementos turísticos na área, distância entre eles, locais frequentados pelos turistas, relações entre agentes envolvidos com o turismo na região.

Ao se tomar o turismo como atividade realizada por pessoas fora de seus locais de residência habitual e que por essa razão demanda a criação de estruturas, a fim de atendê-las em suas necessidades básicas (MIDDLETON; CLARKE, 2002), verifica-se que se trata de um fenômeno complexo. Ao considerar-se que a complexidade envolve um conjunto de processos de agregação, adaptação e auto-organização (REBELO, 2004), entende-se que os sistemas se formam pela interação de agentes, não somente com o meio físico, mas também com aspectos psicossociais. Assim, consoante Lacoste (1988), de que para se elaborar estratégias mais consequentes há necessidade de verificar a distribuição no espaço dos diversos elementos e em consequência disso definir regionalizações mais adequadas aos propósitos dos agentes interessados, entende-se que o mapeamento dos diversos conjuntos de relações existentes no espaço é o método mais adequado para se compreender a regionalização do turismo (CAPRA, 1996; MATURANA; VARELA, 2001).

Sob essa perspectiva, com base nas discussões anteriores, podem-se obter algumas conclusões. A primeira é a questão da delimitação de uma área para o desenvolvimento do turismo. Para tanto, um primeiro ponto é identificar a existência de atrativos e agrupar os municípios com base nesse pressuposto. Isso leva à identificação de municípios com potencial e sem potencial, coadunando com Boullón (2002), que haverá espaços turísticos e não turísticos. Todavia, a simples identificação ou inventário da existência desses elementos, sem considerar o interesse do turista, incorre na possibilidade de criar empreendimentos inadequados ou fadados ao insucesso.

Nesse caso, segundo o Mapa 3, verificam-se conjuntos distribuídos por todos os municípios da área de abrangência da pesquisa. Contudo, ao se observar o interesse dos usuários, verifica-se que há concentração de visitas a apenas alguns deles, demandando a necessidade de hierarquização desses atrativos. Nesse caso, pensando-se no processo de agregação, formam-se alguns agregados distintos. Observando-se as demandas para os locais, verifica-se que há concentração de estruturas para hospedagem em alguns deles e de alimentação em praticamente todos os locais (Mapas 4 e 5). No caso em que os atrativos são de maior interesse para o turista, os municípios possuem pequena população, mas equipamentos de hospedagem similares aos de população maior. Trata-se de viajantes diferentes e que apresentam interesses e necessidades diferentes. No caso dos municípios que recebem turistas, agrega-se um amplo conjunto de equipamentos (atrativos) demandando o

surgimento de adaptação de locais, como a criação de parques, estruturação de empresas, que atuam de maneira diferente, caso queiram se acoplar ao sistema turístico. Assim, verificam-se os processos de adaptação, por exemplo, Treze Tílias, com a crescente criação de atrativos. Também, se o interesse é receber turistas e se o ambiente local apresenta o tipo de atrativo que leva o turista a querer visitar o maior número deles, conforme explica Boullón (2002), há necessidade de ampliar a área de abrangência, facilitando a integração de atrativos localizados em municípios vizinhos. Nesse caso, se observar o fluxo de turistas no Fluxograma 1, verifica-se que há maior densidade no entorno desse município. Isso ocasiona a necessidade de maior interação entre os agentes do turismo, o que pode ser visualizado no Sociograma 1, demonstrando maior nível de relacionamento entre atores residentes na mesma localização. Se o turismo se desenvolve a partir de um atrativo que atende ao interesse de praticar a mesma atividade por parte do turista, leva à existência de um agregado com atrativos mais escassos, mas a construção e surgimento de mais atividades de lazer. Nesse caso, também, haverá menor desejo de se deslocar por parte do turista, o que pode conduzir a menor circulação entre os municípios localizados no entorno de Piratuba e, conseqüentemente, menor nível de relacionamento entre os agentes.

No caso dos municípios com maior população, observa-se que eles possuem poucos atrativos, mas um conjunto significativo de meios de hospedagem. Entende-se que o interesse do usuário dos hotéis é a prestação de um serviço e os equipamentos estão organizados para atender esse público. O que ocorre, segundo a teoria da complexidade, é um processo de recursão, por meio do qual os sistemas se auto-organizam. Nesse sentido, se a demanda é de representantes comerciais ou prestadores de serviços, devido à concentração de atividades em algumas aglomerações urbanas, fazendo com que assumam o papel de polarizadores, conforme demonstra Brandão (2007), e já amplamente discutido por autores clássicos, embora pareçam ser os mesmos conjuntos de atividades, hospedagem e alimentação, os sistemas locais se auto-organizam em virtude das interações com os usuários, uns para atender o turista agregando mais atividades de lazer que outros.

Tomando-se esse mesmo modelo de pensamento, analisando-se a questão das vinícolas e tomando-se o exemplo de PM3, o município está próximo a Treze Tílias, não possui infraestrutura hoteleira, porém constitui um grande produtor de vinho no estado de Santa Catarina. Pelo relato do entrevistado, observa-se que é do interesse do turista adquirir vinho, tanto é que o fluxo de visitantes é considerado significativo. Todavia, as vinícolas para receberem os visitantes, dado os seus interesses específicos, precisaram se adaptar para recebê-los. Nesse caso, a Vinícola da Serra precisou criar toda uma infraestrutura que não existe na

maioria das vinícolas da região. Segundo dados coletados, apenas três ou quatro vinícolas são citadas como locais de visitação pelo turista, embora conforme o relato de PM3, existam 22. Essa adaptação ocorreu pela interação com o turista e foi sendo auto-organizado à medida que houve um processo de recursão ao longo do tempo, visto que, segundo se percebe, iniciou com as ações do PNMT há mais de uma década. O pensamento comum levaria e leva os demais a pensar que, para se integrar ao sistema turístico, bastaria que as demais vinícolas fizessem o mesmo. Todavia, isso pode ser limitado pelo próprio interesse do turista. Como visto no argumento de PM3, o município está construindo um centro comercial para vender o vinho da região, pois o turista quer levar todas as marcas de vinho; no entanto, não quer visitar todas as vinícolas. Nesse caso, ocasiona nova reorganização; algumas vinícolas continuarão a se desenvolver para receber turistas, porquanto há interesse em conhecer o processo produtivo, mas não haveria espaço para muitas. Isso não significa que as demais não possam participar da economia do turismo, posto que venderiam sua produção via centro comercial.

Voltando às questões da espacialização, observa-se que os municípios que possuem pouco fluxo, provavelmente por possuírem atrativos de menor hierarquia, classificam-se como centros de diversão e atendem à comunidade local. Ao analisar o modo de pensar de todos os agentes públicos, pelos seus relatos na entrevista, em sua maioria, pretendem que seus municípios constituam centros turísticos, que atraiam fluxos significativos de pessoas e criticam os empreendedores locais e a comunidade por não perceberem essa possibilidade. Ocorre que, se o modo de produção hegemônico instalado no país é o capitalismo, implica que haja interesse do capital em valorizar esses espaços, e isso leva à necessidade de investimentos que tragam retorno. Nesse sentido, podem ocorrer problemas, inclusive frustrações, de ambas as partes. Se por um lado o empreendedor investe, como no caso de CCDAA14, o qual alega não atender mais o turismo, porque não tem fluxo suficiente. Por outro, também frustra o gestor de turismo, pois, na sua concepção, o município tem potencial se comparado aos demais. Todavia, não é percebido que em razão das escalas de relacionamento, do interesse do turista, o município tem potencial para compreender centro de lazer. Isso fica evidente ao se verificar os frequentadores dos vizinhos de CCDAA14, CCDAA15, CCDAA12, quando indicam que seus principais usuários se originam dos municípios de Itá, Irani e Seara, portanto limítrofes ao município. Nesse sentido, talvez o tipo de atividade desenvolvida por esse ator não se agregue ao sistema, fazendo com que não persista no tempo. Se observar o mapa sociométrico, o nível de relacionamento entre eles é pequeno, embora haja um bom fluxo de visitantes. Um exemplo é o caso de LZNAA2 que vem-se desenvolvendo nos últimos anos, porém seu público consiste essencialmente de residentes em Joaçaba, Herval d'Oeste e também de Treze Tílias. No caso

deste município, Treze Tílias, que pode ser considerado um centro turístico, cabe ressaltar que parte é de turistas que aproveitam para visitar o equipamento LZNAA2, a outra, porém, constitui moradores deste município.

Assim, retomando o conceito de demanda apresentado no referencial bibliográfico, como no setor de serviço o consumo ocorre no momento da sua produção, há diferentes configurações de demanda. No caso devido à interação entre os diversos tipos de clientes, formam-se agregados diferentes. Logo, vale notar que se mesmo os municípios considerados turísticos possuem uma frequência significativa de usuários oriundos de regiões próximas, a tendência é diminuir o percentual à medida que se afasta dele (do centro turístico). Esse aspecto pode ser explicado pelo fato de que a distância é um fator essencial ao turismo, como explica Petrocchi (2001). O autor enfatiza que esse ponto deve ser considerado no planejamento do turismo, essencialmente a se considerar os fluxos mundiais de turismo, demonstrando que em torno de três quartos dos turistas, de todos os destinos do mundo, têm sua origem em países próximos. O outro fator é a renda, seguido da aglomeração urbana. Assevera o autor que o fator distância é atenuado pelo nível de renda do local emissor, ou por ações de *marketing*. Nesse caso, deve-se lembrar que *marketing* não consiste apenas em promoção e propaganda, mas inicia desde a preparação do produto com vistas a atender às necessidades dos clientes (KOTLER, 2000).

Outro aspecto que convém discutir é o fato de um município se inserir no sistema turístico não como destino, mas como corredor de traslado. Como visto, há deslocamentos entre os diversos centros turísticos e de excursão, o que fatalmente leva à necessidade de atravessar o território dos demais municípios. Nesse caso, mesmo não tendo atrativos que motivem a vinda exclusiva, podem atender às necessidades dos viajantes. Aqui, há uma imensa perspectiva para o turismo rural e comercialização de produtos regionais.

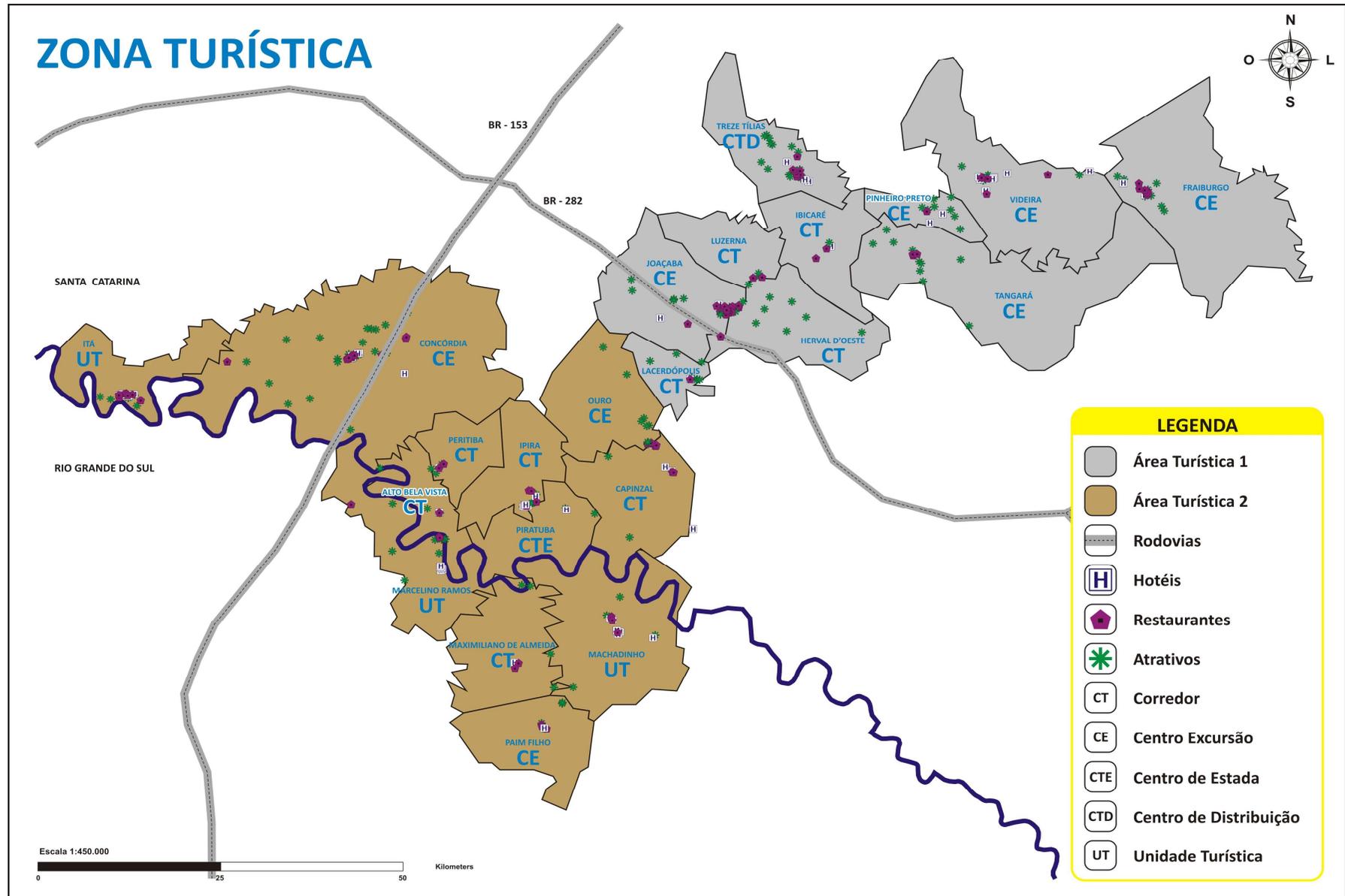
Essa análise foi realizada com base nos fluxos e relacionamentos entre os atores locais. Todavia, ao se solicitar aos respondentes que indicassem a origem e destino dos seus usuários, surgiu um aspecto inesperado e que contribuiu para ampliar o nível de entendimento do turismo com base na teoria da complexidade. Observou-se que grande parte dos respondentes não soube indicar de onde vinham os seus usuários (pretendia-se que indicassem outros atrativos, hotéis ou restaurantes, localizados no espaço interno do município ou região). Todavia, indicaram outras cidades mais frequentes, e aí surgiu a possibilidade de verificar a inserção dessa região em um sistema nacional ou estadual de turismo. Esse fato fica evidenciado no fluxo de turistas, pois, além de indicar que há algum deslocamento interno de visitantes, entre os atrativos dos diversos centros, também há referência à Serra Gaúcha, tradicional destino turístico do Estado do Rio Grande do Sul, como também de roteiros do Litoral Catarinense e da Serra Catarinense. Nesse

caso, pode-se inferir que a região, ou especialmente os municípios da região, podem também exercer o papel de corredores de estada, visto que servem de opção de parada entre um local emissor e outro receptor, conforme explica Boullón (2002).

Vale notar que entre os municípios de Marcelino Ramos, Machadinho, Piratuba e Itá, embora menor, há certo fluxo de deslocamento. Existe a ligação ferroviária, todavia parece que esse fluxo não se refere somente a esse tipo de transporte, por ser também um atrativo. Se a alegação dos respondentes for verdadeira, de que em torno de 15% a 20% dos visitantes do local se deslocam para os demais municípios, na prática do turismo, há deslocamentos entre esses municípios, mesmo explorando um tipo similar de turismo (águas termais). Se isso ocorre, pode-se inferir que é uma forma de agregação. O que pode impedir maior integração entre esses centros, de um lado, pode ser a visão da competitividade entre as empresas e, de outro, a dificuldade de deslocamento, já que se o turista quiser sair de Piratuba e ir a Machadinho por asfalto, precisa-se deslocar via Maximiliano de Almeida e Paim Filho. No caso de Piratuba a Marcelino Ramos, deveria ir a Erechim. Porém, é facilmente perceptível no mapa que esses municípios são limítrofes. Uma questão que fica é: caso esse acesso fosse facilitado, via pavimentação, não poderia aumentar a circulação de turistas nessa área? Basta saber que, para se deslocar de Piratuba (SC) a Marcelino Ramos (RS), há necessidade de percorrer um caminho de terra de não mais que 15 quilômetros.

Um aspecto que demonstra que a região é também um corredor de traslado corresponde à indicação dos respondentes de Joaçaba quando alegam que atendem argentinos no seu deslocamento ao Litoral Catarinense. A respeito do planejamento do turismo, parece que considerar esses aspectos pode trazer mais clareza aos gestores tanto do setor público quanto do privado, ao elaborarem suas estratégias. Nesse caso, segundo a prática do turismo, emergem aspectos mais específicos que permitem pensar a atividade e elaborar estratégias mais condizentes com a realidade. Entende-se que, se o interesse da Política Nacional de Turismo é instigar o planejamento estratégico do turismo visando à oferta de produtos turísticos mais competitivos, a regionalização elaborada pelos atores sociais envolvidos torna-se limitada ao não considerar a prática da atividade, visto que há uma integração entre municípios, via deslocamento de turistas, entre as regiões Vale do Contestado (SC) e Hidrominerais (RS). Nesse caso, poderiam ser delineadas estratégias sem considerar o interesse dos turistas, levando-se a ações pouco eficazes em termos de melhoria do sistema turístico.

Assim, propõe-se uma regionalização, que considera a complexidade da atividade turística, integrando os municípios onde ocorre a prática do turismo. Essa regionalização pode ser observada no Mapa 7.



Mapa 7: Regionalização proposta para o planejamento estratégico do turismo

Uma vez que o número de atrativos é suficiente, acima de 20, e foi constatada a existência de dois centros turísticos, entende-se que os 22 municípios que se constituem na abrangência desta pesquisa compreendam uma zona turística, a qual poderia ser dividida em duas áreas.

A primeira área, demarcada no Mapa 7 com a cor cinza, teria como centro o município de Treze Tílias, classificado como Centro de Distribuição (marcado no mapa como CTD), em virtude do seu tipo de atrativo principal, o qual não instiga no turista o interesse de frequentá-lo muitas vezes ao longo de sua estada na região, e sim visitar o máximo possível de atrações. Em razão de haver nessa área municípios que recebem visitantes, todavia, em seus meios de hospedagem, não se verificam usuários classificados na categoria de turistas; os municípios de Joaçaba, Pinheiro Preto, Tangará, Videira e Fraiburgo seriam classificados como Centros de Excursão (anotados no mapa com CE). Os demais municípios, em cujo território não se verificou um fluxo significativo de turistas, no entanto, para acessar os demais municípios, há necessidade de transitar por seu território, Lacerdópolis, Luzerna, Herval d'Oeste, Ibicaré, foram classificados como Corredor de Translado (anotados no mapa com CT).

A segunda área, demarcada no Mapa 7 com a cor marrom, teria como centro o município de Piratuba (marcado no mapa como CTE), assumindo o papel de Centro Turístico de Estada, em razão de o seu atrativo principal motivar a frequência diária dos visitantes. Nesse caso, devido aos atrativos que apresentam e à frequência de turistas, os municípios de Concórdia, Ouro e Paim Filho poderiam assumir o papel de Centros de Excursão, anotados no mapa como CE. Foram classificados, ainda, nessa área os municípios de Itá, Marcelino Ramos e Machadinho como unidades turísticas (marcados no Mapa 7 como UT), já que se organizam em torno da exploração de águas termais, porém o fluxo de turistas que circulam pela região, tomando como ponto de partida essas unidades territoriais, não é expressivo para considerá-los como centros. Os demais municípios, Peritiba, Ipira, Alto Bela Vista, Capinzal e Maximiliano de Almeida, devido à necessidade de deslocamento por seu território para acessar os demais municípios, poderiam ser considerados como corredores de translado, marcados no mapa como CT.

Considerando-se essa nova demarcação do território, seria possível analisar a cadeia produtiva do turismo e identificar as necessidades de seu adensamento, bem como integrar o sistema turístico aos demais sistemas produtivos circunscritos nesse território. Enfim, permitiria realizar um diagnóstico mais adequado da realidade, a fim de se elaborar estratégias ao desenvolvimento do turismo, bem como selecionar os atores sociais que poderiam contribuir para o planejamento estratégico da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desta pesquisa se insere no debate sobre o desenvolvimento regional, tomando como foco a regionalização para o desenvolvimento do turismo. Ao longo deste texto foram discutidos os aspectos teórico-metodológicos e apresentados os dados que possibilitaram compreender com mais propriedade o processo de regionalização na área investigada. Delimitou-se a questão central que levou à realização desta tese e sua contribuição ao avanço do conhecimento na área, bem como avaliação das limitações inerentes ao estudo, encaminhando para novas oportunidades de pesquisas sobre o tema.

Como já destacado, a regionalização do turismo é proposta pela Política Nacional de Turismo como alternativa para aumentar a competitividade dos produtos turísticos do país, por meio da integração e interação entre atrativos e empreendimentos distribuídos no território, facilitando a gestão e comercialização do produto turístico nacional. Por essa razão, foram elaboradas diversas regionalizações com vistas ao planejamento estratégico do turismo, as quais não se assemelham a outros tipos de regionalizações já existentes, como as propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), associações de municípios, entre outros, seguindo assim as premissas da referida política. Todavia, conforme Beni (2006), apesar de tecnicamente constituir uma proposta correta do Governo Federal, a execução do programa em outras instâncias governamentais (estadual e municipal) mostra-se inadequada ao alcance dos seus objetivos.

Diante do exposto, realizou-se esta pesquisa adotando como referencial teórico a espacialidade diferencial (LACOSTE, 1988), segundo a qual, para se elaborar estratégias eficazes, deve-se observar como se concretiza no espaço o objeto de interesse, no caso deste estudo, o turismo. Visto que, conforme o autor, a premissa básica para se proceder à análise consiste em observar a prática da atividade, adotou-se como vetor principal o deslocamento de pessoas cuja motivação de viagem seja o lazer e entretenimento, entendendo-se que esse fato constitua a prática do turismo. Em virtude do amplo número de variáveis envolvidas na análise, entendeu-se que a abordagem da teoria da complexidade seria mais adequada à investigação pretendida.

Assim, foi possível analisar a regionalização do turismo na área de influência dos municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC), considerando a distribuição espacial dos atrativos existentes, o fluxo das atividades turísticas e a interação entre os agentes locais envolvidos com o setor.

Constatou-se que, ao observar esses critérios, especialmente a prática do turismo medida pelo deslocamento dos turistas, a configuração espacial do setor tendo como base esses dois municípios não coincidiu com a regionalização proposta pelo Ministério do Turismo. Observou-se que ocorreu uma aglutinação de municípios pertencentes às regiões Vale do Contestado (SC) e Hidrominerais (RS), somando 22 municípios: quatro do Rio Grande do Sul e 18 pertencentes ao Estado de Santa Catarina. Ao longo desse espaço, formam-se vários conjuntos cuja agregação resultou da relação entre a potencialidade dos atrativos em atender aos interesses dos turistas, como também da incorporação de facilidades construídas para que o espaço possa ser consumido.

No que diz respeito aos objetivos específicos, foi possível verificar que todos os municípios possuem atrativos; todavia, considerando a prática do turismo, somente alguns deles se configuram como turísticos devido ao perfil do fluxo que recebem. Nesse sentido, ocorre no território investigado o que assevera Boullón (2002). Em virtude da distribuição dos atrativos, há no espaço localidades turísticas entrecortadas por áreas em que a atividade inexistente. Assim, à medida que a recursividade entre os elementos do sistema turístico se adensa, surgem diversos conjuntos os quais podem ser classificados de acordo com o nível de relacionamento com turistas oriundos de locais mais ou menos distantes, como centros turísticos (de distribuição Treze Tílias, de estada Piratuba, de excursão de Pinheiro Preto, Tangará, Videira, Fraiburgo, Concórdia, Paim Filho), ou conformações menores como unidades (Marcelino Ramos, Machadinho, Itá). Quanto aos demais municípios, enquadram-se potencialmente como corredores de traslado; todavia, para que desempenhem efetivamente esse papel, demandam investimentos no que diz respeito ao atendimento às necessidades dos viajantes (Mapa 7). Vale lembrar que essa condição não é permanente, à proporção que as relações se adensam e esses agregados se auto-organizam, eles evoluem e, com o tempo, passam a desempenhar outro papel na espacialidade do turismo regional. Em razão da interação com a demanda, esses agregados dinamicamente mudam de configuração. Se foi apreendido o que ensina Boullón (2002), que devido à característica do serviço, cujo consumo ocorre concomitantemente com a sua produção, sua configuração se altera à medida que se substituem os usuários. Assim, um mesmo espaço que determinado momento do tempo compreende centro de estada para um grupo de turistas, também se pode configurar centro de excursão para outro. Esse fato fica evidenciado observando-se que, em virtude da proximidade das aglomerações turísticas na área, há deslocamento entre eles. Além disso, à proporção que o sistema se incorpora a um sistema estadual ou nacional de turismo, pode

desempenhar o papel de corredor de estada. Trata-se, portanto, de uma questão complexa e a sua compreensão implica produzir estratégias mais eficazes ao desenvolvimento do setor.

No caso do relacionamento entre os agentes locais, obtido por meio da sociometria, verifica-se que tanto entre municípios quanto entre agentes dos próprios municípios a tendência é de isolamento. Quando há relacionamento, este acontece via instituições, como prefeituras ou órgãos representativos de classe, nem todos pertencentes ao setor, visto que a maioria compreende instituições representativas empresariais, cujos interesses estão em melhorar do comércio (Câmaras de Dirigentes Lojistas) e o comércio e a indústria (Associações Comerciais e Industriais). Esse aspecto passa a ser importante, pois, como visto no referencial teórico, o turista não se desloca a um destino com o propósito de se hospedar ou alimentar, e sim praticar uma atividade que lhe proporcione lazer. Assim, a sua satisfação, conforme Petrocchi (2001), depende da sua interação com os diversos equipamentos no momento do consumo (hotéis, restaurantes) e instalações (piscinas, vinícolas) que utiliza ao longo de sua estada no destino. Se não há articulação entre os agentes que produzem o turismo como garantir a qualidade? É desse conjunto de fatores que ocorre a possibilidade de retorno do turista, bem como a divulgação do local. Para utilizar a linguagem da complexidade, ocorreria a recursividade, a retroalimentação do sistema e, conseqüentemente, a sua evolução. Nesse caso, verifica-se que algumas instituições se preocupam com a possibilidade de desenvolver o turismo; todavia, como ocorre nas prefeituras, o empenho depende da representatividade, ou seja, da importância econômica que o setor possui na localidade. Mesmo ocorrendo essa tendência ao isolamento, observa-se que surgem algumas pessoas ou instituições que assumem a condição de liderança e, em vista do seu relacionamento intermunicipal, podem auxiliar na aproximação entre os diversos agentes dispersos no espaço. Depreende-se que esse fator é importante se a intenção é constituir um sistema regional de turismo. Supõe-se, pelos argumentos de Bastin (1966), quando afirma que alguns privilegiados recebem um maior número de citações, que esse fato constitui a própria dinâmica de grupos. No caso, torna-se relevante verificar se esses agentes possuem projetos e são efetivamente capazes de incidir no curso dos acontecimentos da localidade ao se promover ações visando ao desenvolvimento do turismo, conforme indica Boisier (2003).

Quanto ao deslocamento de turistas entre os municípios, verificou-se que há fluxos tanto internos à área de abrangência da pesquisa quanto externos a ela. Vale notar que a classificação de um espaço, conforme Boullón (2002) e já discutido anteriormente, depende justamente do índice de turistas que recebe e da origem destes. Portanto, não basta a existência de atrativos, é preciso verificar se esses atrativos conseguem atrair visitantes em

número suficiente, especialmente se motivam deslocamentos originários de localidades mais distantes. É em razão desse relacionamento entre o interesse do turista e a possibilidade da matéria-prima do turismo (atrativo) que demanda a construção de empreendimentos e instalações conduzindo ao desenvolvimento e evolução do sistema turístico local/regional. Nesse caso, ocorre a prática do turismo, e a regionalização elaborada por esse prisma pode conduzir ao delineamento de estratégias mais consistentes, pois é possível verificar como essa força se concretiza no espaço, como defende Lacoste (1988). Reforça-se, assim, o argumento já tratado quando se abordou a questão da distribuição espacial do turismo nos parágrafos anteriores. A região pode desempenhar o papel de corredor de estada ou destino turístico, compreendendo centro de estada, de distribuição. Contudo, essa configuração não é fixa, depende do momento e da intensidade da interação e com qual tipo de demanda ocorre a interação. Os próprios municípios, dada a configuração da demanda, formam agregações diferentes, ora como centros de estada, ora como centros de excursão.

Quanto à visão dos gestores municipais sobre a regionalização do turismo, observa-se que, em primeiro lugar, a região parece padecer da descontinuidade, comum no país. A cada eleição, muda o governo e se inicia outro processo. Independentemente desse fato, verifica-se que a visão predominante entre esses agentes é a de que cada município pode constituir um destino turístico, o que leva à tomada de decisões e elaboração de estratégias que frustram, em muitos municípios, tanto os próprios responsáveis do setor público quanto os integrantes da iniciativa privada. Nesse caso, verificou-se que os gestores públicos, envolvidos com as questões do turismo, em sua maioria, não possuem conhecimento mais preciso da política nacional. Demonstrem, pelos seus argumentos, estarem preocupados em promover a atividade em seus municípios. Todavia, não conseguem compreender o processo de formação dos sistemas turísticos e, em razão disso, não vislumbram outras possibilidades de integração ou enlace com o sistema turístico, que não a criação de atrativos turísticos em seu território. Isso ocasiona, além dessa pretensão, a articulação com municípios vizinhos, no intuito de estruturar roteiros regionais. Dessa forma, a visão que sustenta as decisões é a contiguidade de espaço, sem o questionamento se efetivamente essa estratégia se sustenta em termos de melhoria da hierarquia do produto por eles elaborado e ofertado ao mercado, por exemplo, algumas rotas turísticas que não se sustentaram, algumas ainda em projeto e outras recebendo investimentos como sinalização e especialmente divulgação.

Observa-se, nesse contexto, o que Knafou (1999) destaca, ou seja, o fato de o turismo ser planejado a partir do interesse dos planejadores, sem considerar o interesse do turista, o que pode explicar a debilidade de seu desenvolvimento. Vale lembrar que a integração de uma

atividade produtiva a um sistema econômico depende das forças coercitivas da concorrência, o que impõe seletividade ao operar nos espaços, como explica Brandão (2007). Nesse sentido, cada município, atribuídas as condições impostas pelo seu potencial turístico em termos de atender aos interesses do turista, em seu nível de investimento em termos de preparação do produto, assumiria conformações diferenciadas em termos de competitividade. Dito de outra forma, teria condições diferentes de se enlaçar a um sistema turístico regional ou, ainda, decidir com maior propriedade até que ponto é possível ou interessante incentivar a sobreposição de mais uma atividade em seu território, visto que há um conjunto de atividades exploradas no município, como a agricultura, a agroindústria ou outras possibilidades que o ambiente socioeconômico disponibiliza para potencializar o desenvolvimento regional. Assim, vale questionar se as dificuldades enfrentadas para a regionalização do turismo apontadas por Beni (2002) não são causadas pela tentativa de explorar o turismo em espaços não turísticos ou nem mesmo potencialmente turísticos.

Assim, acredita-se ter alcançado os objetivos desta investigação, pois foi possível configurar uma regionalização com base nas premissas propostas para a pesquisa. Vale destacar a contribuição de Lacoste (1988) ao sistema conceitual que norteou este estudo. Seu argumento de que há superposição de conjuntos em determinada área e que para a eficácia na compreensão da complexidade do espaço terrestre e, por consequência, pensar estrategicamente, evitando incorrer em erros, deve-se fundamentar a análise na observação desses diversos conjuntos que podem ser formados e isolados pelo raciocínio, o que pode levar a uma configuração não coincidente com uma regionalização elaborada *a priori*. Por melhor que tenha sido elaborada tal regionalização, ela atende ao interesse e à finalidade para a qual foi demarcada; tomá-la como definitiva e útil para atender a outro objetivo pode levar à elaboração de estratégias inconsistentes. Quanto à abordagem da complexidade, permitiu pensar e compreender o dinamismo das relações que ocorrem em determinado espaço. Assim, percebe-se que embora haja elementos fixos em determinada área, no caso do turismo, hotéis, restaurantes, atrativos, os agregados formados devido à sua relação com os usuários e seus interesses são distintos. Logo, configuram-se e reconfiguram, à medida que essas relações ocorrem, e por meio da recursão e auto-organização o sistema formado evolui e se sustenta ao longo do tempo.

Com base no estudo empreendido, apresentam-se algumas considerações de caráter mais geral. No que concerne à regionalização para fins de planejamento e comercialização integrada da atividade turística, tomando-se como território as áreas demarcadas para o Ministério do Turismo, infere-se que se pode incorrer em erros. Considerando-se que uma vez

delimitadas as áreas de abrangência do planejamento, a análise para fins de elaboração estratégica consista em discutir com os atores nela circunscritos, haveria a possibilidade de inserção de municípios não turísticos. Evidenciou-se neste estudo que mesmo em 22 municípios há espaços não turísticos, ou que assumem distintas configurações espaciais. Isso permite que os municípios se integrem de distintas formas ao sistema, ou mesmo reconheçam que não possuem potencial para tal.

Visto que na visão de grande parte dos representantes do poder público municipal é possível desenvolver o turismo em seu território, e como as regionalizações elaboradas para atender à Política Nacional de Turismo supostamente seriam tomadas como definitivas, infere-se que o planejamento do desenvolvimento do turismo consideraria a sua abrangência; nesse sentido, poderia levar a estratégias inadequadas. Para exemplificar esse argumento, observa-se que, com os dados empíricos levantados nesta pesquisa, não é possível identificar nenhum tipo de fluxo turístico seguindo em direção a Canoinhas, Porto União em Santa Catarina ou Almitante Tamandaré, Sertão no Rio Grande do Sul (para citar alguns). Na realidade, não se percebe nenhum tipo de relacionamento entre atores domiciliados em municípios alheios à área demarcada por esta pesquisa; no entanto, fazem parte das regionalizações demarcadas para a criação de produtos turísticos objetivando aumentar a oferta turística do país.

Nessa mesma linha de raciocínio, ressalta-se que mesmo havendo algum tipo de relacionamento, especialmente fluxo de turistas entre municípios localizados nas duas regiões definidas pelo Ministério do Turismo, o planejamento estratégico com vistas à proposição de produtos turísticos para comercialização, bem como a estratégia de comunicação, ficaria circunscrito ao território previamente definido para a Região Vale do Contestado (SC) e para a Região Hidrominerais (RS). Nesse caso, elaborar-se-ia sem considerar a integração do turismo, pois, para o turista, não ocorrem essas delimitações e isso poderia limitar o desenvolvimento do turismo na área investigada.

Vale mencionar ainda alguns aspectos de cunho metodológico que emergiram durante e após a elaboração do estudo, e que é interessante comentar caso outro pesquisador deseje labutar na mesma seara. Em primeiro lugar, a necessidade de se delimitar espacialmente a pesquisa conforme preconizado pela metodologia (GIL, 2002) se torna irrelevante, pois a prática da atividade, no caso do turismo, conduziu o estudo para outras áreas não previstas. Nesse caso, é importante ter clareza do ponto de partida, uma vez que se pretende regionalizar com base na prática do turismo. Assim, é necessário identificar um município que possua certa estrutura turística para mapear os fluxos que ocorrem a partir dele. Isso implica clareza e

atenção ao alerta de Capra (1996) e Maturana (2001) quanto à definição do que está dentro ou fora do sistema. Portanto, a conceituação clara do objeto passa a ser essencial. O que se percebeu ao longo da execução da pesquisa é que o foco na atividade (prática do turismo) levou quase que naturalmente a um fechamento do espaço a ser investigado. O que ocorre é que mesmo em municípios vizinhos, como Zortéa, Cacique Doble, São João da Urtiga, são encontrados atrativos os quais são frequentados por moradores locais e de municípios vizinhos. Nesse caso, poderiam ser classificados como centros de diversão e não se configurariam, no momento desta pesquisa, como turísticos. O corte feito pela característica do usuário e a consideração do conceito de turismo foram fundamentais para chegar a essa regionalização, evitando-se aumentar a área indefinidamente.

Em segundo lugar, deve-se atentar para as unidades de análise, especialmente no turismo que abrange uma infinidade de atividades, sob pena de incluir indefinidamente agentes no setor. Caso isso não seja feito, corre-se o risco de se pensar o setor de forma inadequada. Mesmo em municípios turísticos, pode haver restaurantes cujos proprietários priorizem atender pessoas do próprio município. Nesse caso, foi interessante observar o preconizado por Boullón (2002), para o qual se considera turístico um equipamento ou estabelecimento que efetivamente atende o turista. Nesse sentido, o fato de haver uma aglomeração de meios de hospedagem em determinado município, por si, não o incorpora a um sistema turístico caso o seu hóspede não se caracterize como turista. Dessa forma, a estrutura de hospedagem constitui a finalidade de criar as facilidades necessárias a outras atividades em razão da polarização econômica que nem sempre compreende turismo.

Em terceiro lugar, cabe mencionar que a metodologia aqui aplicada para a regionalização do turismo pode ser adaptada a estudos regionalizados da indústria em geral, ou cadeias produtivas específicas, ou de relações sociais ou ecológicas, tomando-se como base de regionalização os fenômenos de interesse do pesquisador. Nesse sentido, permitiria identificar as intersecções e sobreposições dos fenômenos que ocorrem em determinado espaço geográfico, escapando da tradicional interposição de conjuntos que orientam as pesquisas de cunho regional.

Resta assumir, também, os limites que certamente ocorrem com esta pesquisa. O primeiro aspecto é a limitação do próprio conhecimento do pesquisador. A análise realizada pauta-se nas suas leituras e nos pressupostos aceitos para interpretar os dados.

Além disso, o método de coleta dos dados, especialmente quanto aos fluxos de turistas, pauta-se nas respostas e visão dos inquiridos. O ideal seria dispor de dados históricos, o que possibilitaria uma análise mais precisa. Todavia, por experiência anterior em pesquisas

na área, optou-se por consultar os respondentes em termos percentuais, uma vez que não é hábito a estocagem de dados sobre o público atendido. Isso ficou evidente ao longo da pesquisa quando alguns pesquisados alegaram não ter a informação de origem e destino do seu usuário (hóspede ou cliente de restaurante) porque não o consultam quanto a esse quesito. Mesmo no caso dos meios de hospedagem, nos quais é possível obter pelo menos a cidade de origem dos hóspedes, essa informação não é acessível, seja pela não organização das informações nos hotéis das quais se necessita para a presente análise, seja porque há receio em passar informações mais precisas sobre a demanda dos estabelecimentos. Esse fato evita que se tenha maior precisão dos dados. Entretanto, mesmo com essa reserva, foi possível atender aos propósitos da pesquisa, mesmo porque a pretensão foi compreender como a atividade se processa no território, e não a sua frequência, coadunando com o método qualitativo adotado.

Devem-se fazer também reservas quanto à generalização dos dados, pois se limitam a um caso específico. Nesse caso, como já explicado por Yin (2001), embora se tenha dificuldades para proceder à generalização estatística, é possível fazê-la teoricamente, já que se adotou referencial teórico já consolidado e foi possível constatar nos dados empíricos uma tendência já apontada pela teoria. Uma opção para superar essa limitação, segundo esse autor, seria replicar a mesma pesquisa em outras áreas utilizando a mesma metodologia e posteriormente, à medida que haja um número suficiente de pesquisas, realize-se um estudo multicaso, a fim de reforçar a possibilidade de generalização.

Todavia, apesar das dificuldades enfrentadas, considera-se ter alcançado os objetivos propostos, ressaltando que restam lacunas ainda a ser preenchidas e que podem instigar outros pesquisadores. Assim, além da possibilidade de replicação da pesquisa como já referido, outra opção consiste em tomar a regionalização proposta na presente pesquisa e aprofundar o estudo dos centros identificados, visando a compreender as estratégias adotadas pelos atores locais e que permitiram chegar ao patamar identificado na pesquisa. Uma vez que esta pesquisa se pautou em um recorte único no tempo, delineando-se como de corte transversal, não considera a evolução do turismo na região, e sim a sua configuração atual; logo, caberia um estudo longitudinal. Um dos focos de pesquisa que se vislumbra, seria analisar os desdobramentos ocorridos após a ação do PNMT nos municípios de Videira, Pinheiro Preto e Tangará. Uma pesquisa dessa natureza parece promissora, pois, pelo que se pode depreender do que foi levantado para esta pesquisa, pode trazer resultados diferentes dos encontrados por Ruschmann e Bordini (2006) na região de Lages. Ainda, os próprios dados colhidos em campo foram organizados de forma a permitir a análise pretendida para atingir os objetivos da

presente pesquisa. Neste estudo não estava a hierarquização dos espaços e dos atrativos, e sim a configuração espacial do turismo. Todavia, esses mesmos dados, organizados de outra maneira, poderiam permitir essa análise, restando ao próprio autor desta tese, ou outros que tenham interesse em analisá-los sob outras perspectivas.

Certamente, por mais exaustiva que tenha sido a revisão bibliográfica, o levantamento de dados em campo e a preocupação em analisá-los com a maior precisão possível permitiram chegar a um conhecimento aproximado, visto que muitos outros fatores que ocorrem na realidade social os quais interferem no desenvolvimento do turismo não foram capturados pela pesquisa. Por mais que se tenha a pretensão de conhecer completamente um objeto, esse conhecimento, embora ampliado, ainda é uma aproximação dessa realidade, conforme explica Capra (1996). Logo, ficam ainda lacunas a ser preenchidas em termos de conhecimento quanto à regionalização do turismo. Espera-se, com os resultados auferidos, colocar mais elementos no debate sobre o desenvolvimento do turismo no país e, quiçá, contribuir com ideias que permitam aos elaboradores e condutores da Política Nacional do Turismo encaminhar com maior propriedade o desenvolvimento do turismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- ACERENZA, M. A. **Administración del turismo: conceptualización Y organización**. México: Trillas, 1991.
- AMARAL FILHO, J. Rupture Politique, Nouvelles Formes D'intervention Publique et Croissance Recente au Cearı: Le Role des Jeunes Entrepreneurs. **Revue Cahiers Des Amériques Latines**, Paris, v. 23, n. 2, p. 131-156, 1996.
- AMIN, A. **An Institutional Perspective on Regional Economic Development**. London: Department of Geography, UCL. 1998. Disponível em: <www.econgeog.org.uk/pdfs/amin.pdf>. Acesso em: 15 set. 2004.
- ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1998.
- BANDEIRA, P. S. **As Mesorregiões no Contexto da Nova Política Federal de Desenvolvimento Regional: considerações sobre aspectos institucionais e organizacionais**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- BARBOSA, Y. M. **Historia das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASTIN, G. **As técnicas sociométricas**. Lisboa: Moraes Editores, 1966.
- BASTOS, J. L. D.; DUQUIA, R. P. Um dos delineamentos mais empregados em epidemiologia: estudo transversal. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 229-232, out./dez. 2007.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Ed. do Senac, 1998.
- _____. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BENKO, G. **A ciência regional**. Oeiras: Celta, 1999.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1997.

BOISIER, S. Y. Si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 1-9, jan./abr. 2003.

BOULLÓN, R. C. **Os municípios turísticos**. Bauru: Edusc, 2005.

_____. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru: Edusc, 2002.

BRANDÃO, C. A. **Território de desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo**: Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2004a.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo**: Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2004b.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo**: Roteiros do Brasil: Projeto Inventário da Oferta Turística. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006.

BURKE, T. J. **Fraiburgo do Machado ao computador**. Fraiburgo: Gráfica Vicentina, 1994.

CAMMINO VENETO. 2009. Disponível em:
<<http://comitatovenetosc.blogspot.com/2009/10/rota-italiana-cammino-veneto.html>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

DEMO, P. **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DI CIONE, V. Dialéctica y pensamiento complejo: diferencias e convergencias. **GeoBAires**, Cuaderno de Geografía: Apuntes de geografía y ciencias, 2005. Disponível em: <http://www.geobaires.geoamerica.org/apuntes/ap_dialecticaycomplejidad.htm>. Acesso em: 20 jul. 2006.

EMBRATUR. **Estudos do Turismo Brasileiro**. Brasília, DF: Embratur, 1999.

FEGER, J. E. Turismo e desenvolvimento regional: o caso do Meio-Oeste catarinense. 2002 153 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)–Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2002.

FERREIRA, D. **Comportamento Organizacional 1 – Sociometria**. Disponível em: <www.fesppr.br/~denise/conpOrg1/textos/Sociometria.doc>. Acesso em: 12 mar. 2010.

FREITAS, H.; JANIÉSSEK, R. **Análise léxica e análise de conteúdo**: técnicas complementares, seqüenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos. Porto Alegre: Sphinx; Editora Sagra Luzzatto, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GINTNER, L. J. **Gemütlichkeit & Saudade** – Breve história de Treze Tílias e memórias da primeira infância. Rio de Janeiro: Do Autor, 1993.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

HEINSFELD, A. O sentido geopolítico-estratégico da colonização germânica no Vale do Rio do Peixe. In: HEINSFELD, A. **A Região em Perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2001.

IBGE CIDADES. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

ISOTON, L. Z.; ISOTON, I. J. (Org.). **Marcelino Ramos**: história e turismo. Erechim: Editores do Sul, 2006.

KNAFOU, R. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. B. et al. (Org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1999.

KOTLER, P. **Introdução ao marketing**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

KRIPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Atlas, 2001.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LACOSTE, Y. **A geografia** – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E. et al. **Brasil século XXI** – por uma nova regionalização? São Paulo: Max Limonad, 2004.

LUHMANN, N. **Por que uma “Teoria dos Sistemas?”** In: NEVES, C. E. B.; SAMIOS, E. M. B. (Org.). Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Goethe-Institut/ICBA, 1997.

MATURANA, H. Biologia do conhecer. In: MAGRO, C.; PAREDES, V. (Org.). **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

MATURANA, H.; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palma Athena, 2001.

MIDDLETON, V. T. C.; CLARKE, J. **Marketing de turismo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

NEVES, C. B.; SAMIOS, E. M. B. (Org.). **Niklas Luhmann**: a nova teoria dos sistemas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Goethe-Institut/ICBA, 1997.

NODARI, L. D. T. **Nova Petrópolis (RS) e Treze Tílias (SC)**: estudo comparado dos espaços turísticos. 2000. 103 p. Monografia (Especialização em Turismo e Hotelaria)– Departamento de Ciências Administrativas, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2000.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico** – conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 1999.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1- 2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PETERS, G. La capacidad para gobernar: Retrocediendo hacia el centro. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas: CLAD, n. 27, out. 2003.

PETROCCHI, M. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

PORTER, M. E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

_____. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2000. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/home/>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. **Comunidade e Democracia**: a Experiência da Itália Moderna. 3. ed. Tradução L. A. Monjardim. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.

RAUD, C. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento territorial: problemáticas cruzadas. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. (Org.). **O Ecodesenvolvimento e o Desenvolvimento Territorial**: problemáticas cruzadas. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.

REBELO, L. M. B. **A dinâmica do processo de formação de estratégias de gestão em universidades**. A perspectiva da teoria da complexidade. 2004. 270 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

ROGGE, C. V. **Piratuba Terra Boa**. Piratuba: Do Autor, 2009.

ROSE, A. T. de. **Turismo**: planejamento e marketing: aplicação da matriz de portfólio para destinações turísticas. São Paulo: Malone, 2002.

ROTA DA AMIZADE. **Análise de cenários para planejamento turístico**. Joaçaba: Sebrae, 2005. Documento.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. São Paulo: Papyrus, 1999.

RUSCHMANN, D.; BORDINI, C. V. O uso dos planos de desenvolvimento turístico na microrregião dos Campos de Lages (SC). In: RUSCHMANN, D.; SOLHA, K. T. **Planejamento Turístico**. Barueri: Manole, 2006.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTUR. **Municípios de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/santur/FrameMunicipios>>. Acesso em: 18 nov. 2007.

SEAKARAN, U. **Research methods for business**: a skill-building approach. 2nd ed. New York: John Wiley, 1992.

SETUR. **Cidades/Hidrominerais**. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2007

SNOW, C.; THOMAS, J. Field research methods in strategic management: contributions to theory building and testing. **Journal of Management Studies**, v. 31, n. 4, p. 457-480, 1994.

TRIVINÕES, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTINI, D. J. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. Caçador: Ed. da UnC, 2000.

VEIGA, J. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: OLIVEIRA, E.; PIQUET, R. **Economia e Território no Brasil Contemporâneo**. 2007. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Livros/2007_b_MUDANCAS_RUR_URB.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Entrevista com empreendedores do setor turístico – hospedagem

Estabelecimento: _____

Município: _____

Nome do respondente e telefone: _____

Código/Coordenadas GPS: _____

Classificação/ Padronização: _____

Número de Apartamentos: () Simples () Duplos () Triplos () Casais

Número de Quartos: () Simples () Duplos () Triplos () Casais

Número total de leitos: _____

Do total de hóspedes atendidos no estabelecimento, qual a porcentagem para:

() Representantes comerciais

() Turistas (lazer, visita a parentes, festas/eventos)

() Prestadores de serviço

() Outros. Qual? _____

Qual a média de permanência no estabelecimento, em dias, para:

() Representantes comerciais

() Turistas

() Prestadores de serviço

() Outros. Qual? _____

Do total de pessoas que frequentam o seu estabelecimento:

() % de residentes locais (na própria cidade)

() % de residentes na região (considere um raio de 120 km)

() % de residentes no estado, mas fora da região

() % de residentes em outros estados

() % de residentes no exterior

Quando estão na cidade/região, cite em ordem de importância três locais de onde as pessoas vêm para o seu estabelecimento (os últimos locais de estada antes de vir ao seu estabelecimento).

1 _____

2 _____

3 _____

Cite em ordem de importância, três locais para onde as pessoas seguem depois de estarem no seu estabelecimento (os primeiros locais para os quais as pessoas geralmente se deslocam, saindo do seu estabelecimento).

- 1 _____
 2 _____
 3 _____

O empreendimento por meio de seus representantes participa de entidades de classe ou grupos de cooperação para exploração das atividades turísticas? Com quais das listadas a seguir?

- () Entidades de Classe. Qual? _____
 () Secretaria de Desenvolvimento do Turismo
 () Outros hotéis
 () Restaurantes
 () Outros. Qual? _____
 () Não possui

O empreendimento por meio de seus representantes participa de reuniões relacionadas à regionalização do turismo?

- () Nunca participou nem ouviu falar sobre isso.
 () Já ouviu falar mas não participou.
 () Participou algumas vezes mas não vislumbrou resultados efetivos para a empresa.
 () Participou algumas vezes e percebe benefícios para a empresa.
 () Participa sempre que é convidado.

No caso de haver necessidade ou interesse de organizar atividades em prol do turismo da região:

Cite três estabelecimentos, com cujos proprietários o Senhor(a) gostaria de trabalhar em conjunto. Coloque em ordem de prioridade.

- 1 _____
 2 _____
 3 _____

Cite três estabelecimentos, com cujos proprietários o Senhor(a) não gostaria de trabalhar em conjunto. Coloque em ordem de prioridade.

- 1 _____
 2 _____
 3 _____

Cite três estabelecimentos, cujos proprietários, na sua percepção, escolheriam o Senhor(a) para desenvolver atividades em prol do turismo regional. Coloque em ordem de importância.

- 1 _____
 2 _____

3 _____

Cite três estabelecimentos, cujos proprietários, na sua percepção, não escolheriam o Senhor (a) para desenvolver atividades em prol do turismo regional.

1 _____

2 _____

3 _____

APÊNDICE B – Entrevista com empreendedores do setor turístico – restaurantes

Estabelecimento: _____

Município: _____

Nome do respondente e telefone: _____

Código/Coordenadas GPS: _____

Capacidade de atendimento diário: _____

Do total de indivíduos atendidos no estabelecimento, qual a porcentagem para:

- Representantes comerciais
- Turistas (lazer, visita a parentes, festas/eventos)
- Prestadores de serviço
- Outros. Qual? _____

Do total de pessoas que frequentam o seu estabelecimento:

- % de residentes locais (na própria cidade)
- % de residentes na região (considere um raio de 120 km)
- % de residentes no estado, mas fora da região
- % de residentes em outros estados
- % de residentes no exterior

A demanda criada pelo turismo chega a ser relevante para o estabelecimento?

- Sim Não

Por quê?

O empreendimento por meio de seus representantes participa de entidades de classe ou grupos de cooperação para a exploração das atividades turísticas? Com quais das listadas a seguir?

- Entidades de classe. Qual? _____
- Secretaria de Desenvolvimento do Turismo
- Outros hotéis
- Restaurantes
- Outros. Qual? _____
- Não possui

O empreendimento por meio de seus representantes participa de reuniões relacionadas à regionalização do turismo?

- () Nunca participou nem ouviu falar sobre isso.
- () Já ouviu falar mas não participou.
- () Participou algumas vezes mas não vislumbrou resultados efetivos para a empresa.
- () Participou algumas vezes e percebe benefícios para a empresa.
- () Participa sempre que é convidado.

Quando estão na cidade/região, cite em ordem de importância três locais de onde as pessoas vêm para o seu estabelecimento.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

Quando estão na cidade/região, cite em ordem de importância três locais para onde as pessoas seguem depois de frequentarem o seu estabelecimento.

1. _____
2. _____
3. _____

No caso de haver necessidade ou interesse de organizar atividades em prol do turismo da região:

Cite três estabelecimentos, com cujos proprietários o Senhor(a) gostaria de trabalhar em conjunto. Coloque em ordem de prioridade.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

Cite três estabelecimentos, com cujos proprietários o Senhor(a) não gostaria de trabalhar em conjunto. Coloque em ordem de prioridade.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

Cite três estabelecimentos, cujos proprietários, na sua percepção, escolheriam o Senhor(a) para desenvolver atividades em prol do turismo regional. Coloque em ordem de importância.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

Cite três estabelecimentos, cujos proprietários, na sua percepção, não escolheriam o Senhor(a) para desenvolver atividades em prol do turismo regional.

1 _____

2 _____

3 _____

APÊNDICE C – Entrevista com empreendedores do setor turístico – atrativos

Estabelecimento: _____

Tipo do estabelecimento: _____

Município: _____

Nome do respondente e telefone: _____

Código/Coordenadas GPS: _____

Qual o tempo médio de permanência dos turistas? _____

Qual o número médio mensal de visitantes? _____

Breve descrição do tipo de atividades desenvolvida (condições de estrutura, tipo de turismo, há cachoeira, prédio antigo, o que chama a atenção, estátua de quem? Museu? O que possui? Facilidade e/ou dificuldade de acesso).

Do total de pessoas que frequentam o estabelecimento, qual a porcentagem para:

- residentes locais (na própria cidade)
- residentes na região (considere um raio de 120 km)
- residentes no estado, mas fora da região
- residentes em outros estados
- residentes no exterior

O empreendimento por meio de seus representantes participa de entidades de classe ou grupos de cooperação para a exploração das atividades turísticas? Com quais das listadas a seguir?

- Entidades de classe. Qual? _____
- Secretaria de Desenvolvimento do Turismo
- Outros hotéis
- Restaurantes
- Outros. Qual? _____
- Não possui

O empreendimento por meio de seus representantes participa de reuniões relacionadas à regionalização do turismo?

- Nunca participou nem ouviu falar sobre isso.
- Já ouviu falar mas não participou.

- () Participou algumas vezes mas não vislumbrou resultados efetivos para a empresa.
- () Participou algumas vezes e percebe benefícios para a empresa.
- () Participa sempre que é convidado.

Quando estão na cidade/região, cite em ordem de importância três locais de onde as pessoas vêm para o seu estabelecimento.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

Quando estão na cidade/região, cite em ordem de importância três locais para onde as pessoas seguem depois de frequentarem o seu estabelecimento.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

No caso de haver necessidade ou interesse de organizar atividades em prol do turismo da região:

Cite três estabelecimentos, com cujos proprietários o Senhor(a) gostaria de trabalhar em conjunto. Coloque em ordem de prioridade.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

Cite três estabelecimentos, com cujos proprietários o Senhor(a) não gostaria de trabalhar em conjunto. Coloque em ordem de prioridade.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

Cite três estabelecimentos, cujos proprietários, na sua percepção, escolheriam o Senhor(a) para desenvolver atividades em prol do turismo regional. Coloque em ordem de importância.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

Cite três estabelecimentos, cujos proprietários, na sua percepção, não escolheriam o Senhor(a) para desenvolver atividades em prol do turismo regional.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

APÊNDICE D – Roteiro para entrevista com secretários/ou responsáveis pelo turismo no município

Município: _____

Nome do respondente: _____

Cargo/função: _____

Formação: _____

Telefone contato: _____

Tempo em que atua com atividade no setor turístico: _____

Código coordenadas GPS da prefeitura/secretaria: _____

- 1 O seu município possui uma secretaria específica para tratar do turismo? Se sim, qual a sua designação? Se não, qual a razão da não existência?
- 2 Você considera o seu município turístico? Se sim, que tipo de turismo representa o maior potencial? Se não, por que ele não pode ser considerado como turístico na sua visão?
- 3 Você conhece ou participou do Programa Nacional de Municipalização do Turismo? Se sim, quais ações foram desenvolvidas no seu município? Que resultados foram obtidos? Se não, qual a razão (caso o respondente não tenha participado sabe se o município participou?)
- 4 Você conhece ou participa do Programa de Regionalização do Turismo? Se sim, qual a razão principal para que o município faça parte desse processo de regionalização? Se não, qual a razão da não participação?
- 5 Caso participe das atividades de regionalização do turismo, quais ações estão sendo planejadas com o envolvimento dos demais municípios e com o estado? Quais resultados já foram alcançados? Essas atividades estão surtindo os efeitos esperados para o seu município? Quais são? O município participa com frequência de reuniões para definir projetos regionais de turismo?
- 6 Na sua visão, qual o principal atrativo turístico do município? Ele está sendo explorado? Como?
- 7 Na sua visão, qual o principal entrave ao desenvolvimento do turismo em seu município?
- 8 Na sua visão, qual a principal razão da vinda de visitantes ao seu município?

No caso de haver necessidade ou interesse de organizar atividades em prol do turismo da região:

Cite três estabelecimentos, com cujos proprietários o Senhor(a) gostaria de trabalhar em conjunto. Coloque em ordem de prioridade.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

Cite três estabelecimentos, com cujos proprietários o Senhor(a) não gostaria de trabalhar em conjunto. Coloque em ordem de prioridade.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

Cite três estabelecimentos, cujos proprietários, na sua percepção, escolheriam o Senhor(a) para desenvolver atividades em prol do turismo regional. Coloque em ordem de importância.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

Cite três estabelecimentos, cujos proprietários, na sua percepção, não escolheriam o Senhor(a) para desenvolver atividades em prol do turismo regional.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: Regionalização do turismo na área de influência dos municípios de Piratuba (SC) e Marcelino Ramos (RS): uma análise da integração espacial.

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: A pesquisa se justifica, primeiramente, por permitir conhecer a regionalização do turismo na área de sua abrangência. Com base em seus resultados poderá subsidiar com informações concretas possíveis iniciativas de planejamento que venham a ocorrer futuramente na região. Em segundo lugar, permitirá testar metodologia desenvolvida pelos pesquisadores e servirá para a elaboração de tese de doutoramento do pesquisador responsável, Professor José Elmar Feger. A questão que orienta o estudo é: como se configura a regionalização do turismo a partir da distribuição espacial dos atrativos e do comportamento do fluxo turístico nas áreas de influência dos municípios de Piratuba (SC) e Marcelino Ramos (RS)? O objetivo geral da pesquisa é analisar e descrever a regionalização do turismo na área de pesquisa, tomando como base a teoria da espacialidade diferencial, a partir da distribuição espacial dos atrativos existentes, do fluxo das atividades turísticas e da interação entre os agentes locais envolvidos com o setor, visando a entender a sua integração espacial. A coleta dos dados será realizada com empresários e representantes do setor público que atuam na área de abrangência da pesquisa, os quais são informados sobre os objetivos da pesquisa e poderão esclarecer dúvidas com o entrevistador antes da aplicação dos instrumentos de coleta de dados. Obtido o consentimento do entrevistado, o entrevistador aplicará um questionário com questões abertas e fechadas, que será respondido no momento em que for entregue.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: A todos os respondentes será garantida a confidencialidade e sigilo das informações e dos sujeitos participantes da pesquisa. Pelo fato da pesquisa não utilizar instrumentos de testes e nem possuir o objetivo de identificar os sujeitos, não oferece riscos consideráveis à saúde física ou mental dos respondentes. Além de não proporcionar nocividade aos sujeitos, esta pesquisa pode auxiliar no sentido de identificar possíveis entraves ao desenvolvimento do turismo regional, possibilitando a tomada de medidas no sentido de melhorar o desempenho do setor na região.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você poderá solicitar esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer etapa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação na pesquisa a qualquer momento, por qualquer motivo. A sua participação é voluntária e a recusa não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados serão tabulados de forma a não identificar os respondentes. Seu nome ou o material que indique o seu nome não será liberado para quem quer que seja sem sua expressa autorização, como também, sua identidade não será revelada em qualquer publicação que possa resultar deste estudo. Este consentimento está impresso em duas vias, que será assinado por você e pelo entrevistador, sendo que uma via lhe será entregue e outra ficará em poder dos pesquisadores.

CUSTO DA PARTICIPAÇÃO: A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira.

DECLARAÇÃO DO SUJEITO PARTICIPANTE:

Eu, _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e ou retirar meu consentimento. Os responsáveis pela pesquisa acima, certificaram-me que os meus dados serão confidenciais. Em caso de dúvida poderei contatar o pesquisador responsável pelo estudo, José Elmar Feger, professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), que pode ser encontrado na Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba – SC, telefone (49)3551-2060 ou e-mail joseelmar.feger@unoesc.edu.br. Se houver dúvidas, ainda, posso entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unoesc pelo telefone (49)3551-2012 ou e-mail cep@unoesc.edu.br.

Assinatura do respondente

RG:

Telefone

Data: ___/___/___

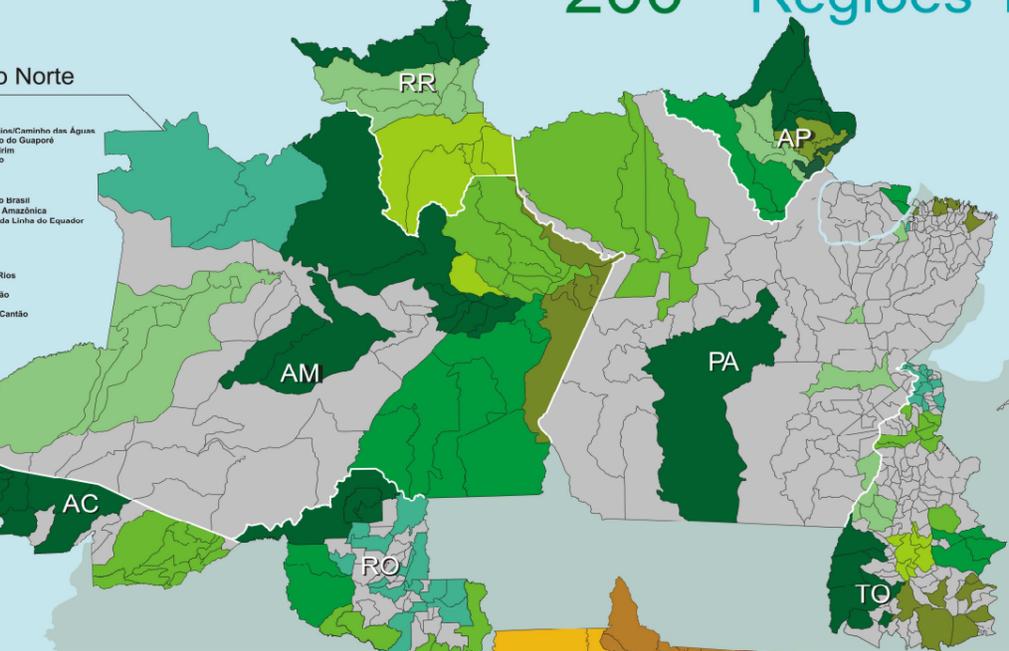
Assinatura Entrevistador

ANEXO A – Mapa Regionalização Turística Ministério do Turismo

200 Regiões Turísticas do Brasil 3.819 Municípios

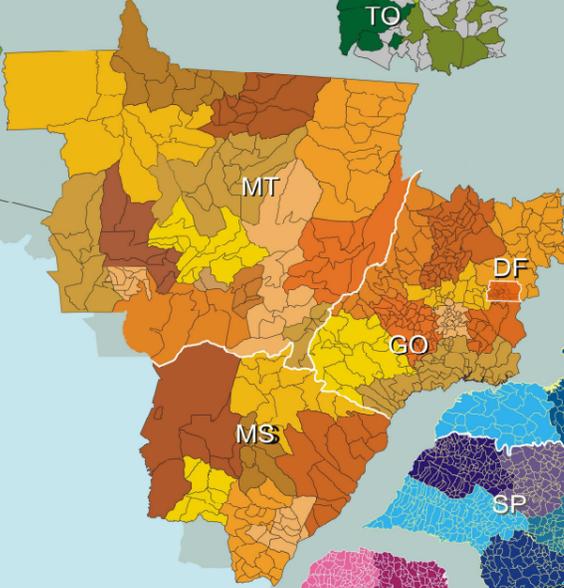
Regiões Turísticas do Norte

- ACRE**
Região Turística Vale do Acre
Região Turística Vale do Juruá
- AMAPÁ**
Pólo Meio do Mundo
Pólo Paranaíba
Pólo Extremo Norte
Pólo Castanhais
Pólo Tumucumaque
- AMAZONAS**
Pólo Rio Negro e Salimões
Pólo Manaus/Encontro das Águas
Pólo Uatumã
Pólo Saterã/Ticandeira
Pólo Madera
Pólo Alto Salimões
Pólo Alto Rio Negro
- PARÁ**
Pólo Itaipá
Pólo Marajó
Pólo Trepas
Pólo Araguaia - Tocantins
Pólo Amazônia Atlântica
Pólo Xingu
- RONDÔNIA**
Pólo de Agronegócios/Caminho das Águas
Pólo de Ecoturismo do Guaporé
Pólo de Guajará-Mirim
Pólo de Porto Velho
- RORAIMA**
O extremo Norte do Brasil
Roraima, a Savana Amazônica
Águas e Florestas do Linha do Equador
- TOCANTINS**
Bico do Papagaio
Vale dos Grandes Rios
Serras do Lago
Encantos do Jalapão
Serras Gerais
Lagos e Praias do Cantão
Ilha do Bananal



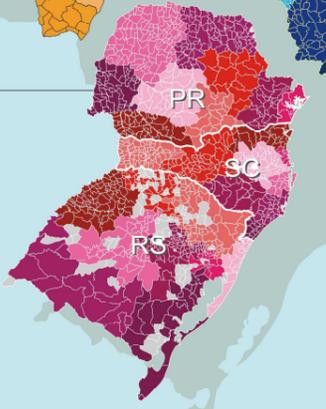
Regiões Turísticas do Centro-Oeste

- DISTRITO FEDERAL**
Brasília - Patrimônio da Humanidade
- GOIÁS**
Região das Águas
Região Nascentes do Oeste
Região Agro-Ecológica
Região dos Negocios
Região do Ouro
Região da Reserva da Biosfera Goyaz
Região dos Engenhos
Região do Vale da Serra da Mesa
Região do Vale do Araguaia
- MATO GROSSO**
Vale do São Lourenço
Pantanal Mato Grossense
Região Metropolitana
Médio Norte
Nascentes Planina Amazônica
Vale do Teles Pires
Rota dos Ipês e das Águas
Vale do Guaporé
Águas do Vale do Cabaçal
Nordeste - Amazônia
Cristalino
Alto Araguaia
Médio Araguaia
Baixo Araguaia
- MATO GROSSO DO SUL**
Campo Grande e Região
Pantanal
Bonito e Serra da Bodoquena
Rota Norte
Costa Leste
Nova Andradina e Região
Caminhos da Fronteira



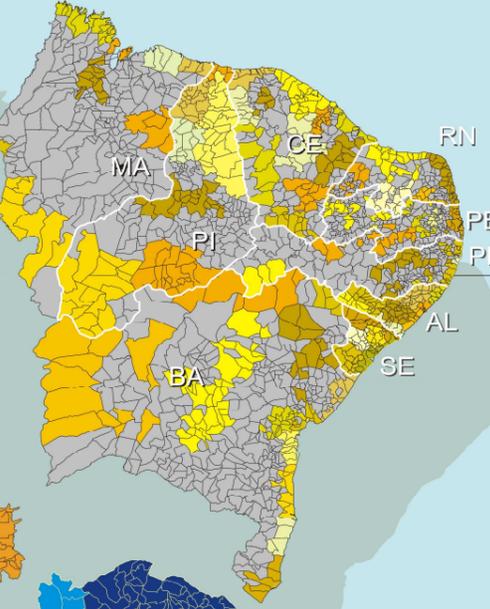
Regiões Turísticas do Sul

- PARANÁ**
Litoral
Metropolitana de Curitiba
Campos Gerais
Norte
Nordeste
Centro
Sudoeste
Oeste e Municípios Litorais ao Lago de Itaipu
- RIO GRANDE DO SUL**
Grande Porto Alegre
Litoral Norte Gaúcho
Serra Gaúcha
Hidromeris
Missões
Pampa Gaúcho
Central
Vales
Costa Doce
- SANTA CATARINA**
Grande Oeste Catarinense
Vale do Contestado
Serra Catarinense
Caminho dos Príncipes
Vale Europeu
Rota do Sul
Grande Florianópolis
Encantos do Sul Catarinense
Caminho dos Canyons



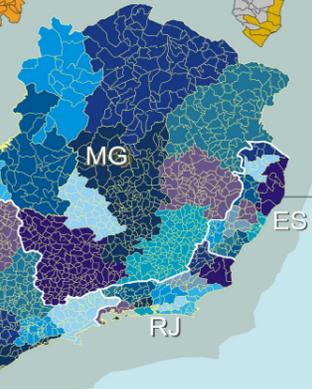
Regiões Turísticas do Nordeste

- ALAGOAS**
Região do Sertão Alagoano
Região Caramuru de São Francisco
Região Costeira das Tradições
Região Foz do Velho Chico
Região dos Quilombos
Região Costa dos Corais
Região Metropolitana
Região das Lagoas e Mares do Sul
- BAHIA**
Costa dos Coqueiros
Costa do Denéi
Costa do Descobrimento
Caminhos do Ziquirica
Caminhos do Oeste
Caminhos do Sertão
Lagos do São Francisco
Costa de Cacaú
Costa das Baleias
Chapada Diamantina
Baía de Todos os Santos
- CEARÁ**
Fortaleza
Litoral Leste
Litoral Oeste/Vale do Curu
Cariri
Serras de Aratanha e Baturité
Serra da Ibiapaba
Vale do Acaraú
Sertão Central
- PIAUI**
Pólo Costa do Delta
Pólo das Águas
Pólo Teresina
Pólo Histórico-Cultural
Pólo Aventura e Mistério
Pólo das Origens
Pólo das Nascentes
- RIO GRANDE DO NORTE**
Região Pólo Costa das Dunas
Região Pólo Costa Branca
Região Pólo Sertão
Região Pólo Serrano
Região Pólo Agreste/Trairi
- SERGIPE**
Pólo Costa dos Coqueiros
Pólo do Velho Chico
Pólo das Serras Serpiginas
Pólo Sertão das Águas
Pólo dos Ibaúeiros
- MARANHÃO**
Pólo São Luis
Lençóis Maranhenses
Delta das Américas
Floresta dos Guarás
Chapada das Mezas
Lagos Floridos
Região dos Cocais
- PARAÍBA**
Região Turística do Litoral
Região Turística do Agreste
Região Turística do Rejão
Região Turística do Cariri
Região Turística do Sertão
- PERNAMBUCO**
Região Turística Agreste
Mata Litoral Norte
Região Metropolitana
Sertão do São Francisco
Litoral Sul
Fernando de Noronha
Mata Sul
Sertão do Pajeú



Regiões Turísticas do Sudeste

- ESPIRITO SANTO**
Região Turística do Caparaó
Região Turística do Verde e das Águas
Região Turística Doce Pontões Capixabas
Região Turística dos Imigrantes
Região Turística Extremo Norte
Região Turística Metropolitana
Região Turística das Pedras, Pão e Mel
Região Turística Sul
Região Turística das Montanhas Capixabas
Região Turística da Costa e da Integração
- RIO DE JANEIRO**
Aguilhas Negras
Metropolitana
Costa do Sol
Serra Verde Imperial
Costa Verde
Vale do Café
Baixada Fluminense
Serra Norte
Caminhos da Mata
Costa Doce
Nordeste das Águas
- SÃO PAULO**
Capital Expandida
Centro-Nova Paulista
Centro-Oeste Paulista
Costa-Atto do Paranapanema
Entre Rios
Estradas e Bandeiras
Vertente Ocidental Norte
Vertente Ocidental Sul



MINISTÉRIO DO TURISMO
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
Coordenação Geral de Regionalização
Espanada dos Ministérios - Bloco U - 2º andar
Brasília - DF - Brasil - CEP 70065-900
programa.regionalizacao@turismo.gov.br
www.turismo.gov.br/regionalizacao



ROTEIROS DO Brasil
PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO
Mapa da Regionalização do Turismo 2006

Legenda de Cores

- As áreas representadas pelas variações de cor VERDE referem-se às regiões turísticas da MACROREGIÃO NORTE.
- As áreas representadas pelas variações de cor AMARELO referem-se às regiões turísticas da MACROREGIÃO NORDESTE.
- As áreas representadas pelas variações de cor LARANJA referem-se às regiões turísticas da MACROREGIÃO CENTRO-OESTE.
- As áreas representadas pelas variações de cor AZUL referem-se às regiões turísticas da MACROREGIÃO SUDESTE.
- As áreas representadas pelas variações de cor VERMELHO referem-se às regiões turísticas da MACROREGIÃO SUL.
- As áreas representadas pela cor CINZA referem-se aos municípios que não estão inseridos nas regiões turísticas.

As Regiões Turísticas aqui apresentadas foram atualizadas no período de julho/setembro de 2005 pelos Órgãos O ciais de Turismo das Unidades Federadas, apoiados pelos Fóruns Estaduais de Turismo e parceiros.

